Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 55.º 18 972 4$00

SÁBADO 7 FEVEREIRO 1976

O general Ramalho Eanes dando entrada no Regimento de Comandos da Amadora

CONSELHO DE MINISTROS DECIDE-SE PELA CLAREZA

CONVERSAÇÕES A ALTO NÍVEL COM MOÇAMBIQUE

O Governo Português vai solicitar ao Governo Moçambicano a realização de conversações a alto nível a fim de se definir «com clareza as regras que hã-de presidir ao futuro das relações de cooperação entre Portugal e Moçambique». A decisão foi tomada pelo Conselho de Ministros no seu plenário de ontem e vem ao encontro de dúvidas que se levantaram na opinião pública portuguesa acerca da situação a que passou a ficar sujeita a comunidade portuguesa — cerca de cinquenta-sessenta mil portugueses — em Moçambique quando o Governo deste país decidiu nacionalizar os prédios de rendimento e as residências particulares.

Esta decisão «dificilmente poderá deixar de ser interpretada como um acto inamistoso em relação a Portugal» — considera o Conselho de Ministros no comunicado relativo à sua reunião de ontem e somente esta manhã divulgado pela MCS. Ela «desrespeita» — diz o texto — «o espírito dos acordos firmados entre os dois países e a expectativa criada pelas afirmações anteriormente proferidas pelos seus dirigentes». O Governo Português vai contactar o Governo da República Popular de Moçambique no sentido de que as conversações a alto nível para tratar do problema se realizem com a possível urgência.

Transcreve-se a seguir a primeira parte do comunicado final do Conselho de Ministros onde se fala das decisões tomadas a respeito da questão em suspenso:

. «1 — Como ponto prévio o Conselho de Ministros debateu situação da comunidade portuguesa de Moçambique.

O Governo tem seguindo com apreensão a progressiva deterioção da normalidade das condições de vida dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique.

Fiel ao princípio da não-ingerência na vida dos outros Estados, nem por isso tem o Governo Português deixado de, através dos canais diplomáticos e de diligências extraordinárias, fazer sentir ao Governo da República Popular de Moçambique a sua preocupação em relação a determinadas situações de detenção de portugueses, com ofensa dos princípios internacionais que regem a convivência entre Estados e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O Governo da República Popular de Moçambique, em instâncias do Governo Português, libertou recentemente os sete prisioneiros portugueses detidos pela Frelimo antes da independência da Moçambique, e declarou a intenção de resolver rapidamente a situação dos restantes detidos ou internados em campos de reeducação.

Estas atitudes foram naturalmente interpretadas pelo Governo Português como sinal indicativo de compreensão das autoridades de Moçambique em relação à comunicade portuguesa de Moçambique e aos respectivos interesses.

Continua na pág. 20

SEIS GENERAIS NOS "COMANDOS"

. «Juro participar com todas as minhas capacidades físicas e morais no cumprimento dos objectivos da Revolução Portuguesa» — gritaram esta manhã em uníssono 85 novos soldados «comandos» no Regimento da Amadora. Ao juramento de bandeira, presidido pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Eanes, assistiram outros cinco oficiais-generais: dois do Exército, os brigadeiros Vasco Lourenço e Franco Charais, respectivamente comandantes das Regiões Militares de Lisboa e do Centro; um da Armada, o almirante Souto Cruz, chefe do Estado-Maior; e dois da Força Aérea, os generais Morais da Silva, chefe do Estado-Maior, e Pinho Freire, comandante da I Região Aérea.

Durante a cerimónia falou o comandante do R.C., coronel Jaime Neves.

«Chamaram-nos assassinos e traidores só porque não nos deixamos embalar no canto das jovens sereias» — disse este oficial superior, para seguidamente reafirmar a vontade do seu regimento em se colocar sempre ao serviço da colectividade e lutar pelos ideais da democracia, justiça e respeito pela vontade da maioria do povo.

Madrid aboliu pena de morte para "actos terroristas"

MADRID, 7 (R) — O Governo espanhol decidiu que os seus cidadãos não poderão mais, a partir de agora, ser condenados à morte pelo assassínio de soldados ou polícias.

Em importantes reformas anunciadas ontem, à noite, o ministro da Justiça, António Garrigues, revelou que o Governo anularia a cáusula de pena capital obrigatória da dura lei espanhola contra o terrorismo.

Foi nos termos dessa lei que quatro guerrilheiros urbanos foram executados, em Setembro último, e presos centenas de adversários do regime do generalíssimo Franco.

Na Espanha terminarão também os julgamentos de emergência de guerrilheiros em tribunais militares. Contudo, mantêm-se em vigor o vasto poder da Polícia de passar buscas a residências de pessoas suspeitas de terrorismo.

A Polícia continuará a dispor de poderes para deter suspeitos até dez dias, antes de os fazer comparecer perante um magistrado.

A lei antiterrorismo foi aprovada por decreto, em 27 de Agosto de 1975, após uma onda de violência da guerrilha urbana e tornou-se, desde então, um dos alvos principais dos ataques da oposição.

Garrigues aunciou ainda que o Governo redigira uma lei para abrandar a proibição de comícios políticos, proibição essa que vigora desde que o Caudilho ocupou o poder, após a guerra civil de 1936/39.

Nos termos da lei, determinados comícios políticos seriam autorizados, após um aviso com 72 horas de antecedência, mas reuniões privadas de mais de 19 pessoas não necessitariam de permissão da Polícia.

O Partido Comunista Espanhol, proibido neste país, pós à prova, há dois dias, o abrandamento da atitude do Governo, ao transformar um concerto de canto livre num comício de militantes.

O organizador recebeu, porém, uma ordem da Polícia proibindo novos concertos por causa de incidentes «lamentáveis», que incluiram insultos contra o rei Juan Carlos e as autoridades.

Conselho da Revolução reúne-se depois de amanhã

. O Conselho da Revolução deve reunir na próxima segunda-feira a partir das 15 e 30 no local habitual, o edifício do EMGFA, ao Restelo — revelou à Anop um informador próximo do próprio órgão político-militar.

A reunião deve dedicar-se a questões em suspenso, como as directivas às Forças Armadas e a Reforma Agrária, depois de abrir com uma análise da actual situação político-militar.

Embora a agenda não tenha sido divulgada, é possível que dela constem ainda a revisão do Pacto, os Açores e a Madeira.

Não se pode adiantar se vai ser ou não acordado o problema de reconhecimento da República Popular de Angola. Lembra-se, no entanto, que se tem anunciado como emergente uma reunião extraordinária do C.R. para se definirem os termos de uma posição oficial sobre o assunto.

20 PÁGINAS

Enfermeiros e retalhistas: duas greves em perspectiva

(Pág. 9)

PÃO DE AÇUCAR: NOVA C.A. SEM O PESSOAL SER OUVIDO

(Pág. 9)

ANTÓNIO REIS E O PARTIDO SOCIALISTA

Ler entrevista segunda-feira

SPÍNOLA TEM PRAZO PARA SAIR DE FRANÇA

O ex-general António de Spínola, que já havia sido impedido de entrar em território espanhol pela fronteira pirenaica, acaba de ver-se considerado «persona non grata» também pelo Governo francês. É o que se depreende de uma notícia enviada de Paris pelo correspondente do «Expresso» naquela capital, José Alves, o qual garante haver colhido essa informação junto do gabinete do ministro do Interior, Michel Poniatowski.

Spínola, que se encontra em França desde o passado dia 27 de Janeiro, teria um prazo relativamente curto (até às 24 horas de hoje) para sair do país. A sua morada de passagem é um pequeno hotel em Creteil, nos arredores de Paris.

Continua na pág. 20

Nacional

Política de A a Z

PERSPECTIVA ELEITORAL

As naturais delongas das negociações entre os representantes do Conselho da Revolução e os representantes dos partidos, reflectindo-se nos trabalhos da Assembleia Constituinte, comprometem a possibilidade das eleições para a Assembleia Legislativa terem lugar no próximo dia 25 de Abril. É de prever um adiamento do acto eleitoral. Mas a campanha eleitoral já começou. São os mais estreitos cálculos eleitorais que ditam as palavras e o comportamento dos dirigentes e preopinantes políticos. E como, para este ano de graça (ou de desgraça) de 1976 se projectam três actos eleitorais, desde as «legislativas» às «administrativas» passando pelo grande prélio das «presidenciais», a vida política portuguesa está dependente das estratégias partidárias e pessoais a todos os níveis.

O prematuro (e precipitado) lançamento de «uma campanha eleitoral» veio agravar as dificuldades da vida política portuguesa e introduzir no rescaldo dos acontecimentos de 24 e 25 de Novembro uma perturbação suplementar. Os cálculos eleitorais mais especulativos, as mais fantasiosas e desencontradas antecipações relativamente aos resultados eleitorais, estão, como é público e notório, a prejudicar o curso do processo político português.

A perspectiva da realização, durante o ano de 1976 de três consultas eleitorais, em vez de constituir factor de mobilização popular para a consolidação das instituições democráticas, está a abrir brechas pelas quais a reacção espreita e passa.

O «eleitoralismo» ameaça a Democracia e compromete o Socialismo.

PERGUNTAS INDISCRETAS DO DR RAUL REGO

No seu editorial de «A Luta», o dr. Raul Rego, pergunta: «Com que autoridade se vão julgar umas centenas de esbirros, se se deu fuga aos seus mentores? Irá comparecer em tribunal, o director-geral Silva Pais, quando os ministros do Interior que lhe davam ordens ou lhe transmitiam as do Presidente do Conselho, foram postos à solta?»

As perguntas são pertinentes. O problema ficou em aberto. Não serão os ministros do Interior do antigo regime responsáveis?

O dr. Raul Rego comenta, igualmente, as contas reveladas no relatório da Comissão de Liquidação da ex-PIDE/DGS afirma com razão: «Não basta saber-se em quanto importou a compra de consciência e de carrascos; mais importante é saber quem foi responsável pelos sevícias e de quem eram as consciências vendidas à PIDE. Só assim se pode considerar feita a liquidação».

Haverá a intenção de a concluir em tempo útil? — Esta deverá ser considerada mais uma pergunta indiscreta.

O MAIOR ERRO DOS CAPITÃES

No boletim «Baluarte», publicação da Região Militar de Lisboa, referindo-se à constituição da Junta de Salvação Nacional, após a vitória de 25 de Abril de 1974, que como se sabe era composta pelos almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, e pelos generais Galvão de Melo, Diogo Neto, Costa Gomes, Jaime Silvério Marques e António de Spínola, declara o comandante da Região Militar de Lisboa, brigadeiro Vasco Lourenço: «Nenhum destes elementos fazia parte do MFA antes do 25 de Abril. Pessoalmente, considero que é o maior erro cometido, o facto de a seguir ao golpe se entregar o Poder total a elementos que eram estranhos ao Movimento. Esse erro viria mais tarde a ter fortes repercussões».

Uma opinião que tem o selo de uma experiência directa. Um depoimento a registar na crónica dos acontecimentos políticos «pós-25 de Abril».

UMA OPINIÃO

Segundo o deputado Carlos Laje: «em Portugal ouvem-se e lêem-se discursos reaccionários nos órgãos de informação e ouvem-se discursos ultra-reaccionários nesta Assembleia...». Um comentador acrescentou: «a próxima, a Legislativa, será ainda mais à direita».

Não será tempo de o evitar?

ESCLARECIMENTO OPORTUNO

Segundo um comunicado distribuído à Imprensa, o PCP (m-l) esclarece oportunamente que não tem qualquer responsabilidade política na projectada viagem a Pequim do dr. Francisco Sá Carneiro, secretário-geral do PPD. Registamos o esclarecimento do PCP (m-l). Na realidade, parece que não se trata de um convite pessoal de significado político ao dr. Sá Carneiro, mas da promoção de uma visita à República Popular da China. Visita que, como é evidente, poderá ter um aproveitamento político.

O que merece ligeira anotação é — quanto a nós — esta triste tendência dos políticos portugueses para se valorizarem nacionalmente com «convites» e «amizades» internacionais.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

O P.D.C. EXISTE

A advertência de Vital Moreira (PCP) na sessão de anteontem, sobre a tentativa **governamental de estabelecer a idade dos 21 anos como limite de elegibilidade para Assembleia de Deputados resultou. O Grupo Parlamentar do PS, que no mesmo dia apresentara uma proposta coincidente com o decreto-lei do Governo, recuou e aceitou a tese dos 18 anos. Uma sua deputada, Carmelinda Pereira diria a propósito que: «os jovens têm consciência da necessidade do socialismo e do papel que desempenham na sua construção».**

Curiosa foi também a votação de uma moção da UDP, de protesto pela «continuação da actividade legal do PDC-Partido da Democracia Cristã. **A moção exigia a imediata ilegalização desse partido, considerado como «agrupamento fascista». Votaram a favor 30 deputados do PS, 18 do PCP, 3 do MDP/CDE e 1 da UDP. Abstenções: 48 do PS, 6 independentes e 4 do PPD. Votaram contra: o CDS e os restantes deputados do PPD.**

O RELATÓRIO

Noutro momento da sessão, que terminou às 17,30, por falta de «quorum», José Luís Nunes (PS) atacou **declarações recentes de Sá Carneiro, considerando-as caluniosas relativamente a figuras do seu partido. Recordou que o dirigente do PPD «nunca esteve na cadeia, nunca foi deportado ou exilado, nunca sofreu qualquer tipo de perseguições», e que «deveria ter um pouco mais de vergonha, de pudor e de reserva nas declarações que fizer».**

Ainda na sessão de ontem, Jerónimo de Sousa (PCP) denunciou a decisão recente do Ministério dos Assuntos Sociais que põe em causa o Plenário das Comissões Administrativas da Previdência e o respectivo Conselho Coordenador. O deputado comunista considerou ainda «não menos graves as tendências que se manifestam no sentido de estatizar a Segurança Social, desligando os trabalhadores da sua gestão».

Numa rábula de muito mau gosto, o actor Igrejas Caeiro(PS) fez insinuações (pouco socialistas) ao referir, um tom veladamente insultuoso, **comissões de trabalhadores e de moradores, para protestar pelo retirada do «indevidamente extinto» museu histórico-bibliográfico da Assembleia.**

Entretanto registem-se as palavras de Afonso Dias (UDP) sobre o relatório do 25 de Novembro. «Ele pretende» — diz o deputado — «com todo o rendilhado de pormenores com que se enfeita, apresentar toda a luta do povo como uma grande conspiração golpista e também afastar as atenções populares dos factos que se sucederam depois do golpe reaccionário». Lembrou ainda o aplauso que o Relatório suscitou ao PPD, ao CDS ao PDC, etc.

E.A.

ADVOGADOS MADEIRENSES DEFENDEM A COLONIA

FUNCHAL, 7 — «A figura secular do contrato de colonia **madeirense constitui um instrumento humano e válido da exploração agrícola das terras do arquipélago da Madeira».**

Esta surpreendente afirmação consta de um estudo elaborado por advogados da delegação da comarca do Funchal da Ordem dos Advogados.

O parecer dos advogados em questão acaba de ser env **do ao Governo Central.**

A opinião de que o contrato de colónia constitui um «instrumento humano e válido» é, vomo se sabe, diametralmente oposta à dos trabalhadores madeirenses que se batem pelo fim do estatuto de colonia na sua terra.

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

PROFESSORES APOSENTADOS DO ENSINO PRIMÁRIO

PLENÁRIO

A Comissão Directiva do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, convoca os professores aposentados do ensino primário residentes na área dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal para uma reunião a realizar pelas **21.30 horas, na Terça-feira dia 10 de Fevereiro,** no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.

ORDEM DE TRABALHOS

1) Informações
2) Eleição de uma Comissão Coordenadora
3) Acções a desenvolver.

A COMISSÃO DIRECTIVA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73

LISBOA

DELEGADOS SINDICAIS

AVISO

Avisam-se todos os Delegados Sindicais que se efectua na segunda-feira, dia 9.2.76, às 21.30 horas, na sede do nosso Sindicato

REUNIÃO DE DELEGADOS

com a seguinte Ordem de Trabalhos:

— **Assuntos de interesse da classe.**

Lisboa, 5.2.76 — A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES

(Antigo Sindicato dos Contínuos e Porteiros)

AOS TRABALHADORES PORTEIROS

CAMARADAS:

Dezenas de companheiros trabalhadores-porteiros, têm feito chegar ao nosso Sindicato a notícia que o famigerado e conhecido divisionista e oportunista sr. Álvaro Bicho, recomeçou a lançar confusão ao dizer que o SEU SINDICATO fantoche de «Porteiros e Porteiras» está para sair do Ministério do Trabalho.

Esciarece a Direcção que este Senhor, recentemente saneado da auto-intitulada «Comissão de Porteiros» pelas suas posições oportunistas o que pretende É DIVIDIR E CONFUNDIR A CLASSE, pois que, em contactos havidos entre a Direcção e um elemento do Ministério do Trabalho, estes garantiram que o Sindicato fantoche NÃO SERIA reconhecido, pelo que o palrear desta alma penada não tem sentido. Contudo, pensa a Direcção que quem tem a última palavra sobre a organização dos trabalhadores são os próprios trabalhadores e que estes não permitirão qualquer posição ambígua ou contraditória do dito Ministério. Muito trabalho se tem realizado na classe dos trabalhadores Porteiros.

Muito trabalho há ainda e haverá para realizar.

CAMARADAS:

NÃO AO DIVISIONISMO
NÃO AO CONFUSIONISMO
EXPULSEMOS DO SEIO DA CLASSE OS TRAIDORES E OPORTUNISTAS
VIVA A CLASSE TRABALHADORA
VIVA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA
UNIDOS, ORGANIZADOS E CONSCIENTES, VENCEREMOS

SÓS NADA SOMOS — UNIDOS VENCEREMOS.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

post scriptum

Quando a RTP acelera...

Como trabalhadora que sou, estou unida e solidária com a leitora Maria Margarida S. M. Costa Bento, de QUELUZ, no reparo justissimo que fez à péssima reportagem que eu igualmente ouvi no Telejornal das 20 e 30 de domingo, dia 25, e nas considerações que fez. Digo-lhe que não esteja a ser condescendente ao considerar avaria técnica.

Posso acrescentar, concretizando, para conhecimento da verdade a dar ao nosso povo e para a estimada leitora, que no dia seguinte telefonei para a RTP, fazendo o mesmo reparo a essa transmissão, reclamando da maneira como ela foi posta «no ar» apresentando o dr. Álvaro Cunhal num dos seus discursos, e o que obtive da informação foi que o discurso era muito longo e que por esse motivo tiveram de acelerar a reportagem.

Sem comentários. Aos comícios de Rio Maior e Braga não foi necessário acelerar as reportagens, nessa altura houve tempo de sobra.

Que fizeram com consciência o que estavam a fazer ao transmitir o discursos do dr. Álvaro Cunhal, é verdade.

Lucinda Rosa — Barreiro

Em que mãos as armas são perigosas?

A vida dos cidadãos corre perigo, quer em casa, quer na rua, em face desta onda de gangsterismo. Homens armados, ou não, assaltam casas, pessoas na rua, nos transportes, de dia e de noite. Quer seja homem ou mulher, está sujeito a ser atacado ou assaltado por ladrões ou tarados que se movimentam sem que o Governo tome providências.

O Governo tem que tomar medidas urgentes. Polícias e militares deviam patrlhar dia e noite as ruas, quer em Lisboa como nos arredores. O Governo só se tem preocupado com as armas nas mãos da esquerda e deixa impunes os bandos que põem em perigo a segurança da sociedade.

Maria Rosa Lima — Lisboa

O dever histórico dos trabalhadores

Para se evoluir da situação de escravo da antiguidade para a posição do operário fabril de hoje, foi necessário percorrer um longo caminho. O empregado de uma fábrica ou o trabalhador em geral que hoje, cumprido o seu horário de tragalho, regressa a casa ao volante do seu carro e se senta a ver televisão, enquanto espera pelo jantar, muitas vezes não se apercebe da luta dura e longa que outros tiveram de travar para que se operasse essa transformação na vida do trabalhador. Para que o explorado de ontem seja hoje menos explorado; para que o humilhado de ontem seja hoje menos humilhado, e amanhã menos ainda, muitos homens têm ficado pelo caminho, quer sacrificando a própria vida, quer apodrecendo no fundo de masmorras, quer sofrendo as torturas mais abjectas.

É, pois, com um certo sabor a frustração que vemos por aí, hoje, inúmeros trabalhadores tomarem atitudes que contrariam em absoluto o processo revolucionário que o País vive. Ou por uma questão de ignorância ou como resultante de um egoismo doentio (como têm já uma situação razoável, receiam que qualquer viragem política venha prejudicar essa situação), tomam atitudes mais reaccionárias, mais retrógradas do que se pertencessem à família Melo ou fossem parentes próximos do sr. Champalimaud.

Seria bom, muito bom mesmo, que nós, trabalhadores, não nos esquecessemos de que as conquistas que hoje possuímos não nos foram concedidas pelos nossos lindos olhos. Elas foram arrancadas à custa de lutas violentas e de inúmeros sacrifícios. Em vez de nos limitarmos a usufruir essas conquistas — conquistas que, para as possuirmos hoje, outros lutaram por elas no passado — cumpre-nos dar continuidade a esse processo que vem das origens do tempo e que tem como objectivo primário a dignificação do homem que trabalha. Se a força do trabalho é, já de si, uma «força revolucionária», não nos parece que o homem que possui essa força possa ser coisa diferente de um amigo da revolução. Por outras palavras, não conseguimos compreender que um trabalhador se transforme, conscientemente, num lacaio ao serviço dos algozes da classe trabahadora. Como trabalhadores que somos, temos um dever histórico: preparar para que aqueles que vierem depois de nós um mundo melhor do que aquele que nos foi legado por quem veio antes de nós. Não há sociedades perfeitas; há, sim, sociedades em perfeição (lemos isto em qualquer lado). A sociedade está, de momento a momento, sofrendo os efeitos de uma transformação. Uma transformação gradual, continua, dialéctica. Sejamos, pois, o «motor» dessa transformação.

Luís Rocha — Évora

Os vampiros

Quem viu o Telejornal de 2.ª feira, dia 2, das 22.30, assistiu àquilo que há alguns meses seria simplesmente incrível. Um dos comparsas da chamada Confederaçap assistiu aquilo que há alguns meses seria simplesmente incrível. Um dos comparsas da chamada Condeferação dos Agricultores, agirando o «monstro» da Reforma Agrária, disse que os agricultores (os grandes latifundiários, evidentemente) esperavam que o 25 de Abril lhes fizesse justiça, que tivesse em conta as suas dificuldades, que os ajudasse com subsídios, etc. (...) Diremos que estávamos perante uma atitude coerente de quem tem inoculado na medula dos ossos o vírus da exploração. Mas uma televisão que dá plena cobertura e grande destaque a um bando de vampiros...

J A P S — Parede

ENSINO: O PASSADO E O PRESENTE

2. DEFENDER E DESENVOLVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

ANTÓNIO M. HESPANHA

Chamámos ontem a atenção para a necessidade de manter desperta a consciência dos educadores e estudantes democratas para a memória de um recente passado de repressão fascista na Escola. O outro pólo de uma estratégia destinada a avivar a consciência democrática em relação à importância do caminho andado no sentido da construção de uma Escola libertadora é a divulgação, a explicação e a defesa intransigente das conquistas revolucionárias no domínio do ensino.

Na verdade, os quase dois anos de democracia foram aproveitados, no sector da educação, para lançar alicerces sobre os quais muito pode ser construído e que colocam a uma luz diferente e muito favorável a perspectiva de uma profunda reforma da Escola num sentido democrático.

A GESTÃO PARITÁRIA É UMA CONQUISTA POLÍTICA

Um desses alicerces foi a *institucionalização da gestão democrática,* elemento de libertação da escola em relação aos enfeudamentos externos e internos e é imporante realçá-lo — complemento inevitável de uma pedagogia activa e participante. A partir de 1968 que o princípio da gestão participada, tendencialmente paritária começou a ser correntemente defendido pelos sectores escolares e intelectuais mais progressistas. Esta defesa arrancava de considerações de ordem pedagógica — consequência necessária da pedagogia activa, arma de luta contra o conservantismo pedagógico dos mandarinatos — e política — forma de trazer a escola para as mãos de sectores mais jovens e politicamente mais progressistas, forma de libertar a escola do império da tecnoburocracia do estado capitalista avançado (e, através, desta dos grupos de interesses que dominam o aparelho económico). A história das lutas da Universidade de Bremen pela instituição do *Drittelparitätsprinzip* é significativa do valor político da gestão tripartida: apresentada como medida de carácter sobretudo pedagógico pelos órgãos planificadores da nova Universidade, o princípio da gestão paritária foi imediatamente atacado, em sede política, pelas forças políticas e culturais mais conservadoras (nomeadamente C.D.U. e F.P.D.) pois impedia o predomínio, nessa universidade, do *establishment* social, cultural e económico. A selecção de docentes por estritos cirtérios de competência e de capacidade de inovação pedagógica e científica foi prontamente denunciada como sectária e esquerdista, o que levou o Senado do *Land* (até 1971 dominado por democratas cristãos e por liberais) a recusar a homologação de um terço dos contratos de docentes propostos (cf. Berndr, Elin-Birgit, *et al., Erziehung der Erzieher: Das Brener Reform-Modell*, 1972).

Pois, entre nós, a gestão paritária está instituída e, mais do que isso, encontra-se estabelecido na lei (decreto-lei 363/75, de 11 de Julho) o princípio da «gestão socialista». Hoje, porém, há vozes que se levantam contra a gestão democrática, invocando a experiência destes quase dois anos.

A NOSSA EXPERIÊNCIA

Mas qual foi, de facto, a experiência da gestão democrática?

Em globo, pode dizer-se que foi uma experiência extraordinária. Equipas de alunos, de docentes (sobretudo de jovens docentes) e de funcionários, todos eles até então completamente marginalizados em relação ao governo das Escolas, pegam nestas no Verão explosivo e caótico de 74 e, um mês depois, estavam engolfados nas tarefas, estas sim ciclópicas, de pôr a Escola a funcionar: recrutar novo corpo docente, conduzir a reestruturação dos programas, elaborar o orçamento. Nos meses de Outubro a Dezembro foram propostos ao Ministério cerca de um milhar de novos contratos; conseguiram resolver os problemas técnicos da orçamentação e apresentar orçamentos que se revelaram correctos (as correcções necessárias, no decurso do ano, não chegaram, globamente, a 4 por cento!...). No aspecto da reestruturação curricular e pedagógica, houve menos acerto; a avaliação do que foi, neste aspecto, o ano lectivo de 1974-5 não está feita e, por isso, tudo o que sobre o assunto possa ser dito corre o risco de assentar em análises impressionistas; mas o que se pode dizer é que, se nem tudo foi exemplar, a responsabilidade não pode ser assacada unilateralmente aos novos padrões de vida das escolas, nem à incapacidade dos novos órgãos directivos. Sobretudo, há que não perder de vista a situação pedagógica e científica das escolas antes do 25 de Abril, nem os vícios estruturais que, apesar de tudo, se mantiveram, por terem a ver com dados profundos relativos ao papel que a nossa Universidade desempenha no sistema social (elitismo da universidade e dos universitários, deficiente ligação às estruturas produtivas, etc.).

A «QUESTÃO HERÓICA»

Enfim, em cerca de quatro dezenas de escolas superiores apenas em três ou quatro se assistiu a uma degradação progressiva da vida escolar motivada, entre outras coisas, por erros graves no governo da escola, hipotecado a um sectarismo político inconsequente e paralisante. Ao lado destes há, porém, os exemplos de gestão heróica de Faculdades que, contra tudo (insuficiência de verbas, de equipamento, de instalações, de docentes) e contra quase todos (comodismo e oportunismo de professores e estudantes, incompreensão e indecisão — *mea culpa*, também... — do Ministério, etc.), conseguiram manter-se a funcionar — é o caso, entre outros, das Faculdades de Letras, sobretudo da do Porto, das Faculdades de Medicina, da Faculdade de Economia do Porto, do I.S.E. Os documentos de balanço da vida da escola, produzidos por este último Instituto e, mais recentemente, pela C.D. da Faculdade de Medicina de Lisboa são textos dignificantes e que nunca tiveram paralelo em documentos saídos dos Conselhos Escolares do antigo regime.

POR UMA PARTICIPAÇÃO ALARGADA

No que diz respeito à gestão participativa temos, no entanto, abertas perspectivas ainda mais vastas, com a instituição, pela «Lei quadro sobre a reforma do ensino superior» do Conselho da Revolução (Dec.-Lei 363/75, de 11 de Julho), da presença de entidades

Continua na pág. 4

UM POLÍCIA AO SUL DO EQUADOR?

Vorster e os seus amigos políticos, preocupados com a extensão da guerra civil angolana, hesitam entre a firmeza e o espírito de conciliação. A poucos dias de intervalo, o Governo de Pretória acaba de pôr em evidência as contradições a que tem de fazer frente, embora sem conseguir ultrapassá-las.

No dia 24, quarenta e oito horas depois da abertura da sessão do Parlamento, Piet Botha, ministro sul-africano da Defesa anunciava que o seu Governo retirava as tropas que se encontravam no interior do território angolano, para só as utilizar na protecção do Sudoeste africano, administrado como uma província da República. No dia seguinte sabia-se que os parlamentares sul-africanos se preparavam para adoptar um projecto de lei que previa a utilização eventual do contingente no exterior das fronteiras «a sul do equador».

Esta brusca atitude é sem dúvida explicada pela evolução da guerra de Angola. O êxito da ofensiva das forças do Movimento Popular de Libertação (M.P.L.A.) solidamente apoiadas por elementos cubanos dotados de armamento soviético aperfeiçoado, preocupa grandemente Pretória. Não só as tropas da Frente Nacional de Libertação (F. N. L. A.) refluem em desordem na direcção da fronteira do Zaire, como o próprio M. P. L. A. começou a lançar uma parte importante dos seus efectivos contra os da U. N. I. T. A., implantados na parte meridional do território angolano, que tem fronteira com a Namíbia. A U. N. I. T. A. já sofreu graves reveses, e instalou-se a discórdia no campo dos adversários do M. P. L. A., soldados da U. N. I. T. A. e da F. N. L. A. que já se bateram por várias vezes entre si.

No imediato, as vitórias do M. P. L. A. colocam em situação perigosa o Zaire e a Zâmbia, cujos dirigentes são considerados partidários de uma certa forma de diálogo com Pretória. Em Lusaka, Kenneth Kaunda acaba, de resto, de decidir aplicar com todo o rigor o regime do estado de emergência, sob o qual a população zambiana vive teoricamente há já dez anos. A mais longo termo, países como o Gabão e o Malawi, cujos dirigentes são considerados moderados surgem também na primeira linha. É pois todo o equilíbrio político da África Austral que parece ter de ser posto em causa, no caso de serem vencidos os movimentos concorrentes do M. P. L. A. As decisões que os sul-africanos preparam, inscrevem-se nesta perspectiva.

O brusco agravamento da situação na Rodésia, onde a guerrilha acaba de recomeçar a persistência da tensão mantida na Namíbia pelos nacionalistas negros da South West African Peoplis Organization (S. W. A. P. O.), não são, como é evidente, de natureza a conduzir Pretória no caminho do desfazer da escalada. A ameaça que pesa no conjunto das fronteiras da República, não deixa de se acentuar. Tendo em conta as dificuldades que Samora Machel teve recentemente em Moçambique, onde os elementos contestatários censuram ao chefe do Governo a sua atitude de conciliação para com Pretória, compreende-se a psicose de cerco que ataca Vorster e a sua equipa

© «Le Monde»

Nacional

Willy Brandt categórico

"Auxílio não depende de condições políticas"

Contrariando o que várias vezes deu a entender e o que o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã, Hans-Dietrich Genscher, deixou transparecer na sua recente visita, o presidente do Partido Social-Democrata alemão ocidental, Willy Brandt, disse à Anop, numa entrevista **exclusiva, que o auxílio a Portugal** não depende das condições políticas que cá se verifiquem.

Dizendo que o seu partido recomenda vivamente este auxílio, o ex-primeiro-ministro alemão afirma:

«O meu partido e eu próprio temos sublinhado várias vezes a convicção de que o auxílio à **economia portuguesa não** deve estar ligado às condições políticas. Isto será contraproducente. Na minha opinião, os países europeus governados ou influenciados por sociais-democratas, decidiram que as iniciativas tomadas pelos nossos amigos portugueses, de acordo com os seus próprios interesses, podiam e deviam ser encorajadas. Esta atitude é confirmada pela recente evolução positiva que conduziu a uma estabilização da situação política e económica.

À patética pergunta do correspondente da Anop, que quis saber se Brandt acreditava estar a democracia salva em Portugal, o presidente do SPD alemão respondeu:

«É sempre difícil dizer que a democracia está definitivamente salva. É óbvio que se mantêm ainda graves problemas para um país que sofreu um ditadura durante cinquenta anos. Mas no que respeita à actual situação em Portugal, todos os que consideravam o País perdido para a Europa e para a democracia, estavam enganados».

Willy Brandt acha que o facto de o «golpe» de 25 de Novembro ter falhado fortaleceu a estabilidade política do País e confessa ter ficado fortemente impressionado com o que ouviu a Mário Soares. A sua opinião é de que os socialistas contribuiram largamente para a evolução, que classifica de estabilizadora, e diz que as eleições marcadas para este ano serão uma data muito importante sobre este aspecto.

Quanto ao Comité de Auxílio aos Socialistas Portugueses, Brandt acredita que esta entidade pode ter tido alguma utilidade na influência de factores políticos no estrangeiro. Entretanto, logo a seguir diz que «deve ficar claro que o Comité e os seus membros nunca tiveram como objectivo interferir na política interna portuguesa».

Numa clara demonstração de que a Alemanha Federal está de olhos postos em Portugal, outro político daquele país, referiu-se ontem ao que se passa entre nós. Falando em Londres, o chanceler Helmuth Schmidt disse que «Portugal está empenhado em criar um sistema democrático. A Comunidade Económica Europeia concedeu já apoio considerável a Lisboa com este objectivo, e o meu país e outros deram-lhe também apoio bilateral».

P.C.P. contra a direita

"Necessária e urgente a unidade de acção"

«A ofensiva que as forças reaccionárias e conservadoras estão a desencadear, encorajadas pela viragem à direita na política portuguesa e pelo apoio que em muitos casos recebem das autoridades, está a pôr em causa todas as conquistas da Revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e as próprias liberdades» — diz uma nota da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português sobre «a ofensiva de recuperação capitalista e reaccionária».

Depois de referir que se assiste à recuperação pelos patrões das empresas que arruinaram e que os trabalhadores salvaram com o apoio do Estado,a nota sublinha que ao mesmo tempo são recusadas pelo Ministério do Trabalho credenciais para o crédito bancário a comissões de trabalhadores de empresas que os patrões tinham abandonado à beira da ruina, desenhando-se já claramente os planos para o assalto a empresas de sectores nacionalizados.

Depois de citar vários exemplos concretos de empresas e sectores onde o avanço das forças capitalistas é evidente, o PCP alude também à ofensiva contra a Reforma Agrária «que conhece novo incremento com a multiplicação de pretensos plenários animados por grandes senhores da terra que manipulam pequenos e médios agricultores voltando-os contra os seus próprios interesses».

O documento descreve a seguir outras frentes em que se desenvolve a ofensiva da recuperação capitalista, como seja o aparelho de Estado, a nível central ou nas autarquias, as organizações unitárias de base e o movimento sindical.

«De uma maneira geral — diz a nota — campanhas de desinformação e manipulação desencadeadas por partidos e outras forças reaccionárias através da Imprensa antecedem as acções de recuperação que são tomadas posteriormente por via administrativa. Com efeito a recuperação das posições dos grandes senhores da indústria e dos seus agentes no aparelho de Estado é facilitada porque a generalidade dos órgãos de comunicação social, nomeadamente a quase totalidade dos órgãos estatizados, levanta uma autêntica cortina de fumo em redor das manobras que preparam essa mesma recuperação».

E mais adiante: «O PCP, que advertiu a tempo sobre os perigos que de uma Informação de direita adviriam para as conquistas populares, vê-de hoje acompanhado nesta preocupação por outros sectores políticos civis e militares,e por um número crescente de trabalhadores dos órgãos de comunicação social».

E a terminar: «O PCP entende que é possível, necessária e urgente a uhidade de acção e o entendimento dos sectores e tendências políticas interessadas em travar a tempo a recuperação capitalista e em construir em Portugal uma democracia estável a caminho do socialismo».

Herculano de Carvalho dá nome a uma rua na Reboleira

«Sem possuir qualquer procuração, mas com a certeza de que todos os verdadeiros e sinceros democratas comungam do mesmo sentimento», a Comissão de Moradores da Reboleira Centro/Norte aprovou, por unanimidade, uma proposta de homenagem a Herculano de Carvalho, deputado pelo P.C.P. recentemente desaparecido em consequência de um acidente de viação.

Assim, e segundo a proposta aprovada, vai ser pedido para que a rua onde se encontra o Posto Clínico da Previdência, no Bairro da Reboleira, passe a ter o nome de Herculano de Carvalho.

Algumas palavras da proposta de homenagem ao deputado pelo P.C.P.:

«É dos mais elementares deveres de consciência e de justiça propor que a Amadora recorde para todo o sempre a memória dos seus moradores que lutaram aberta e denodadamente contra o fascismo, independentemente das suas ideologias e simpatias.»

ENSINO: O PASSADO E O PRESENTE

Continuação da pág. 3

extra-escolares na gestão das universidades e das escolas. Este princípio — que é hoje meta recomendada pela UNESCO e que se ensaia, desde há alguns anos, em vários países socialistas ou capitalistas (com sentidos, todavia, muito diferentes) — tem, na forma e com o sentido que lhe são dados entre nós, uma orientação claramente progressista. Ele garante, na verdade, que participem na decisão de tudo quanto diga respeito a questões fundamentais da vida das Escolas Superiores representantes de entidades sociais a quem interessa ou a quem, em última análise se dirige a acção educativa destes estabelecimentos de ensino, contribuindo — deste modo — para ancorar mais solidamente os planos de ensino às necessidades sociais definidas ao nível de quem as sente. Por outro lado, quebra o elitismo e a auto-suficiência da comunidade escolar, confrontando-a com os pontos de vista dos seus «parceiros sociais», nomeadamente com os pontos de vista daqueles que, tracionalmente, não conseguem fazer ouvir na universidade a sua voz — os trabalhadores (cuja representação, através das estruturas sindicais, está prevista).

DESENVOLVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática tem, portanto, que ser garantida e desenvolvida. Concretamente, têm que ser tomadas medidas (já previstas) conducentes à descentralização política, financeira e administrativa, sem as quais a democraticidade da gestão se pode tornar em pouco mais do que um mito. Grande parte dos fracassos de 1974-5 foi devida a que as escolas não dominavam senão uma pequena parte do processo de decisão e, por isso, todos os seus planos de organização interna corriam o risco de se malograrem se a decisão final (a cargo do Ministério) era negativa ou se atrasava.

Por isso, a larga descentralização da administração escolar universitária — que não exclui (antes supõe) a existência de órgãos de coordenação e de controlo — tem que ser posta rapidamente em prática. Só que, a descentralização implica um trabalho prévio de elaboração institucional (um novo «estatuto universitário») e um considerável reforço das estruturas **técnicas e administrativas** periféricas. Sem isso, ficar-se-á na grande confusão ou na grande burla.

OUTRAS CONQUISTAS

Ao lado da gestão democrática, outros apoios existem, pelo menos nas páginas do *Diário do Governo* ou do *Diário da Assembleia Constituinte*, para a construção em Portugal de uma escola democrática e democratizadora: criação do ciclo unificado nos ensinos **básico e secundário** (o que nos coloca a par da generalidade dos países socialistas, da Suécia, da Itália, do Líbano etc.,), criação do «serviço cívico estudantil» (que possui potencialidades revolucionárias, no que diz respeito a uma profunda transformação da mundividência estudantil pela quebra dos quadros ideológicos burgueses que convida a maior parte dos estudantes ao descompromisso social e ao desprezo do trabalho manual), criação de poderosos instrumentos de ensino não formal (Plano Nacional de Alfabetização, Universidade Aberta, Plano de Educação Permanente).

As forças progressistas, nas escolas, no MEIC, nos campos e nas fábricas têm que considerar como sua a tarefa de não deixar que tudo isto volte atrás e a de, pelo contrário, fazer com que tudo isto saia dos textos impressos e ande para a frente.

É nestes chãos (e não nas declarações, nas análises e nos gritos de alma) que a batalha pela reforma democrática do ensino se ganha ou se perde; e é também neles que conheceremos os amigos, os inimigos e os traidores.

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

ENSINO INFANTIL
PLENÁRIO

Convocam-se todos os trabalhadores do Ensino Infantil (educadores, auxiliares, monitores, vigilantes, etc.) para o Plenário a realizar no **dia 11 de Fevereiro** (quarta-feira), **pelas 21.30 horas,** na sede do Sindicato (Rua das Gaivotas, 6 (ao Conde Barão).

ORDEM DE TRABALHOS:

1) Informações
2) Discussão e votação da proposta de redução de categorias e início da uniformização de condições de trabalho.
3) Medidas a tomar.

A COMISSÃO DIRECTIVA

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS HIDRÁULICOS

Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos

Avisam-se os possíveis interessados que, aos elementos de consulta relativos à empreitada do Açude Ponte de Coimbra, patentes na Divisão de Obras da Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos desta Direcção-Geral, foi apenso o «Relatório do Reconhecimento Geotécnico» datado de Outubro de 1973, que serviu da base ao Volume 4 — Estudos Geotécnicos — do respectivo projecto.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1976.

O ENGENHEIRO SUBDIRECTOR-GERAL
Estevão Mendonça Lamas de Oliveira

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS TELECOMUNICAÇÕES

MOÇÃO

APROVADA POR UNANIMIDADE

Os trabalhadores das telecomunicações, reunidos no seu Sindicato em Assembleia Geral Extraordinária, decidem:

1) Apoiar a decisão da sua Direcção em participar na CRARA — Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária;
2) Incentivar acções concretas de apoio financeiro e de outra ajuda material ao seu alcance às unidades colectivas de produção agrícola;
3) Encetar todos os esforços profissionais para que os problemas relacionados com a Reforma Agrária sejam tratados correctamente e não caluniando os trabalhadores agrícolas, obreiros revolucionários desta conquista de todos os trabalhadores portugueses.

SALA DA ASSEMBLEIA GERAL
LISBOA, 5 DE FEVEREIRO DE 1976

Nacional

Para o 1.º ano do Ciclo e 7.º de escolaridade

Regime experimental com notas de 1 a 15 e participação do Conselho de Turma

. Um despacho da Secretaria de Estado de Orientação Pedagógica acaba de lançar um novo método de avaliação escolar destinado aos alunos que agora iniciam o ensino preparatório e o ensino secundário renovado.

«Um esquema complementar novo e adequado de avaliação escolar», afirma-se na introdução ao referido despacho, «não pode ser realizado sem a verificação de certas condições básicas, nomeadamente a especificação dos objectivos de cada disciplina, um período de experimentação e a formação de docentes. Por outro lado a elaboração de tal esquema é indispensável a colaboração de todos os professores, alunos e encarregados de educação, através de uma experiência prática que, procurando evitar rupturas bruscas, seja acopmanhada de acções de formação de professores, de sensibilização de opinião pública e de investigação e de recolha de dados sobre a evolução dessa experiência.»

. São as seguintes as normas contidas no despacho da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica, datada do de ontem:

. «1. No ano lectivo de 1975-1976 seja adoptado, em regime experimental, um novo modelo de avaliação dos alunos do primeiro ano do Ensino Preparatório e do sétimo ano da escolaridade.

2. Esse modelo de avaliação seja, basicamente, integrado pela introdução de duas fichas relativas a cada aluno:

. 2.1. — Uma «ficha aluno» destinada a registar apreciações de natureza específica ou global em conselho de turma;

. 2.2. — uma «ficha de informação» a preencher pelo Conselho de Turma, com base na ficha anterior, e destinada a informar os encarregados de educação nos três momentos do ano lectivo indicados no Despacho n.º 27/76 do ministro da Educação e Investigação Científica, de 5 de Fevereiro.

3. Seja estabelecido o seguinte critério de decisão para efeitos de passagem ao ano imediato:

. 3.1. — Na última reunião do Conselho de Turma, em cada disciplina, situar-se-á a posição do aluno em referência a uma escala de 1 a 15.

3.2. — Transmitirá para o ano seguinte o aluno que tenha obtido na frequência pelo menos cinco classificações iguais ou superiores a 3 (três).

3.3. — Nos casos em que o aluno apresente apenas quatro, classificações iguais ou superiores a 3 (três), o Conselho deverá ponderar a hipótese de trânsito ao ano seguinte, justificando a sua posição.

3.4. — Não se considera para efeitos do disposto nas alíneas anteriores as classificações obtidas nas disciplinas de Educação Física, Música e Religião (primeiro ano do Ensino Preparatório) e de Educação Física e Religião e Moral Católicas (sétimo ano da escolaridade). Esta posição poderá ser revista no próximo ano.

3.5. — Os alunos do sétimo ano da escolaridade que se encontrem a frequentar os cursos livres de Língua Estrangeira só transitarão ao ano seguinte se tiverem obtido na frequência pelo menos seis classificações iguais ou superiores a 3 (três), sem prejuízo do disposto nos pontos 3.4 e 3.3., (em que a expressão «quatro classificações» passa a «cinco classificações»).

4. Na medida do possível este modelo de avaliação seja aplicado aos alunos do primeiro ano do Ciclo Preparatório TV e da quinta classe do Ensino Primário.

5. As normas referidas nos números anteriores sejam aplicadas, com as adequações necessárias, aos estabelecimentos do ensino particular.

6. Os impressos relativos às fichas anteriores sejam facultados às escolas pelas Direcções-Gerais do Ensino Básico e do Ensino Secundário e pela Inspecção-Geral do Ensino Particular.

7. Nos restantes anos dos Ensinos Preparatórios e Secundário seguir-se-á o processo de avaliação em vigor com eventuais ajustamentos que venham a ser determinados.»

P.S. dos Açores acusa

"C.D.S. é cúmplice dos separatistas"

A propósito das declarações feitas à chegada dos Açores pelo eng. Amaro da Costa e pelo general Galvão de Melo sobre a situação naquele arquipélago, a Coordenação da Zona Ilhas do Partido Socialista emitiu um comunicado no qual condena a política do C.D.S. e a sua prática da aliança com os movimentos autonomistas.

Eis o texto:

. «O dirigente do C.D.S. eng. Amaro da Costa e o general Galvão de Melo, no regresso dos Açores, de forma directa e indirecta fizeram referências ao Partido Socialista e à sua política quanto aos problemas açorianos.

«O C.D.S. tem defendido, nos Açores, uma política francamente obscurantista e retrógrada. A sua cumplicidade com o movimento separatista é praticamente total, vendo-se frequentemente aparecerem em sessões públicas como independentes do C.D.S. conhecidos activistas da F.L.A. ou antigos dirigentes da A.N.P. O general Galvão de Melo declarou, à sua chegada a Lisboa, que não tinha tido contactos com a F.L.A., mas seria bom que o senhor general explicasse ao povo português como aceitou tomar parte em comícios e caravanas em que a bandeira do C.D.S. estava ao lado da bandeira da independência dos Acores.

«O eng. Amaro da Costa, por sua vez, confundindo oposição com irresponsabilidade ou traição, preconizou para os Açores um referendo e moeda própria. Trata-se de afirmações demagógicas e perigosas, ditadas pelo objectivo único de fomentar clientelas eleitorais nas ilhas.

«O C.D.S. fala em referendo, é preciso que diga a pergunta que pretende colocar à população dos Açores e por que posição se bateria caso tivesse lugar o referendo que propõe. Será que o C.D.S. continuará a defender uma solução de comunidade para os Açores, dando como exemplo comunitário o Canadá, que é um país independente?

. «A defesa de uma moeda açoriana teria por objectivo tornar os Açores uma nova colónia ou subtrair o arquipélago à zona do escudo? O próprio C.D.S., no projecto que apresentou à Constituinte, pôs como limite da autonomia regional dos Açores a moeda, adoptando agora posições francamente contraditórias.

«O apoio de última hora dado agora pelo C.D.S. ao general Altino Magalhães, pretendendo insinuar tensões com o P.S. onde elas nunca existiram, não esconde a face hipócrita da demagogia por parte do eng. Amaro da Costa.

«Efectivamente, as dificuldades que o general Altino Magalhães tem encontrado nos Açores têm sido agravadas exactamente pela actuação do C.D.S. local, dada a sua política de pactuação activa com os separatistas.

«Nos Açores, o C.D.S. tem que escolher claramente qual a sua bandeira, qual o seu hino e qual a sua moeda. No Continente, o C.D.S. tem que esclarecer as razões de uma política açoriana. Em suma, o C.D.S. tem que dizer, de uma vez por todas, se é um partido adulto, responsável e português ou um partido capaz de pôr em causa a unidade nacional a troco dos votos da clientela separatista açoriana».

Pela primeira vez em Lisboa

C.D.S. faz comício no Campo Pequeno

O Partido do Centro Democrático Social realiza amanhã à tarde um comício na praça de touros do Campo Pequeno em Lisboa. A sessão começa às 16 e 30 e anuncia-se com a participação dos mais destacados membros do CDS como são Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Basílio Horta e o general Galvão de Melo.

Trata-se da primeira sessão deste tipo que o partido «centrista» leva a efeito na capital. O facto está a despertar natural curiosidade e expectativa nos meios políticos, que se interrogam principalmente acerca da capacidade de mobilização que o CDS poderá demonstrar ao nivel de Lisboa, uma zona onde conta com uma base social de apoio relativamente não muito representativa.

A sessão tem vindo a ser propagandeada pelos meios normais, a colocação de cartazes, por exemplo. Não se tendo registado incidentes à volta destes trabalhos, deve no entanto dar-se nota de dois comunicados que o CDS emitiu: um a anunciar que a sua equipa de colocadores de cartazes foi «atacada e agredida» em Sobral do Monte Agraço; o CDS diz que se tratava de «elementos locais — e não só — do MDP-CDE»; outro assegurando que «o próprio CDS não deixará de tomar as necessárias previdências para que o comício de amanhã decorra na melhor ordem». Esta declaração vem a propósito de um facto: «foram distribuídos em Lisboa alguns panfletos anónimos incitando ao boicote ao comício do CDS em Lisboa no dia 8» — diz a organização, que confia: «as autoridades não deixarão de cumprir as suas reais responsabilidades».

Dissidentes do P.P.D.

. Os dissidentes do PPD vão reunir-se este fim-de-semana na Estalagem Santiago, arredores do Porto, para clarificarem as «formas de que se revestirá a sua intervenção na vida política nacional».

A reunião prossegue os trabalhos encetados há algumas semanas na Curia. Deve ser apresentado um «manifesto» aprovado em reuniões realizadas a nível regional, para ser discutido juntamente com propostas de alteração a apresentar.

O «manifesto» em questão constitui um programa e define uma linha política social-democrata diferenciado à esquerda do programa e das posições mais recentes do PPD.

universal

EM EXIBIÇÃO
ÀS 17 e 21 HORAS

Às 15, 19 e 23 horas — **«QUE VIVA MÉXICO»** (filme inacabado, de Sergei Eisenstein e **«VIVA CUBA»** de Agnés Varda
Às 00.30 horas — **«A MORTE DUM LENHADOR»** de Gilles Carle

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

COMUNICADO

CAMARADAS:

Como é do vosso conhecimento o Ministério do Trabalho voltou a prorrogar o prazo de revalidade de CREDENCIAIS até 29 do corrente.

De qualquer modo, essa prorrogação continua a dar a possibilidade das entidades patronais contestarem, nos primeiros 10 dias após a publicação deste alargamento de prazo no Diário do Governo.

A política antioperária, contrária às conquistas revolucionárias dos trabalhadores, continua a ser a tónica daquele Ministério que, cedendo às pressões da direita, não consegue, apesar das declarações demagógicas, já do domínio público, esconder toda a triste verdade deste processo.

Na realidade, há neste momento, neste país, uma nítida tentativa de recuperação por parte do capitalismo, a que certos órgãos do Governo não são alheios.

Os resultados dessa tentativa são evidentes: os casos têxtil Manuel Gonçalves, Facar, Mealheiro do Lar e, muito em especial Martins& Rebelo, são exemplo.

Por isso, alertamos todos os trabalhadores para a presença no plenário que a U.S.L. leva a cabo no próximo **dia 7 às 21,30 horas, na Feira Internacional de Lisboa à Junqueira.**

TODOS À FIL

— **CONTRA A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO COM O PATRONATO**
— **CONTRA O REGRESSO DOS SABOTADORES**
— **PELA DEFESA DAS LIBERDADES**
— **PELA DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES**
— **POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO RUMO AO SOCIALISMO**
— **A LUTA CONTINUA**

O Secretariado

Nacional

Portugal adere à Convenção das Zonas Húmidas

..A Secretaria de Estado do Ambiente, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, estuda as condições de adesão de Portugal à «convenção das zonas húmidas», de importância internacional, especialmente como *habitat* de aves aquáticas.

Estas zonas são elementos importantíssimos do equilíbrio ecológico e o seu valor económico só é comparável aos solos da mais alta produtividade agrícola, visto tratar-se de riquíssimos meios biológicos. Nelas se concentra grande número de aves que são indicativo seguro do seu estado de conservação.

Mediante a criação de diversas reservas (Castro Marim, Pancas, Paúl de Boquilobo, ria de Aveiro, região de Faro, Olhão e Ludo, etc.) bem como com a criação do C. E. M. P. A. (Centro de Estudos de Migrações e Protecção de Aves), com o levantamento nacional das zonas húmidas, etc., a Secretaria de Estado afirma iniciar uma efectiva gestão dos recursos que estas zonas representam.

Internacionalmente Portugal ocupa neste campo uma posição de excepcional importância dado possuir 4 regiões classificadas como das mais importantes da Europa neste domínio:

. O estuário do Tejo, a região de Faro, a ria de Aveiro e o estuário do Sado.

Batata de semente: quem criou a crise?

A batata de semente desencadeou mais uma «crise», a qual mostrou que algo está errado no sector dos abastecimentos (e preços). Quem controla os circuitos, e que circuitos, de importação e de distribuição? Até quando o povo, e com maior gravidade os produtores, continuam a assistir impotentes às guerras entre ministérios e entre estes e os comerciantes? A actuação dos intermediários, sobretudo no sector das importações e da distribuição dos produtos básicos, não pode estar entregue ao oportunismo ou inspiração do lucro, numa sociedade que se diz socializante, mesmo que isso custe alguns milhares de votos aos partidos que aí procuram o seu apoio.

Sobre o problema da batata de semente recebemos duas notas oficiosas da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, além de outra que esclarece que a batata será paga pela J. N. F. a 5$80 kg ao produtor.

PREÇOS DE VENDA À LAVOURA

.«A Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços torna público que, através do Decreto-Lei n.º 103-A/76, de 4 de Fevereiro, são fixados os preços da venda à lavoura para a batata de semente nacional e importada, bem como os subsídios a efectuar pela Junta Nacional das Frutas, e que foram decididos pelo Governo.

Entretanto, tem a Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços conhecimento que parte da batata de semente, cujos preços agora se fixam, foi já comercializada e adquirida pelos agricultores a preços provisórios, consideravelmente superiores aos preços agora fixados.

Assim, deverão todos os agricultores que já tenham adquirido batata de semente a preço superior ao agora fixado, contactar imediatamente com os respectivos vendedores ou com as delegações da Junta Nacional das Frutas, a fim de poderem ser reembolsados pela diferença paga a mais, em relação aos preços agora definidos.

Para melhor esclarecimento dos interessados dá-se a conhecer o teor do Decreto-Lei n.º 103-A/76, de 4 de Fevereiro, que é o seguinte:

A maior percentagem de batata-semente utilizada no País é proveniente da importação. A carência mundial de batata na presente campanha provocou uma situação de alta acelerada de preço no Mercado Mundial, situação que consequentemente se reflecte nos custos de importação da batata-semente de origem estrangeira bem como nos preços de venda pretendidos pelos produtores nacionais.

Representando a batata-semente percentagem considerável dos custos de produção da batata de consumo a fixação do seu preço de venda ao produtor, aos níveis determinados pelo seu preço de importação, implicaria um agravamento nos preços de venda ao público da próxima campanha.

Deste modo, e na prossecussão dos objectivos de estabilização de preços de bens essenciais, por um lado, e de garantia de condições de exploração compensadas aos produtores, por outro, entende o Governo ser necessário intervir na fixação dos preços de venda à produção de batata-semente, de modo a assegurar os objectivos atrás referidos e o cumprimento dos preços de garantia ao produtor fixados no Decreto-Lei n.º 73/76 de 27 de Janeiro.

A concretização destes onjectivos implica a necessidade de subsidiar os preços de venda à produção da batata-semente nacional e importada.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º do n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como Lei, o seguinte:

ARTIGO 1

1 — São fixados, para a campanha 1975/76, os seguintes preços máximos de venda à lavoura, para a batata de semente da produção nacional:

VARIEDADES E CLASSES: No armazém do importador por saco de 50 kg em Lisboa e no Porto, respectivamente:

Arran Banner: — Miudo, 364$00, 357$50; Grado, 364$00, 357$50; Misto, 364$00, 357$50.

Arran Consul: — Miúdo, 429$00, 422$50; Grado, 416$00, 409$50; Misto, 416$00, 409$50.

Desiree e Compagnon: — Miúdo, 429$00, 422$50; Grado, 416$00, 409$50; Misto, 416$00, 409$50.

Kennebek: — Miúdo, 468$00, 416$50; Grado, 455$00, 448$50; Misto, 455$00, 448$50.

Cardinal: Miúdo, 416$00, 409$50; Grado, 403$00, 393$50; Misto 403$00, 396$50.

2 — No caso de transporte até ao utilizador, aos preços referidos no número 1, pode ser acréscimo o encargo correspondente, com o limite máximo de 15 escudos por saco de 50 kg.

ARTIGO 2

1 — São fixados, para a campanha de 1975/1976, os seguintes preços máximos de venda à lavoura de batata de semente importada:

VARIEDADES — No armazém do importador, por saco de 50 kg: Agnes, 522$00; Alpha, 435$00; Arran-Banner, 416$00; Arran-Consul, 565$00; Avenir, 516$00; Bintue, 414$00; Cardinal, 535$00; Desirée, 520$00; Draga, 524$00; Fina, 509$00; Grata, 509$00 Hidra, 509$00; Isola, 509$00; Jaeria, 541$00; Kennebec, 560$00; King Edward, 418$00; Magestic, 440$00; Maris Peer, 437$00; Mirka, 526$50; Montior, 516$00; Pasrons, 448$00; Pentland Dell, 414$00; Reo Pontiac, 572$00; Scietue, 429$00; S. Ponta, 537$50; Ulster Torch, 493$50; Up To Date, 483$50.

2 — Estes preços são válidos para a batata de semente colocada nas ilhas adjacentes, constituindo encargo do Fundo de Abastecimento, por intermédio da Junta Nacional das Frutas, as despesas de transporte efectuadas.

3 — No caso de transporte até ao utilizador, aos preços referidos no número 1, pode ser acrescido o encargo correspondente, com o limite máximo de 15$00 por saco de 50 kg.

ARTIGO 3

1 — É fixada em 71$50 e 65$00, respectivamente, para Lisboa e Porto a margem total máxima, por saco de 50 kg, para os diversos intervenientes no circuito de comercialização da batata de semente de produção nacional.

2 — A margem mínima do retalhista é fixada em 25$00 por saco de 50 kg.

ARTIGO 4

1 — É fixada em 140$00 a margem total máxima, por saco de 50 kg, para os diversos intervenientes no circuito de comercialização da batata de semente importada.

2 — É fixada em 40$00, por saco de 50 kg, a margem mínima do revendedor.

ARTIGO 5

São fixados, para a campanha de 1975/76, os seguintes preços a pagar pelos importadores às cooperativas agrícolas dos produtores de batata se semente nacional.

VARIEDADES E CLASSES — Nas Cooperativas de Produtores, por saco de 50 kg:

Arran-Banner: miúdo, 292$50; grado, 292$50; misto, 292$50. Arran-Consul; miúdo, 357$50; grado, 344$50; misto, 344$50. Desirée e Compagnon; miúdo 357$50; grado, 344$50; misto 344$50; Kennebec: miúdo, 396$50 grado 383$50, misto 383$50 Cardinal: miúdo 344$50 grado 331$50; misto, 331$50.

ARTIGO 6

1 — A Junta Nacional das Frutas subsidiará as Cooperativas Agrícolas dos Produtores de Batata de semente nacional, segundo a seguinte tabela:

VARIEDADES E CLASSES — (por saco de 50 kg) Arran-Banner miúdo, 187$50; grado, 187$50; misto, 187$50. Arran-Consul: miúdo, 146$50; grado, 147$50; misto, 147$50. Desirée e Compagnon: miúdo, 146$50; grado, 147$50; misto 147$50 Kennebec: miúdo 143$50 grado, 144$50; misto 144$40 Cardinal miúdo 135$00 grado, 136$50, misto, 136$50.

2 — O subsídio a efectuar pela Junta Nacional das Frutas às Cooperativas Agrícolas dos Produtores de Batata de Semente Nacional será feito em função das quantidades certificadas pelos Serviços Fitopatológicos da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

ARTIGO 7

1 — Relativamente aos preços das variedades Mirka, Vittorini e Iris Peage, dado que as suas quantidades são pouco significativas, os preços a pagar às cooperativas serão acordados entre estas e os compradores, e submetidos à aprovação da Junta Nacional das Frutas, a qual definirá a atribuição de um eventual subsídio.

2 — Na formação dos preços máximos de venda à lavoura, das variedades referidas no número anterior, são aplicadas as mesmas margens máximas de comercialização definidas para as demais variedades.

ARTIGO 8

A Junta Nacional das Frutas subsidiará os importadores de batata-semente segundo a seguinte tabela.

VARIEDADES (POR SACO DE 50 KG).

Agnes, 22$00; Alpha, 87$50; Arran-Banner, 329$50; Arran-Consul, 144$00; Avenir, 21$50; Bintue, 252$00; Cardinal, 55$00; Desirée, 189$00; Draga, 113$50; Fina, 35$00; Grata, 51$00; Hidra, 35$00; Iscla, 35$00; Jaerla, 82$00; Kennebec, 142$00; King Edward, 221$00; Magestic, 240$50; Maris Peer, 286$00; Mirka, 60$00; Monttor, 32$00; Patrones, 150$00; Pentland Crown, 302$50; Pentland Dell, 295$00; Red Pontiac, 219$00; Sientje, 115$50; Ulster Torch, 174$00; Up-To-Date, 153$50.

DESPACHO

A necessidade de contenção dos preços de venda ao público da batata de consumo, artificialmente elevados por processos especulativos, facilitados pela carência nacional e internacional deste produto, determinam que se torne necessário subsidiar a batata importada, quer pela Junta Nacional das Frutas quer pelos importadores privados.

Assim:

« — Em relação à batata importada ao abrigo dos «B. R. I.» licenciados pela Junta Nacional das Frutas até à data do Decreto-Lei 103-A/76 de 4 de Fevereiro constituirá encargo do Fundo de Abastecimento o diferencial entre o preço real de compra — provado documentalmente pelos respectivos «B. R. I.» e facturas do fornecedor acrescido das despesas de descarga e encargos de importação cujos valores serão propostos à Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços pela Junta Nacional das Frutas) — e o preço de 6$10/Kg. referido no Decreto-Lei para venda pela Junta Nacional das Frutas ao comércio retalhista.

2 — Em relação à batata importada ou a importar directamente pela Junta Nacional das Frutas constituirá encargo do Fundo de Abastecimento o diferencial entre o preço real de compra acrescido das despesas de descarga (defenidas dos mesmos moldes do número anterior) e o preço de 6$10/kg. defenido no Decreto/Lei n.º 103/76 de 4/2/76 para venda pela Junta Nacional das Frutas ou comércio grossista.»

NECESSIDADES A SATISFAZER

Da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, recebemos também a seguinte nota oficiosa sobre informações solicitadas às Cooperativas e Comissões Liquidatárias dos Ex-Grémios da Lavoura:

«Na sequência da reunião avida, no dia 4, na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços com representantes do Ministério da Agricultura e Pescas, da Junta Nacional das Frutas e da Associação Nacional dos Importadores e Exportadores de Frutas, e da divulgação também hoje feita por nota oficiosa do Decreto-Lei n.º 103-A/76, de 4 de Fevereiro, que veio estabelecer o sistema de preços da batata-semente, a Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços solicita das Cooperativas e das Comissões Liquidatárias dos ex-Grémios da Lavoura as seguintes informações:

— Necessidades ainda não satisfeitas de batata-semente; detalhe dessas necessidades por variedades; identificação dos importadores a quem foram apresentadas encomendas ainda não satisfeitas; escalonamento dessas necessidades em função das datas de sementeira.

Estas informações deverão ser enviadas com a máxima brevidade, e o mais tardar até dia 9 de Fevereiro, para a Junta Nacional das Frutas, sita na Rua Rodrigo da Fonseca, 8, em Lisboa.

Ficou também estabelecido na mesma reunião que os importadores vão enviar à Junta Nacional das Frutas a relação das quantidades ainda por importar, com identificação por variedades e com indicação das quantidades comprometidas em vendas directas à lavoura.

ENTREGA DA PRODUÇÃO À J. N. F.

«A Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços informa os produtores de batata que a Junta Nacional das Frutas está a solicitar às organizações da lavoura a recepção de inscrições de produtores de batata de consumo que desejem entregar as suas produções nos armazéns deste organismo.

Esclarece-se os produtores que até ao dia 31 de Maio a batata será paga nos armazens da Junta Nacional das Frutas ao preço de 5$80/Kg.

A Secretaria de Estado de Abastecimento e Precos informa igualmente os produtores que no periodo que vai de 1 de Junho a 31 de Dezembro de 1976 o preço de garantia da batata não será inferior a 4$50/Kg.»

PUB

SOREFAME

Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, S. A. R. L.

Rua Vice-Almirante Azevedo Coutinho — AMADORA

CAPITAL REALIZADO: 250 000 000$00

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Conforme foi oportunamente anunciado, procedeu-se no dia 28 do passado mês de Janeiro ao 22.º sorteio, para efeito de amortização de 1148 obrigações do 1.º empréstimo de 5 por cento, 1960-1980 tendo sido sorteados os seguintes títulos:

TÍTULOS DE 100

12701, 17901, 19001, 19701, 20301, 22301 e 24701.

TÍTULOS DE 50

11301.

TÍTULOS DE 20

11091.

TÍTULOS DE 10

6611, 6851, 7401, 7451, 7631, 7961, 7971, 8311, 8441, 9381, 9761, 10091, 10331, 10371 e 10461.

TÍTULOS DE 5

2471, 2751, 2831, 2931, 3081, 3111, 3191, 3341, 3406, 3441, 3726, 3906, 4031, 4291, 4596, 4796, 4886, 5066, 5081, 5121, 5191, 5396, 5496, 5601, 5626, 5676, 5741, 5751, 5776, 5826, 5866, 6061 e 6211.

TÍTULOS DE 1

27, 58, 73, 102, 103, 139, 206, 244, 293, 295, 313, 347, 382, 398, 458, 553, 617, 635, 690, 790, 796, 809, 844, 871, 873, 896, 918, 931, 1076, 1081, 1095, 1250, 1256, 1267, 1339, 1353, 1365, 1387, 1438, 1444, 1451, 1463, 1489, 1511, 1541, 1588, 1646, 1658, 1662, 1706, 1750, 1770, 1797, 1807, 1963, 1966, 1983, 2028, 2035, 2040, 2082, 2095 e 2187.

(Último cupão a pagar o n.º 31)

Os títulos representativos de mais de uma obrigação são identificados, para simplificação, pelos seus primeiros números.

N. B. — Restam a reembolsar:

21.º SORTEIO

Títulos de 20: N.º 10671.
Títulos de 1: N.ºs 93, 96, 434, 508, 514, 520, 722, 725, 771.
(Último cupão a pagar o n.º 30)

20.º SORTEIO

Títulos de 5: N.ºs 2496, 3736, 4281.
Títulos de 1: N.ºs 341, 571, 633, 762, 766, 817, 1500, 1502, 1533, 1534 e 1989.
(Último cupão a pagar o n.º 29)

19.º SORTEIO

Títulos de 5: N.ºs 2436 e 4246.
Títulos de 1: N.ºs 75, 147, 592, 1516, 1531 e 2050.
(Último cupão a pagar o n.º 28)

18.º SORTEIO

Títulos de 5: N.º 3106.
Títulos de 1: N.º 19. (Último cupão a pagar o n.º 27)

17.º SORTEIO

Títulos de 5: N.º 4266.
Títulos de 1: N.ºs 16, 17, 566 e 917. (Último cupão a pagar o n.º 26)

16.º SORTEIO

Títulos de 1: N.ºs 565 e 919. (Último cupão a pagar o n.º 25)

15.º SORTEIO

Títulos de 5: N.ºs 2326 e 2991.
Títulos de 1: N.º 2064. (Último cupão a pagar o n.º 24)

12.º SORTEIO

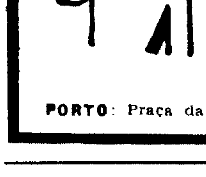
Títulos de 1: N.º 564. (Último cupão a pagar o n.º 21)

O pagamento das obrigações sorteadas, pelo seu valor nominal, será efectuado a partir do dia 15 do corrente mês de Fevereiro na sede da empresa e nos seguintes estabelecimentos de crédito:

BANCO BORGES & IRMÃO;
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA;
BANCO DE FOMENTO NACIONAL;
BANCO FONSECAS & BURNAY;
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO;
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR;
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO;
BANCO TOTTA & AÇORES;
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS.

Amadora, 5 de Fevereiro de 1976.

O Administrador
José Antunes da Silva



SURDEZ

Recupere a Sua audição com os modernos e garantidos aparelhos auditivos MYKROSON. Um modelo para cada caso de surdez. Consulte-nos sem compromisso.

MICROSOM — Organização especializada em protese auditiva.

LISBOA: Av. Almirante Reis, 75-1.º Esq.
PORTO: Praça da Batalha, 3-4 — **FARO**: Rua Ivens, 24-26

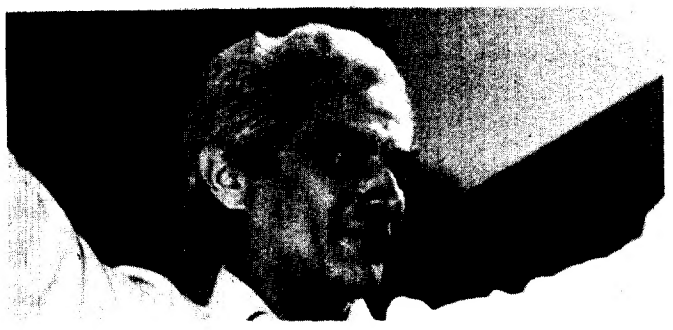
BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA Dep. de confecções

Rua Infantaria 16, 55-C

726603



Cunhal foi à Abelheira com um tema candente: o das relaçõe com a cúpula do PS

Cunhal na Abelheira

Difícil a colaboração do P.C.P. com a direcção do P.S.

. Cerca de duas mil pessoas ouviram ontem o secretário-geral do P.C.P., Álvaro Cunhal, dirigir uma saudação aos socialistas que eventualmente ali estivessem, durante uma sessão de esclarecimento e propaganda daquele partido realizada ontem à noite na Abelheira Cunhal salientou a importância da colaboração comunistas-socialistas na hora presente mas adiantou que, se ao nível de bases essa colaboração é em muitos casos um facto, ao nível de direcções tal colaboração embate contra dificuldades. Segundo o secretário-geral do P.C.P., estas dificuldades é o próprio P.S. que as levanta ao seguir ou apoiar uma política direitista.

A assistência dialogou com o secretário-geral do P.C.P., sobre questões escaldantes como a Reforma Agrária, a situação dos portugueses em Moçambique, o problema de Angola, a presença dos comunistas no elenco do VI Governo, além das relações P.C.P.-P.S.

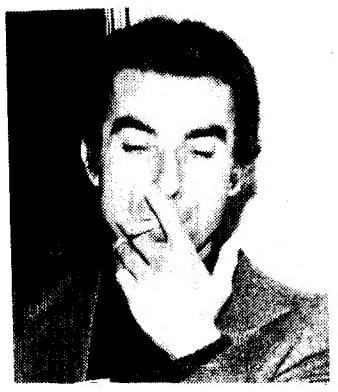
Falando sobre a Reforma Agrária: «Atendendo à feição direitista do Governo» — disse Cunhal que é de admitir que Lopes Cardoso, ministro da Agricultura, tem assumido posições que defendem os interesses dos trabalhadores da terra. Referindo-se a Moçambique e à situação em que se encontra a comunidade portuguesa naquele país depois das nacionalizações, o secretário-geral do P.C.P. reconheceu ao povo e ao Estado moçambicanos independentes o direito de tomarem as medidas internas que julgarem convenientes. Acerca de Angola, considerou que só o M.P.L.A. é o legítimo representante do povo angolano — posição que o P.C.P. tem defendido desde a primeira hora.

Referindo-se à presença de comunistas no elenco do VI Governo, Álvaro Cunhal justificou-a por ela evitar um avanço ainda maior das forças de direita.

SÁ CARNEIRO EM S. BENTO

O secretário-geral do P.P.D., Francisco Sá Carneiro teve ontem uma reunião com o primeiro-ministro almirante Pinheiro de Azevedo no Palácio de S. Bento.

No decurso da reunião, que demorou cerca de uma hora, foram tratados problemas relativos à situação política actual. Sá Carneiro deu conta a Pinheiro de Azevedo das trocas realizadas recentemente numa deslocação à Bélgica onde se avistou com dirigentes da Comunidade Económica Europeia.



Sá Carneiro foi a S. Bento com outro tela de fundo: as relações CEE-Portugal

Audiência de Costa Gomes em Belém a familiares de militares presos

. O Presidente da República recebeu uma vez mais o secretariado da Comissão dos Familiares dos Militares Revolucionários Presos, ao qual afirmou, segundo um dos seus elementos, que a situação daqueles detidos será resolvida a curto prazo, ainda que não tenha adiantado qualquer data.

Na entrevista ter-se-á referido a aceleração da instrução dos processos conducentes às libertações condicionais, tendo o general Costa Gomes, segundo a nossa fonte de informação, declarado que «um País com presos políticos é um País subdesenvolvido», pelo que a imagem de Portugal estaria a deteriorar-se na Europa.

Entre outras questões, o secretariado da comissão terá denunciado ao Presidente da República o facto de os militares postos em liberdade no Norte serem colocados na disponibilidade e enviados para Lisboa, sem lhes pagarem a viagem de regresso, colocando-os em situações embaraçosas. Haveria também verberado o facto de agentes da ex-PIDE-DGS postos em liberdade serem torturadores e terem sido reconhecidos já na rua por algumas das suas vítimas. O general Costa Gomes tomou apontamento de ambas as denúncias a fim de esclarecer os casos.

Aquele secretariado anunciou ainda a Costa Gomes a realização de um comício no próximo dia 13, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, e manifestou ao Presidente o desejo de que figure na agenda de trabalhos da próxima reunião do Conselho da Revolução o decreto-lei que regulamenta a prisão preventiva e a colocação em liberdade condicional dos militares.

O secretariado manifestou também a sua preocupação pela actual escalada da violência

PRISIONEIROS EM TIMOR

O chefe do Estado recebeu também em Belém uma comissão de familiares dos 23 militares prisioneiros em Timor.

Em nome dos seus colegas dessa comissão, o dr. Armando Palma Carlos afirmou à Anop que a solução desse problema depende agora em parte do relatório do embaixador Vitorio Guicciardi sobre a sua visita àquele território.

O dr. A. Palma Carlos disse ainda que durante a audiência dada pelo chefe do Estado foi tratada não só a situação dos 23 militares feitos prisioneiros pela U.D.T., mas ainda «a de outros militares e civis portugueses que se encontram em Timor presumivelmente também detidos pelas forças daquele movimento».

«O sr. Presidente da República confia, e nós também, em que os nossos familiares, em que todos os prisioneiros portugueses, hão-de regressar. Agora quando, é que não sabemos» — disse a concluir o dr. Palma Carlos.

CONTRA A PRISÃO DE OTELO

«A Associação Portugal-Moçambique, verificando que se arrasta a situação de prisão do seu presidente, Otelo Saraiva de Carvalho, manifesta publicamente a sua profunda apreensão por este facto» — afirma um comunicado desta associação.

Depois de saudar os dirigentes militares do 25 de Abril, a associação «solidariza-se com todos os militares revolucionários presos que deram o seu contributo para o fim do regime colonial e para a libertação do Povo Português».

A terminar, a Associação Portugal-Moçambique afirma o seu empenhamento no estreitamento dos laços de amizade entre os dois povos e sublinha ver «com preocupação a escalada das forças reaccionarias de que a prisão daqueles militares é mais um sintoma que, necessariamente, se reflecte nas relações de Portugal com a República Popular de Moçambique».

Bomba destrói táxi

. PENALVA DO CASTELO, 7 — O taxi de Fernando Lopes da Silva Aires, militante do Partido Socialista, natural e residente nesta vila do distrito de Viseu, foi hoje de madrugada completamente destruído pela explosão de uma bomba.

Em declarações prestadas à Anop, Fernando Aires confirmou que o automóvel destruído constituia o único meio de subsistência para si e para a família, e que os estilhaços do petardo, que considerou «de grande potência», danificaram ainda a sua casa, destruindo várias janelas e duas portas.

O proprietário da viatura afirma ter sido vítima de «bandidos da direita» e de «elementos da ex-A. N. P.», enquanto um informador da G. N. R. de Penalva do Castelo adiantou que o atentado vai ser alvo de investigação por parte de uma brigada especializada em minas e armadilhas, da P. S. P. de Viseu.

P.J.M. colocada sob a alçada do C.R.

O serviço de Polícia Judiciária Militar, criado em 23 de Setembro do ano passado, fica a depender do Conselho da Revolução, através de um dos seus membros, o qual tem, para efeito administrativos, competência igual à de um ministro.

Esta decisão, tomada em reunião do C.R., foi transformada em decreto-lei publicado no «Diário do Governo», I série.

PUB

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS

ACTUALIZAÇÃO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL

Norma para o REQUERIMENTO referido no Art.º 11.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 25-A/76 de 15 de Janeiro, **relativo à transferência de Recenseamento por motivo de mudança de residência.**

Ex.mo Sr.

Presidente da Comissão de Recenseamento da Freguesia de ...

F... filho de... e de... nascido na freguesia de... a (data)... portador do Bilhete de Identidade n.º (1)... passado pelo Arquivo de Identificação de... actualmente a residir em (lugar)... freguesia de... Rua (2)... n.º... e andar.... solicita a passagem de uma CERTIDÃO DE ELEITOR comprovativa de que se encontra inscrito no Recenseamento Eleitoral para a Assembleia Constituinte, nessa Comissão de Recenseamento, a fim de transferir a sua inscrição.

Data

O Requerente

(1) Se tiver.
(2) Se existir.

SALDOS JOFRAMA

SALDOS de FAMA

De 2-2-76 a 14-2-76

TARDÁMOS MAS CÁ ESTAMOS

RUA JOÃO DAS REGAS, 4-B-C
RUA DA MADALENA, 203 A 217
PRAÇA DA FIGUEIRA, 12-1.º Drt.
TODOS A LISBOA
A O S M A I S
SENSACIONAIS
S A L D O S

Lençol Flanela	— Eram a	~~165$~~	agora 89$	Cobertor Gigante	— Eram a	~~575$~~	agora 358$
Jogo Banho (5 Peças)	— »	» ~~390$~~	» 228$	Manta de Bebé	— »	» ~~250$~~	» 158$
Adereço Cama Bordado Tipo Italiano	— »	» ~~385$~~	» 269$	Pijamas Criança Turcos e de Felpa	— »	» ~~150$~~	» 88$
Camisas Homem aos Milhares	— »	» ~~300$~~	» 149$	Toalhões Turcos Ingleses	— »	» ~~125$~~	» 69$
Padrões de Tarar Cintas Lastex Inglês	— »	» ~~225$~~	» 69$	Jogos de Banho (5 Peças) Aveludados	— »	» ~~850$~~	» 595$

EDIFÍCIO - SEDE — Rua dos Fanqueiros, 226 - 232 — Enviamos à cobrança

JOFRAMA SALDOS

Trabalho

C.I.P. defende despedimentos "por motivos justificáveis"

A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) manifestou, recentemente, através de um telegrama enviado ao Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, «a sua estranheza por se continuar a tomar decisões e a aprovar medidas que afectam o sector empresarial sem este ser consultado ou ter conhecimento prévio das mesmas». A CIP, pormenorizando, defende os «despedimentos por motivos justificáveis».

Acentua-se no telegrama que «a reconstrução da economia nacional agora encetada ficará, sem dúvida, extremamente comprometida se a iniciativa privada não for ouvida na preparação e elaboração de diplomas decisivos para a continuação da sua existência».

Adianta-se ainda que «nem parece lógico que, numa altura em que entidades oficiais falam da necessidade de um **novo contrato social** continue a ficar ignorado sistematicamente um dos parceiros desse mesmo contrato social».

Igualmente se sublinha que «a alteração do diploma sobre cessação do contrato individual de trabalho, **eliminando a possibilidade de despedimentos por motivos justificáveis** foi recebida pela indústria nacional, sector privado, e pelas suas associações representativas com a maior surpresa e apreensão».

O telegrama termina concluindo que «efectivamente trata-se de um diploma sem qualquer audição dos empresários que continuam totalmente marginalizados, não obstante solicitações nesse sentido feitas pela Confederação da Indústria Portuguesa por ofícios de 24 de Setembro, 26 de Setembro, 18 de Novembro e telegrama de 18 de Novembro. As vantagens imediatas da manutenção forçada de postos de trabalho sem viabilidade económica são ilusórias. Traduzem-se na prática no agravamento da crise económica e impedem desenvolvimento industrial» — esse, sim, criador de mais actividades, logo, de novos e seguros postos de trabalho — «por não facultarem às empresas uma adaptação às novas condições de mercado por forma a sobreviverem até poderem entrar em nova fase de expansão».

Uma pergunta apenas, depois de toda esta argumentação da Confederação da Indústria Portuguesa: qual é a sua ideia ao querer ditar leis a quem de facto as dita, que é o Governo?

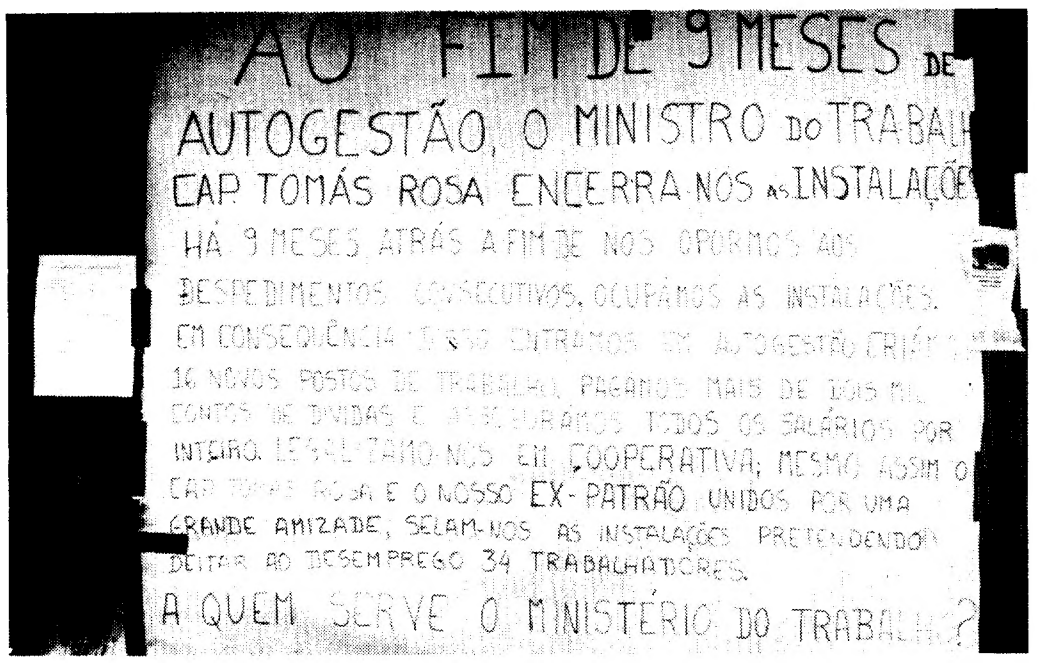
Nota oficiosa

Do Ministério do Trabalho recebemos para publicação a seguinte nota oficiosa:

«Tendo surgido dúvidas sobre o C. C. T. dos Editores e Livreiros, a Secretaria de Estado do Trabalho esclarece de novo o seguinte:

A) As entidades patronais terão de dar cumprimento às cláusulas do C. C. T. e respectiva tabela salarial, inclusivamente no respeitante aos meses decorridos desde a sua publicação em Outubro de 1975 no Boletim do Ministério do Trabalho e enquanto não for eventualmente alterada;

B) Apenas estão suspensas, até conclusão do estudo económico do sector, as cláusulas referentes a dotações mínimas (19.ª), promoções automáticas (21.ª), diuturnidades (35.ª) e pagamentos retroactivos (Base II — N.º 2 e cláusula 2.ª N.º 1)»:



As instalações do «Mealheiro do Lar» continuam seladas. Elementos da PSP impediram esta manhã, que os trabalhadores vendessem uma carrinha com hortaliças. Enquanto o Ministério toma posição em nota oficiosa (que, por razões de espaço, não nos é possível publicar hoje), os trabalhadores perguntam: «A quem serve o Ministério do Trabalho»?

C.A. demitida acusa

"Recuperação capitalista" na Martins e Rebello

«A demissão da Comissão Administrativa enquadra-se numa política que este País parece querer seguir: caminho para a recuperação capitalista», afirmou um elemento da ex-comissão Administrativa da «Martins e Rebello», demitido há dias por proposta do ministro Magalhães Mota que mereceu a aprovação do Conselho de Ministros.

A conferência de Imprensa realizou-se na Associação Guilherme Cossoul, pois a anterior — marcada para as instalações da fábrica — não pôde realizar-se devido às pressões do sobrinho do patrão, Vitor Moya, agora nomeado pelo Estado para a Martins e Rebello.

Razões apontadas para a demissão desta Comissão Administrativa? Parece não terem nenhuma, pois segundo ali foi afirmado «o próprio Ministro do Comércio Interno não conseguiu dizer absolutamente nada em desabono da nossa administração. Por isso, o assunto se arrastou mais de 15 dias no Conselho de Ministros».

«Trata-se únicamente de um acto político» — disse Alexandre Antunes Pereira, que esteve exilado 22 anos no Brasil e é técnico de gestão de empresas.

No texto da resolução, em que se demite a C.A., lê-se: «Ultrapassada a data prevista para a cessação das respectivas funções, continua a revelar-se necessária a intervenção estatal, surgindo concomitanteemnte a necessidade de designar nova Comissão Administrativa». Também isto foi refutado por Alexandre Pereira. «A Resolução do Conselho de Ministros não previa nenhuma data para a nossa cessação de funções».

O EX-PATRÃO JÁ DÁ ORDENS

A Comissão Administrativa agora nomeada pelo Conselho de Ministros é afecta ao ex-patrão, que já telefona para as fábricas a dar ordens. Entre os elementos da administração encontra-se um retornado de Angola, eng.º Jordão, e ainda o sobrinho do patrão, Vitor Moya, e um neto, António Rebello.

Entretanto, o relatório que a ex-Comissão Administrativa tinha enviado para as entidades governamentais e que apresentava um plano de reestruturação global do sector parece não ter sido lido. Foi pedido outro relatório à actual Comissão Administrativa. E enquanto os relatórios vão e vêm, mantém-se a crise no sector dos lacticínios, em que a Martins e Rebello detém cerca de 70 por cento do mercado português.

O plano da ex-comissão administrativa — disse João Sucena — continha muitas propostas para a reorganização do sector. Ao nível da produção, previa a criação de zonas leiteiras no país. Assim, em vez de passarem várias camionetas de empresas diferentes na mesma entrada para a recolha de leite, seria feita uma recolha única, com maior economia. A classificação do leite ficaria sob o controlo estatal, o que beneficiaria os pequenos pecuaristas.

Ao nível da Indústria, haveria, assim, segurança quanto ao fornecimento da matéria-prima e ao mesmo tempo redução de custos devido àquela recolha única. Além disso, propunha-se a criação de estábulos colectivos em torno de grandes cidades como Lisboa e Coimbra. O plano sugeria ainda uma redução de 0,5 por cento do teor de gordura do leite para o consumidor, o que permitiria reduzir muito a importação de manteiga. «Estávamos voltados para a regularização do sector de lacticínios. A nossa demissão indica que o Governo não está interessado nessa regularização» — foi a opinião de João Sucena.

TRABALHO FRUTÍFERO

O trabalho da ex-Comissão Administrativa parece ter sido frutífero. «Quando chegámos, a dívida aos produtores andava com atrasos de 4 meses. Nos Açores chegava mesmo aos 6 e 7 meses. Não se pagava à Caixa de Previdência. Regularizámos todas estas situações. Também suportámos aumentos salariais da ordem dos 25 por cento. No nosso período de gestão tivemos também o subsídio de Natal e de férias. Reduzimos ao mínimo o leque salarial na empresa. Os elementos da ex-Comissão Administrativa, recebiam doze mil escudos. Havia gente que dizia não compreender porque estávamos agarrados ao OSSO. Já nem se compreende que haja pessoas interessadas em ajudar o País. Nem sequer tiveram o reconhecimento de nos notificar da nossa demissão. Soubemos por terceiros».

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal
AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º

CONVOCATÓRIA

SECTOR DE GARAGENS

Convocam-se todos os associados deste Sector, para um plenário a efectuar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico — Av. Rovisco Pais, em Lisboa, no próximo dia 9 (2. Feira), pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos :

Ponto único — Discussão e posição a tomar por este Sindicato perante a vaga de assaltos às bombas de gasolina.

UNIDOS E ESCLARECIDOS ATINGIREMOS OS NOSSOS OBJECTIVOS.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

LISBOA, 5 DE FEVEREIRO DE 1976

A DIRECÇÃO

Manuel F. M. Pereira

JUNTA NACIONAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS

DELEGAÇÃO DE LISBOA
Rossio, 45-2.º

Avisam-se todos os possíveis interessados que no próximo dia 12, pelas 15 horas, vão à praça nesta Delegação, Rossio, 45, 2.º, os couros provenientes dos bovinos abatidos nos Matadouros de Lisboa e de Sintra nas semanas n.ºs 2 e 3.

Vão também ser leiloadas cerca de 170 peles de fetos de bovino armazenadas no Matadouro-Frigorífico de Lisboa.

PUB

HOSPITAL DISTRITAL DE SETÚBAL

Recebem-se propostas até ao dia 16 do corrente mês de Fevereiro, para um lugar de Barbeiro.

As referidas propostas devem ser entregues no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente.

Setúbal, 3 de Fevereiro de 1976

A COMISSÃO INSTALADORA

PUB

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

AVISO

UTILIZAÇÃO DE PASSES

A difusão do uso de passe para os transportes colectivos de superfície na cidade de Lisboa, veio dar origem a um número de tentativas de fraude na sua utilização que, embora reduzido em relacão ao número de passes distribuidos (90 para cerca de 90.000), parece revelar pouco conhecimento por parte do público sobre as condições de funcionamento.

Por esta razão, chama-se a atenção do público para as seguintes condições que constam do contrato relativo ao uso do passe :

a) — Os passes são pessoais e **absolutamente** intransmissiveis, pelo que não podem ser usados por pessoa diferente do seu titular;

b) — Os passes são válidos exclusivamente para o período (mês ou semestre) expressamente referido no bilhete de transporte, isto é, do primeiro ao último dia do mês ou do semestre respectivo;

c) — Há percursos (fora da área de Lisboa) para que os passes não têm validade.

A utilização fora destas condições será considerada fraude sujeita ao correspondente procedimento criminal, dará origem à imediata apreensão do passe indevidamente utilizado (para o que poderá ser pedida a intervenção da autoridade) e obrigará o seu portador ao pagamento da despesa criada com a fiscalização e fixada em 200$00 por cada passe apreendido, além de qualquer outro pagamento que se justifique para legalizacão do passe, quando usado fora do prazo constante do bilhete que no mesmo estiver fixado.

A Companhia Carris toma estas medidas no desejo de criar entre os seus cobradores e o público a confiança indispensável ao bom funcionamento do serviço e no interesse do próprio público, ficando assim crente de que não mais haverá motivos para qualquer procedimento que não lhe interessa nem é agradável para qualquer das partes.

Para tanto se faz este Aviso

Trabalho

EXPECTATIVA NO PÃO DE AÇUCAR

Coordenadora dos trabalhadores expulsa por "comissão de luta"

. A substituição, por decisão governamental, da comissão administrativa do quadro de empresas Pão de Açúcar (supermercados), gerou de imediato atitudes reflexas por parte dos trabalhadores.

Como se previa, na sua reunião de ontem, o Conselho de Ministros decidiu nomear nova comissão administrativa para o Pão de Açúcar, demitindo a anterior, que gozava da confiança dos trabalhadores. O novo órgão de gestão é constituído pelo dr. Artur Fernando Mousinho de Almeida e Silva, por um representante do Ministério das Finanças e outro do Ministério do Comércio Externo (estes últimos, a designar).

Resultados da decisão ministerial no supermercado de Alcântara: tendo o repórter começado por perguntar onde poderia estabelecer contacto com elementos da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores dos Supermercados Pão de Açúcar, foi-lhe respondido, com alguma surdina — o movimento de clientes e de outras pessoas era grande ao lado do repórter — que seria melhor experimentar a porta número 43, que dá acesso aos escritórios. Porta fechada, pedido de identificação, identificação dada, porta aberta. «Não queremos fotografia» — aviso.

Disseram-nos naquele primeiro andar que a «comissão de luta», (que por sinal, surgiu ontem, precisamente no dia em que o Conselho de Ministros decidiu demitir a Comissão Administrativa), tinha decidido expulsar os elementos da «Coordenadora», constituída por representantes democraticamente eleitos nas várias lojas.

«Houve violência?» Á nossa pergunta houve quem respondesse que não. Que só tinha havido uns encontrões. Ninguém tinha caído, ninguém se ferira. «Pois, pois» — respondeu o repórter, que não se esqueceu de agradecer as informações.

Mas o trabalho do jornalista não ficaria correcto se ficasse por aquele primeiro andar de escritórios alcatifados. Dá-se uma volta ao edifício onde funciona supermercado e armazém, e... eis uma porta aberta.

«O que se passa por aqui?» Passado um justificado retraimento, há quem nos diga: «O que se passa é que indivíduos ligados ao A.C. Santos, alguns deles familiares, acompanhados de certos gerentes de compras supervisores, ao todo uns cem indivíduos, chegaram aos escritórios e expulsaram os nossos representantes, os que nós elegemos. Chegaram a agredir pessoas. Para não haver mais violência, a «Coordenadora» abandonou as instalações, que agora estão fechadas e guardadas por uma tal «comissão de luta» arrajada à pressa. Mas isto não fica assim. Há trabalhadores enganados. Mas ao todo somos três mil. Gostávamos de saber quantos participaram na eleição da tal «comissão de luta».

Trabalhadores do «Pão de Açúcar»: os de porta aberta e rosto descoberto

A «comissão de luta», aparecida ondem à tarde, já elaborou três comunicados. Tónica dominante: acusar a Comissão Administrativa, agora arredada por decisão ministerial, de má gestão. No entanto, ontem o nosso jornal publicou um comunicado da C.A., onde surgiam números concretos sobre a gestão ruinosa praticada pelos ex-patrões e os resultados positivos alcançados durante o período em que desenvolveu a sua actividade.

O que se passa no «Pão de Açúcar» não pode deixar de se inserir em toda uma movimentação que visa a recuperação pelo capital de conquistas alcançadas pelos trabalhadores no desenvolvimento do processo revolucionário aberto com o 25 de Abril. São muitos os exemplos.

CERVEJAS

Nacionalizar as distribuidoras e julgar os "responsáveis"

A Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Vialonga, da Sociedade Central de Cervejas, acompanhada pelo Secretariado dos Trabalhadores das Distribuidoras em regime de exclusivo com a S. C. C., em recente entrevista com o capitão Sousa e Castro, fizeram entrega de um documento dirigido ao Conselho da Revolução no qual evocam, designadamente, o facto de ter sido decretada pelo Governo a nacionalização das distribuidoras e as afirmações públicas do Presidente Costa Gomes de que homologaria os decretos do «Quinto».

Isso ainda não aconteceu, neste caso, com prejuízo, segundo a comissão de trabalhadores, para a criação de «novos postos de trabalho e aumento das receitas da indústria cervejeira e dos cofres públicos». De acordo com a mesma fonte, «os detentores do capital das distribuidoras há vários anos que não investem, embora sempre tivessem obtido lucros chorudos».

A manter-se esta situação, ficam também em perigo postos de trabalho na indústria nacionalizada, já que os capitalistas privados podem sabotar as vendas, estando à mercê de tal sabotagem 75 por cento das vendas da indústria.

JULGAMENTO PÚBLICO

A Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Vialonga, na exposição dirigida ao CR, exige o julgamento público, entre outros, de Manuel Ricardo Espírito Santo Silva, Artur Luís Alves Conde e Manuel Vinhas, «implicados em irregularidades detectadas pela comissão de inquérito ao Grupo de que faz parte a SCC». Os trabalhadores lembram ainda que «os resultados do inquérito foram entregues no Conselho da Revolução há mais de seis meses, sem que agora se tivesse mandado julgar os responsáveis por crimes diversos, tais como, abuso de confiança, burla, furto, exportação ilícita de capitais, irregularidades fiscais e falsas declarações ao Estado».

O CR é ainda alertado para «o facto de o sr. Vasco de Mello (da CUF e da CIP) já dar entrevistas ao **Expresso**, propondo a desnacionalização das cervejas». Depois de referirem que «já se fala no regresso de capitalistas que fugiram», os trabalhadores perguntam: «Estes senhores que fugiram podem regressar a Portugal? Sem julgamento? Ou o Conselho da Revolução vai mandar julgá-los?».

Contra a especulação

. **PORTO, 7 — Perante as graves dificuldades no abastecimento de produtos alimentares essenciais, como carne, bacalhau, arroz, manteigas, etc, os sócios da RioCoope — Cooperativa de consumo de Rio Tinto, aprovaram por unanimidade, em reunião geral, uma moção em que exigem: o abastecimento de carne pela Junta Nacional de Produtos Pecuários; que todo o gado para abate seja vendido à Junta que se encarregará da sua comercialização; que não seja autorizada a diferenciação de preço entre carne fresca e congelada, o que, a fazer-se, iria permitir a venda de carne congelada por fresca; que o Instituto dos Cereais garanta o abastecimento de arroz.**

Comércio retalhista encerra na quarta-feira

. Os trabalhadores do comércio retalhista deverão paralisar na próxima quarta-feira, dado que não foi cumprida a única condição por eles exigida para não fazerem greve: a comparência da União das Associações dos Comerciantes do Distrito de Lisboa, numa reunião, no Ministério do Trabalho, com os dirigentes sindicais.

Quanto se certificaram que os representantes do patronato não compareciam, os dirigentes sindicais tentaram ser recebidos pelo ministro do Trabalho. Apenas conseguiram a promessa de uma audiência com a DROT (Departamento de Relações com as Organizações de Trabalhadores), ex-Gabinete de Apoio à Vida Sindical, organismo que tem sido largamente contestado pelos trabalhadores. Tal promessa de audiência está agora a ser estudada pelos dirigentes sindicais e, se for aceite, realizar-se-á depois de amanhã.

Os argumentos mantêm-se de parte a parte: do lado do Ministério do Trabalho e da entidade patronal continua a insistir-se na necessidade de cumprir o congelamento da contratação colectiva. Do lado dos trabalhadores, pretende-se o recomeço das negociações. Quando, no fim deste mês, se concretizar o descongelamento, as negociações já estariam adiantadas. O contrato colectivo para o sector retalhista atingirá cerca de nove mil e quinhentos trabalhadores e já devia estar acordado desde finais de Setembro.

SE O GOVERNO NÃO RESPONDER

Greve da enfermagem na terça-feira

. Os profissionais de enfermagem, representados pelos sindicatos de Lisboa, Porto, Coimbra e Funchal, estão na disposição de entrar em greve nacional, na próxima terça-feira, se não obtiverem satisfação às suas reivindicações, expressas em caderno já aprovado pelo Governo em Novembro do ano passado.

Exigem também a publicação do decreto que crie o diploma único para a classe de enfermagem, com o qual se regularizará a situação de mais de quinze mil antigos auxiliares de enfermagem, categoria, aliás, já abolida.

Os dirigentes sindicais, convocados pela secretaria de Estado Saúde, estiveram naquele departamento, mas após os cumprimentos o secretário de Estado ausentou-se imediatamente para uma outra reunião.

EPAL

ACÓRDÃO FAVORECE ACCIONISTAS

Os trabalhadores da Empresa Pública das Águas de Lisboa, reunidos em plenário, aprovaram uma moção onde afirmam que «tendo tomado conhecimento do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10-10-1975, em que dá razão à Companhia das Águas de Lisboa e aos detentores do capital accionista, para disporem dos bens do fundo de reconstituição do capital que, além dos juros das acções pagos anulamente, renderam cerca de 5,5 vezes o capital nominal de 50 mil, contestam a justiça desse acordo, tanto mais que se processa inquérito financeiro e técnico às actividades da administração da C. A. L., que ainda não está completo.».

Recorda-se que, em 21-6-1974, se desencadeou o movimento dos trabalhadores da E. P. A. L. que culminou com a expulsão dos administradores da ex-C. A. L. Os trabalhadores, no seu caderno reivindicativo, além da nacionalização da empresa e outras reivindicações, incluíam o fundo de reconstituição do capital, formado à custa dos trabalhadores. Este fundo, revela um elemento da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores, foi congelado até apuramento final das responsabilidades da ex-administração da C. A. L.

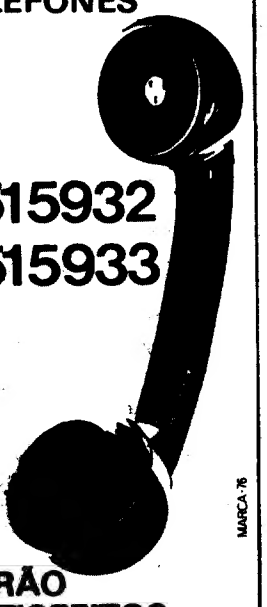
MARIA OLÍVIA FERREIRA DOS SANTOS VARELA GOMES

MISSA DE 30.º DIA

Seus filhos participam que na segunda-feira, dia 9, pelas 18 horas será celebrada missa por sua intenção na Igreja de S. João de Brito, agradecendo a todas as pessoas que se dignarem assistir a este acto.

OBRIGADO
SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO
OBRIGADO
SRS. GOVERNANTES
OS ANÚNCIOS LUMINOSOS
DAS NOSSAS CIDADES E VILAS PODEM ESTAR
ACESOS ATÉ ÀS 23.30 H.
RECONHECIDOS
A F A L — ASSOCIAÇÃO DOS FABRICANTES DE ANÚNCIOS LUMINOSOS

MAIS EFICIÊNCIA MAIOR RAPIDEZ NOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA
Miele
AGORA, DIRECTAMENTE, ATRAVÉS DOS TELEFONES
2515932
2515933



MARCA-76

SERÃO SATISFEITOS TODOS OS PEDIDOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Para melhor servir os utilizadores das suas máquinas, a MIELE Portuguesa centralizou nas suas instalações em **Sacavém** (R. do Estado da Índia, 12-A) os serviços de
- Assistência Técnica
- Peças e acessórios
- Entrega e levantamento de aparelhos para reparação

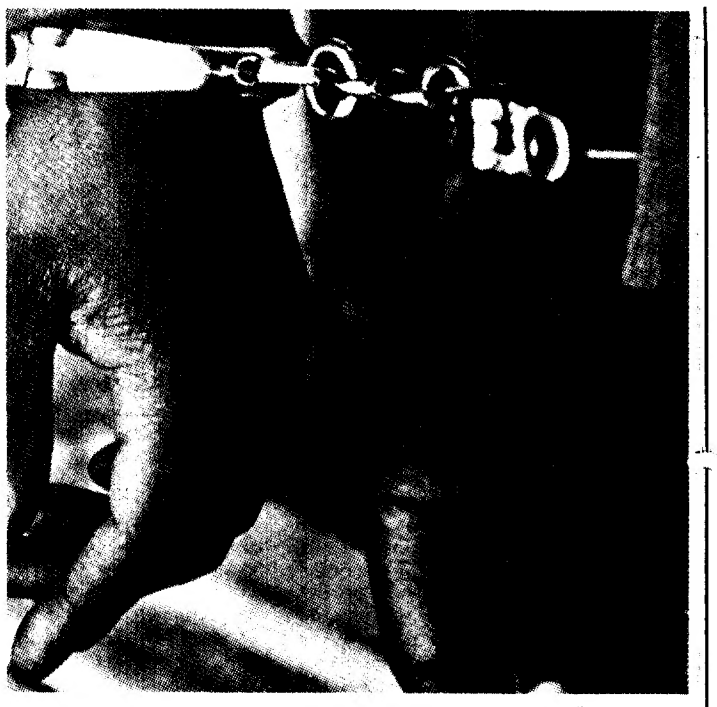
SEGURANÇA NA VENDA — SEGURANÇA NO PÓS-VENDA

Estrangeiro

Entrevista com Oliver Tmbu, presidente do Congresso Nacional Africano

POVO SUL-AFRICANO EM LUTA

1. "Firme confiança na vitória"



«A política do diálogo é um ardil táctico pérfido...»

— Face ao isolamento cada vez maior dos regimes racistas no Sul da África e à ofensiva resoluta das forças revolucionárias do continente contra estes últimos bastiões do colonialismo e do racismo, o Governo da RSA aplica, com respeito aos Estados africanos, a política do chamado «diálogo». Qual é a sua essência e que fins persegue?

O.T. — A política do diálogo é um pérfido ardil táctico dos governantes sul-africanos para conservar por qualquer preço a ordem racista, romper o seu isolamento na arena internacional e, em particular, no nosso continente. Os racistas desejam intensamente, em troca de ajuda económica e financeira, conduzir os Estados africanos a auxiliá-los a manter as bases do regime existente e a desistirem de apoiar a luta dos povos do Zimbabwe e Namíbia.

A táctica do diálogo começou a ser aplicada a partir de meados dos anos sessenta, com métodos de diplomacia secreta. Apesar disso, as forças progressistas de África e do mundo inteiro analisaram correctamente as manobras dos racistas e denunciaram os seus verdadeiros objectivos. Uma poderosa onda de protestos forçou a que certos líderes africanos renunciassem ao «diálogo».

A queda do colonialismo português a debilidade sensível das posições do regime racista de Ian Smith na Rodésia, modificaram a situação no Sul do continente, propiciando um poderoso estímulo ao movimento libertador na RSA. Ao isolamento exterior da RSA, somou-se uma extrema tensão política interna.

GANHAR TEMPO

No Outono de 1974 o Governo de Pretória convidou novamente os Estados africanos ao «diálogo», declarando que estava decidido a realizar alterações consideráveis no interior do país. O primeiro-ministro Vorster chegou, inclusivamente, a prometer que, em seis meses, efectuaria reformas tão profundas que, segundo as suas próprias palavras, deixariam o mundo boquiaberto. Mais tarde, tornou-se claro que tudo isto não passava de mais uma manobra subtil e pérfida. O fim perseguido por Vorster era ganhar tempo. O derrube do regime fascista em Portugal fez com que os acontecimentos no Sul do continente evoluissem com tal rapidez que privaram em absoluto os governantes de Pretória de qualquer trégua para mobilização das suas forças. Era esta pausa que esperavam lograr mediante a táctica do «diálogo».

Fiel a esta táctica, Vorster empreendeu uma «viagem» africana por um itinerário minuciosamente preparado. Como objectivo, tinha que se convencer que na RSA como no Zimbabwe e na Namíbia os problemas da população africana podiam resolver-se por «via pacífica». Se este ponto de vista tivesse sido aceite, Vorster teria conseguido dividir a frente única dos Estados africanos, debilitar o seu apoio aos movimentos de libertação nacional no Sul da Africa.

Há que reconhecer que tais cálculos assentavam numa base real. No nosso continente há pessoas que supõem ser possível solucionar os problemas dos povos da África do Sul mediante a cooperação entre Pretória, por um lado, e o Zimbabwe e a Namíbia, por outro. Avaliam erradamente modificações insignificantes, que não afectam os fundamentos do regime racista sul-africano, vendo neles uma «revisão» da política de domínio colonial sobre a população de cor. Essa gente pensa que, sob influência das grandes transformações operadas em África e em todo o mundo, também mudou a mentalidade dos governantes sul-africanos, que Vorster começou a pensar e a actuar como exige a política de desanuviamento. A realidade, não obstante, demonstra qualquer coisa de totalmente distinto: depois das ruidosas declarações de Vorster passou mais de um ano (em lugar dos prometidos seis meses) sem que a situação da população «negra», de «cor» e dos indianos da RSA tenha sofrido alterações substanciais. E não se prevêem ainda...

Meninos num bairro banto da Africa do Sul. A imagem é semelhante à dos musseques de Luanda ou dos bairros «de caniço» no Maputo

RÉPLICA CONTUNDENTE

A África progressista e democrática dá uma réplica contundente ao espírito de conciliação. Assim o provam convincentemente os documentos fundamentais adoptados na reunião extraordinária do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA), celebrados em Dar es-Salaam em Abril de 1975. A «Declaração de Dar es Salaam sobre a África do Sul» e a resolução sobre a Namíbia e Zimbabwe evidenciam que a camarilha de Vorster fracassou nas suas tentativas de dividir a frente anti-racista dos países membros da OUA, que intensifica a luta pela liquidação completa e rápida dos últimos bastiões do racismo e do colonialismo na África.

Esta sessão confirmou a linha de rumo da OUA face ao regime sul-africano. Pronunciou-se pelo seu total isolamento: político, económico e cultural. Nenhum tipo de relações comerciais ou diplomáticas! A «Declaração de Dar es Salaam» assestou um golpe demolidor na política do «diálogo». O regime sul-africano, apoiando-se na estratégia «divide e vencerás», utilizando a táctica do enquadramento «individual» para com os países do continente, procurando o estabelecimento de relações separadas, tenta destruir a coesa frente anti-racista. Há que reconhecer, com profundo pesar, que casos houve em que a solidariedade anti-racista e antifascista dos Estados africanos, relativamente à atitude para com este regime, foi infringida.

INFLUÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

— Que influência exerceu na luta de libertação nacional na região meridional de África o derrube do colonialismo português e em particular a conquista da independência pelo povo de Moçambique?

O.T. — A vitória do povo moçambicano marca, na nossa opinião, uma brusca viragem na história do Sul do continente. Ao seu êxito liga-se a crescente resistência do Botswana, Lesotho e Suazilândia à política dos governantes sul-africanos. A cooperação destes países com a OUA robusteceu consideravelmente as suas posições. Os seus Governos actuam cada dia com mais independência, embora continuem dependendo muito de Pretória tanto no sentido económico como político. Começam a tomar consciência de que a independência segura só é possível quando toda a África se libertar.

Foi poderosa a influência exercida pela vitória do povo de Moçambique no robustecimento das fileiras dos movimentos de libertação nacional do Sul da África e na consolidação dos vínculos que os ligam. Desapareceram os estados de ânimo que apresentavam o futuro, senão tenebroso, pelo menos pouco claro. Só a coragem e o heroísmo, o incontível afã de justiça, empurravam os combatentes para a batalha. Agora, pelo contrário, quando vemos o resultado real da luta nacional libertadora torna-se-nos mais fácil lutar. Por isso desejamos, unanimemente, à Frelimo êxitos na construção de uma vida nova em Moçambique. Também queremos ver livre o Zimbabwe, queremos que seja governado por quem representa a maioria da população. Confiamos também em que não está longe o dia em que o povo da Namíbia conquistará a liberdade.

A vitória em Moçambique alarmou os governantes da RSA. Embora seja verdade que, no âmbito da sua táctica que, «diálogo», Pretória declarou, com hipocrisia e condescendência, que se não opõe de facto a um Governo africano em Moçambique e se tenha inclusivamente manifestado disposto a estabelecer relações de boa vizinhança com todos os Estados que têm fronteiras com a RSA, oferencendo-lhes auxílio financeiro, técnico e em víveres.

Sem embargo, só os ingénuos podem acreditar na boa vontade do regime sul-africano, na sinceridade dos seus propósitos. A Vorster e à sua camarilha fere-os a política interior e exterior da Frelimo e, especialmente, a influência exercida pela vitória do povo moçambicano sobre os nativos da RSA.

As modificações progressistas no continente dão alento às forças revolucionários do Sul de África e robustecem a sua fé na vitória final. Por muito grande que seja o poderio militar do regime racista, por mais considerável que seja a ajuda que recebe do imperialismo, este regime está condenado a desaparecer. Os revolucionários sul-africanos sabem que a vitória não chega por si só. Estão dispostos a travar as batalhas mais duras e a passar pelas provas mais dolorosas. A experiência do Vietname mostra que proezas e sacrifícios é capaz de realizar o povo. E também o nosso povo está plenamente resolvido a conquistar a sua libertação, a conseguir a vitória.

(Na segunda-feira: II parte da entrevista)

O que é o A.N.C.?

O Congresso Nacional Africano (African National Congress — ANC), do qual Oliver Tambo é presidente, foi criado em 1912 sendo a mais antiga organização política da África negra ainda operante nos nossos dias. Desde a sua fundação, proclamou a unidade da nação sul-africana para além de todas as divisões étnicas e não cessou a luta pela igualdade entre raças. Durante 50 anos, os seus métodos de luta definiram-se como não-violentos. Apesar disso, quando em 1960 lança uma acção de resistência civil como protesto pela lei dos «passes» (espécie de livre-trânsito de que apenas os negros tinham de ser portadores), a Polícia sul-africana responde abrindo fogo sobre a multidão indefesa e matando 69 africanos, em Sharpeville. Pouco depois, o Congresso era interdito.

Esta recusa ao diálogo com a mais representativa organização dos negros sul-africanos, conduziu o ANC a optar pela luta armada. Mau-grado as perseguições, as prisões dos seus chefes, as condenações à morte, o desmantelamento da sua rede, o Congresso Nacional Africano reconstituiu-se, pacientemente, como organização clandestina. Alguns dos seus membros prepararam a luta armada com os movimentos de libertação da Rodésia (em particular a ZAPU), da Namíbia (SWAPO) e das colónias portuguesas (particularmente a Frelimo e o MPLA); outros continuaram a luta política no interior da África do Sul, distribuindo panfletos ou fazendo proclamações em bandas magnéticas nos lugares mais frequentados. Obrigados a resistir pelas armas às violências que se abatem sobre o povo sul-africano, os membros do ANC não renunciaram jamais à «Carta da Liberdade», verdadeiro programa de luta não-violenta do movimento, publicado em 1955. Não renunciaram, tão pouco, ao conteúdo da mensagem do seu antigo presidente, Albert Luthuli, na altura em que recebeu o Prémio Nobel da Paz: «Os verdadeiros patriotas sul-africanos, dos quais sou intérprete, não se contentarão com nada menos do que a plenitude dos seus direitos democráticos. No plano dos negócios públicos, não nos contentaremos com nada menos que o sufrágio universal directo dos adultos e com o direito de ser candidatos elegíveis em todas as funções públicas. No plano económico, não nos contentaremos com nada menos que a igualdade de oportunidades em todos os domínios e pelo usufruto, por todos, do património constituído pelos recursos do país, património até ao presente usurpado, segundo uma base racial, em benefício exclusivo dos brancos. No plano cultural, não nos contentaremos com nada menos que o livre acesso aos conhecimentos em instituições integradas onde o mérito seja o único critério de admissão. No plano social, não nos contentaremos com nada menos do que a abolição de todas as barreiras raciais. Isto, exigimo-lo não só para os habitantes de origem africana. Exigimo-lo para todos os sul-africanos, brancos e negros».

Pretória encurralada

A descolonização portuguesa provocou um acentuado desequilíbrio na correlação de forças na Africa Austral, com reflexos no próprio Centro do continente onde uma série de Estados-fantoches, controlados pelo Ocidente, dependem em larga medida da estabilidade dos regimes minoritários do Sul, associada à permanência da opressão colonial. Aspirante a líder de uma espécie de subimperialismo africano, decalcado da prática brasileira na América do Sul, ponta-avançada dos Estados Unidos, no continente negro a República Sul Africana viu-se bruscamente ameaçada, embaraçados os seus desígnios.

A independência de Moçambique enfraqueceu o seu flanco oriental. Criaram-se condições para a derrocada do regime fascista de Ian Smith, abriu-se nova brecha na estratégia do imperialismo na zona do Índico.

A vitória da FRELIMO em Moçambique, adicionou-se a do P.A.I.G.C., na Guiné e Cabo Verde, e a do M.L.S.T.P., em S. Tomé e Príncipe: fortaleceu-se o bloco das nações progressistas africanas, obstáculo principal aos ardis diplomáticos, de Vorster — a célebre «política de diálogo».

A independência de Angola culminando (vergonhosamente) o processo de descolonização português puxou novas implicações, elevando o regime opressor de Pretória novamente a primeiro plano.

A entrevista com Oliver Tambo, que hoje publicamos, revela as contradições desse regime, condenado pelo curso normal do próprio processo histórico, mas arrastando na sua queda um trágico cortejo de crimes, cujo reverso são os actos sublimes de heroismo praticados por um povo oprimido e humilhado em luta pela sua liberdade.

E.R.

Crise económica aguda em Itália

A situação da lira depois da perda de 2 por cento, no passado dia 2, é ainda muito fluída. Com a sua nova queda, a moeda italiana perdeu cerca de 13 por cento em duas semanas, enquanto o mercado oficial está fechado. Além disso, esta descida arrastou consigo todas as previsões e diques de contenção elaborados, à última hora, pelo governo, no meio de grandes divisões internas e com amplas discussões. Com efeito as autoridades monetárias esperavam que a lira se mantivesse abaixo da barreira das 750 por dólar. Todavia, num dia apenas, saltou para as 770 chegando a atingir quase 990 no mercado negro.

O aumento da taxa de desconto de 6 para 7 por cento, aprovado nos últimos dias não teve qualquer efeito importante. Deste modo o problema da lira passa a primeiro plano, superando inclusive o da crise do governo que se demitiu no dia 7 de Janeiro passado, embora esteja estreitamente ligado com ela.

As autoridades estão a preparar uma série de contra medidas para deter esta desvalorização galopante e descontrolada. Entre as hipóteses previstas está o aumento dos impostos destinados a apoiar a moeda. Tais medidas, afirma o diário de Turim «La Stampa» atingiriam o sector do consumo de luxo. Pelo contrário não rá possível apoiar a moeda com o aumento do preço da gasolina porque este aumento á tinha sido previsto. Na verdade as compras petrolíferas são pagas em dólares e cada aumento do custo desta moeda, por contrato, provoca automaticamente uma indemnização às companhias, de modo que a desvalorização da lira leva a um aumento do preço da gasolina, mas as caixas do Estado não recebem nem um centavo a mais, e os consumidores terão de fazer frente a um novo golpe contra a sua apertada economia.

A desvalorização da lira terá consequências que, embora não se possam detalhar minuciosamente, se podem prever nas suas linhas gerais. As grandes indústrias tirarão vantagens porque poderão aumentar as suas exportações, uma vez que a desvalorização da moeda italiana fará muito mais competitivos os preços nacionais nos mercados estrangeiros. Porém, o aumento das exportações tem um limite. Basta pensar que, actualmente, mais de metade da produção de automóveis italianos é vendida no exterior, para ver que esta proporção não pode crescer indefinidamente, sem pensar que as restrições no mercado interno e as crescentes exigências dos trabalhadores para compensar a redução do poder de compra dos salários, terão também um efeito negativo inclusive neste ramo industrial.

Crescerá também a indústria rística uma vez que a próxima temporada verá chegar a lia enormes massas de turistas estrangeiros cuja estadia é vorecida pelo câmbio. O turismo interno terá, porém, uma dução por causa da diminuição do poder de compra, e prejudicará a pequena hoaria e o turismo interno.

A imensa massa de pequenas e médias indústrias que oduzem sobretudo para o ercado interno com matérias-primas compradas no terior, é que pagará a desvalorização, pois terão de pagar matérias-primas por preços is caros, enquanto diminui número e o poder aquisitivo dos seus clientes italianos. Produzir-se-á assim um aumento de concentração industrial, com o consequente desaparecimento de centenas de fábricas e com o reforço proporcional do peso da grande indústria.

Aumentarão os preços, o desemprego e a instabilidade social que atingirá fortes sectores da classe média, expropriada nos seus bens nos seus rendimentos, enquanto o «déficit» da balança de pagamentos deverá ser contido mediante uma redução do consumo interno. Esta redução do mercado tornará mais difícil e lenta a recuperação produtiva do País e em particular o gravíssimo, problema político-social do desemprego. A redução deste, que neste momento atinge cerca de 1 milhão e 200 trabalhadores desempregados segundo fontes oficiais, além de quase um milhão de suspensos, estava prevista para o final deste ano. Porém o golpe que o aparelho produtivo sofrerá e que atingirá sobretudo a pequena e média indústria, será um obstáculo muito sério para alcançar este objectivo.

Muitos observadores consideram também que a desvalorização da lira é um forte ataque aos sindicatos. Durante o ano passado terminou a vigência de 70 contratos de trabalho que abarcam cerca de 10 milhões de trabalhadores e a espada de Damocles da contracção dos postos de trabalho e do encerramento das fábricas permitiria, segundo os observadores pressionar os sindicatos para que diminuam as suas exigências e aceitem soluções de compromisso. Com efeito as associações sindicais procuram neste momento, controlar os investimentos das empresas. Uma diminuição da sua força poderia impedí-los de conseguir esta conquista a que a entidade patronal resiste tenazmente. Além disso aumentará enormemente a evasão de capitais e a transformação da lira noutras moedas para investimento no exterior, o que debilitará os esforços sindicais para desenvolver uma indústria com elevado conteúdo tecnológico, para evitar que a Itália se continue «terceiromundizando».

A desvalorização da lira poderá também prestar-se a especulações políticas. A pequena e média indústria, à qual o partido comunista tinha feito numerosas concessões, poderia ser empurrada juntamente com outros sectores da classe média para posições desesperadas, conservadoras e antioperárias.

Finalmente, sofrerá uma brusca travagem a recuperação económica do país e que o chamado «plano a médio prazo» procurava planificar.

Agora, porém, todas as correcçoes técnicas, que o elenco governamental tinha feito com muito trabalho, saltaram pelos ares. Aumentou brutalmente o «déficit» da balança de pagamentos. Perdeu valor a moeda. Tornaram-se impossíveis muitos investimentos ou subsídios. Além disso a crise provocou discussões entre as autoridades políticas e os técnicos no campo monetário e, segundo parece, a direcção da «Banca de Itália» exigiria, como condição «sine qua non», para defender a moeda, reduzir ao máximo os gastos estatais e conter os aumentos dos salários. Isto é, enfrentar o movimento operário e a população o que exigiria um governo suficientemente forte com poder para congelar salários e para não subsidiar obras públicas, construção de casas, fábricas que ameaçam fechar, etc., para manter assim a ocupação (e o mercado interno). Esta discussão entre os políticos e os técnicos monetários ameaça pois paralisar ainda mais um governo que para falar com propriedade já nem sequer existe, uma vez que se demitiu à quase um mês.

A solução da crise política torna-se por conseguinte mais difícil e abre-se o caminho para apressadas e instáveis soluções de compromisso, ditadas pela extrema gravidade da situação, ou para as eleições antecipadas, grandes confrontações sociais e possíveis aventuras de todo o tipo. Para demonstrar a actual confusão há uma anedota significativa. A notícia da desvalorização da lira chegou aos ministros no momento em que estavam a discutir o plano e obrigou-os a anular tudo o que laboriosamente tinham resolvido». Falámos como loucos durante uma semana, teria dito um ministro, e precisamente no momento de fazermos a soma temos de começar novamente a partir do zero.»

(Exclusivo Interpress/«DL»)

Credores já não confiam no futuro de Pinochet

BUENOS AIRES, 7 — (ANOP) — A Junta Militar Chilena dedicará este ano dois terços das receitas em divisas obtidas com a exportação do cobre ao pagamento da divida externa do país.

A decisão foi anunciada pelo gabinete de planificação (Odeplan) e é posta em prática num momento em que os preços internacionais do metal registam níveis bastante baixos.

A exportação de cobre constitui o forte da economia chilena e representa aproximadamente mais de 80 por cento das receitas em divisas.

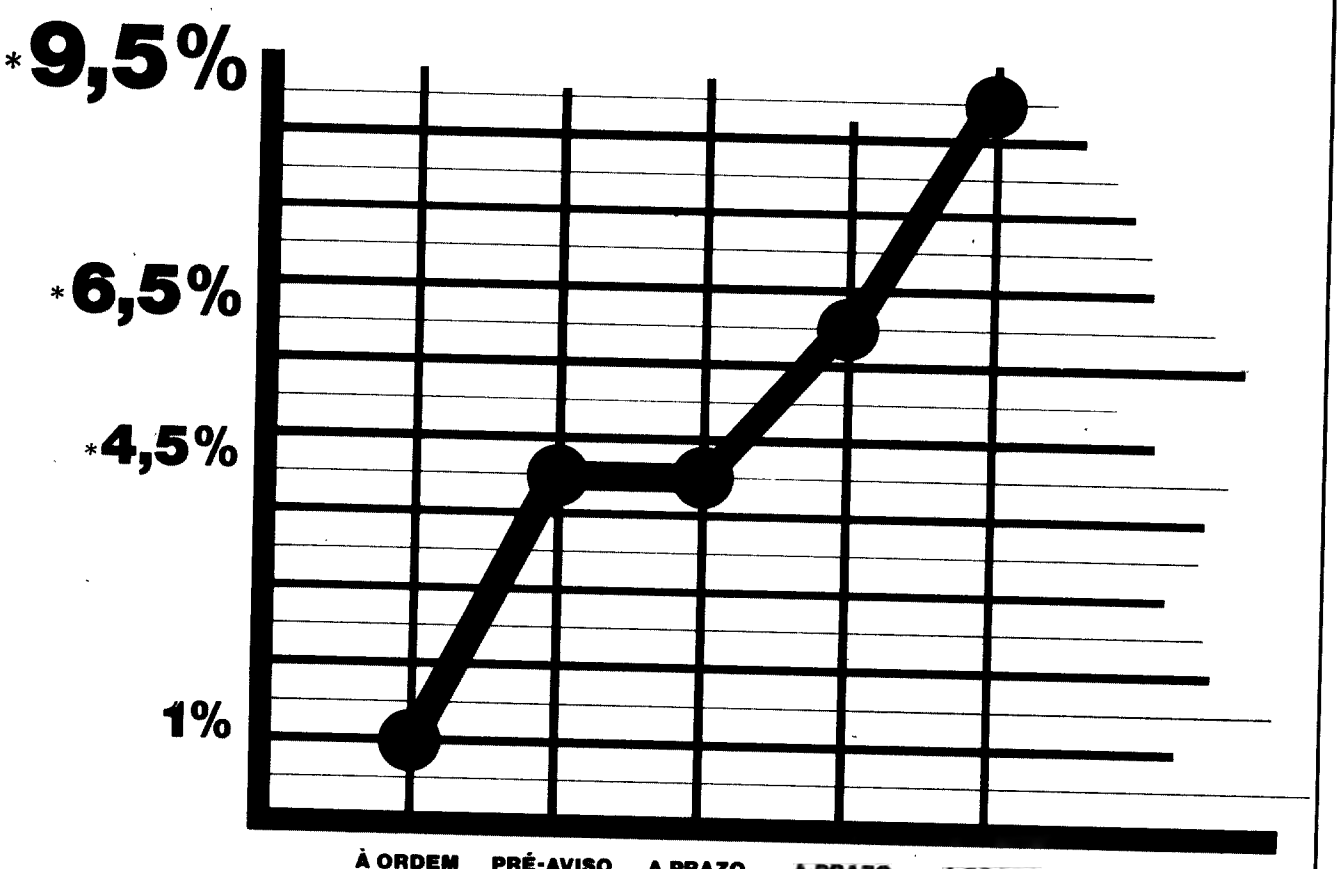
O «Odeplan» informou de que dos 1.149 milhões de dólares que a Junta Militar pensa obter este ano com a exportação de cobre 769.830.000 dólares serão absorvidos pela dívida externa.

A decisão da Junta Militar de diminuir a dívida externa é atribuída a pressões realizadas pelas entidades bancárias suas credoras, receosas de que os antagonismos políticos que existem entre os principais elementos do regime produzam situações imprevistas. E é vista com alarme nos meios especializados desta capital, tanto mais que a economia chilena attavessa uma crise financeira e estrutural que tende a ser agravada pelo novo escape de recursos monetários.

A dívida externa do Chile, que era em fins de 1973 de 3.327 milhões de dólares, aumentou em 70 por cento, para se cifrar actualmente em 5.670 milhões de dólares.

com o dinheiro ao canto da gaveta você está a perder!

GANHE COM AS NOVAS TAXAS DE JURO DE DEPÓSITOS.



* Imposto de capitais a cargo do depositante

banca AO SERVIÇO DO TRABALHO

BANCO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL VISEENSE • BANCO DA AGRICULTURA • BANCO DO ALENTEJO • BANCO DO ALGARVE BANCO DE ANGOLA • BANCO BORGES & IRMÃO • BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA • BANCO FERNANDES MAGALHÃES BANCO FONSECAS & BURNAY • BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS • BANCO MICAELENSE • BANCO NACIONAL ULTRAMARINO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR • BANCO PINTO MAGALHÃES • BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO • BANCO TOTTA & AÇORES • CASA MANUEL MENDES GODINHO & FILHOS • CASA PANCADA, MORAES & Ca.

HORA-BN01/76

Estrangeiro

A semana

SÁBADO

Forças da U. N. I. T. A. e de Chipenda em luta no centro de Angola, enquanto se anuncia que o Lobito e o Luso foram libertadas pelo M. P. L. A. Greve de professores em Madrid afecta 200 colégios e 60 mil alunos. O surto grevista continua nos sectores metalúrgico, mineiro e da construção civil em diversas zonas do território espanhol. Notícias não confirmadas indicam que a F. R. A. P. se dissolveu. O Conselho de Segurança da O. N. U. exigiu eleições na Namíbia sob supervisão da O. N. U. e proibiu que o território fosse utilizado como base para atacar países vizinhos. O «Pravda» denuncia e condena o auxílio de Pequim ao Chile.

DOMINGO

Polícia de choque intervém violentamente em Barcelona para dispersar uma manifestação pró-amnistia. Democratas-cristãos espanhóis reúnem em Congresso. Incendiados dois jornais libaneses numa operação que terá sido desencadeada pelos palestinianos da S. A. I. K. A. e que ameaça quebrar o periclitante cessar-fogo que pôs termo à guerra civil de nove meses. Werner Heisenberg, um dos «pais» da bomba atómica, morre em Munique. Dezoito países reúnem em Barcelona numa conferência destinada a combater a poluição no Mediterrâneo.

SEGUNDA

A revista espanhola «Cambio 16» anuncia que há mais de 200 partidos políticos no país. Criada uma comissão para estudar reformas democráticas em Espanha. A O. S. P. A. A. reúne de emergência em Luanda. O jornal inglês «Sunday Telegraph» revela que a C. I. A. despendeu mais de dez milhões de dólares no recrutamento de mercenários para Angola. Leonid Brejnev, secretário-geral do P. C. da U. R. S. S., reafirma o seu apoio ao M. P. L. A., salientando que essa política está de acordo com as decisões da O. U. A. e da O. N. U. sobre descolonização. Roubadas em Avinhão 119 telas de Picasso. Forças marroquinas e argelinas envolveram-se em luta no oásis de Amgala, no Sara Ocidental. A U. N. C. T. A. D. reúne em Manila. Deputados da oposição indiana abandonam as duas câmaras do Parlamento, como protesto contra a intervenção do Governo central no Estado oposicionista de Tamil Nadu.

TERÇA

Samora Machel anuncia que a cidade de Lourenço Marques passará a denominar-se Maputo. Ao mesmo tempo, celebrando o aniversário do assassínio de Eduardo Mondlane, Machel anuncia a nacionalização dos prédios e casas de rendas e a criação de um Banco de Solidariedade. Discursando perante os elementos da O. S. P. A. A. L., Agostinho Neto reafirma as bases da política externa angolana e salienta que os países socialistas são os aliados naturais dos povos de Angola, África, Ásia e América Latina. Indivíduos armados não identificados apoderam-se de um autocarro que transportava 30 crianças em Djibuti, exigindo a concessão imediata da independência do território dos Afars e Issas, último reduto colonial francês em África, e a libertação de presos no Djibuti. Demitiu-se Daniel Moyniham, embaixador dos E. U. A. na O. N. U. Em entrevista ao jornal francês «Sud-Ouest», o vice-primeiro-ministro espanhol, Fraga Iribarne, preconizou para o seu país um regime parlamentar à moda inglesa.

QUARTA

Angola comemora o 4 de Fevereiro, na presença de 65 delegados de países amigos. Portugal não está representado a nível oficial. A reunião da O. S. P. A. A. L. termina com uma moção de solidariedade para com o M. P. L. A. na qual se exige a retirada imediata dos agressores sul-africanos. O P. C. francês inaugura o seu 22.º Congresso com a presença de mais de 1500 delegados. Aldo Moro, o primeiro-ministro designado da Itália, faz uma tentativa crucial de entendimento com os socialistas, para resolver a crise política que se arrasta há um mês, enquanto o secretário do Tesouro adverte que a crise económica que a Itália atravessa é a pior desde a segunda guerra.

QUINTA

Terramoto na Guatemala mata, pelo menos, três mil pessoas e arrasa cinco cidades, reduzindo a escombros grande parte da capital do país. Raptores de Djibuti são mortos por soldados franceses, morrendo também uma das crianças raptadas e um soldado. Forças somalis (que levaram consigo uma criança como refém) e francesas envolveram-se em luta à volta do autocarro, o que faz estalar um sério conflito diplomático entre Paris e Mogadiscio. Notícias colhidas na capital do Tchade informam que militares atentaram contra a vida de Bokassa, presidente da República Centro-Africana, quando este regressava do Zaire após um encontro com Mobutu sobre a questão angolana. Georges Marchais, no seu discurso de inauguração do Congresso do P. C. francês, defende as liberdades democráticas e a aliança com os socialistas. Henry Kissinger, que na véspera, já havia reconhecido que Angola é um «caso perdido» para os E. U. A., admite que o M. P. L. A. está a vencer militarmente a F. N. L. A./U. N. I. T. A.

SEXTA

Aldo Moro poderá anunciar brevemente a formação de um Governo minoritário da democracia-cristã, para o qual conseguiu o acordo dos socialistas. O P. C. italiano faz severas críticas ao relatório sobre a Mafia, que os comunistas consideram parte integrante do poder, acusando os relatores de não terem revelado as ligações e os verdadeiros tentáculos daquela organização do crime. Novos raptos surgem no Líbano, ameaçando fazer deflagrar novamente a guerra civil. Entretanto o presidente libanês, Suleiman Franjieh, desloca-se à Síria. Navios de guerra ingleses voltaram a ocupar as águas islandesas, ameaçando fazer reacender a «guerra do bacalhau». Cimeira de quatro presidentes africanos em Moçambique reúne para discutir o caso angolano. Intervenientes: Samora Machel, Nyerer da Tanzânia, Kaunda da Zâmbia e Siretse Kama, da Botswanna. Por seu lado, Mobutu desloca-se à capital centro-africana na para discutir Angola com o presidente Bokassa.

JUGOSLÁVIA

A responsabilização directa

O secretário do Comité Executivo da Presidência do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jogoslávia, Stane Dolanc, afirmou ao Conselho de Construção de Barcos que o país «não aplicará nenhum sistema económico especial, ou política económica especial, para nenhum ramo da sua economia, incluindo a dos estaleiros navais. Nós podemos solucionar o problema do desenvolvimento de todos os ramos da economia apenas com o sistema das relações sociais e económicas baseado na autogestão. Assim acontece com os estaleiros e empresas de construção naval».

Falando sobre a criação das organizações básicas do trabalho associado, Dolanc reafirmou: «Temos seguido uma clara orientação política e económica. O problema das decisões será da responsabilidade directa dos produtores, devido ao facto de estarmos convencidos de que é a única saída para a desburocratização, saída que garante o aproveitamento de todas as possibilidades criativas como também o isolamento do tecno-intermediarismo e outros fenómenos negativos semelhantes».

Jovens jugoslavos em assembleia na cidade de Zagreb

Stane Dolanc disse ainda que as actuais relações socioeconómicas podem levar a uma real comercialização. «Na realidade» — acrescentou — «aceitamos com base na Constituição, todas aquelas leis fundamentais que se formaram definitivamente com o sentido organizativo e a construção total do trabalho associado, que é o único capaz de se responsabilizar por aquelas funções que até ontem, e em algumas partes, hoje ainda, tem estado nas suas mãos.»

Stane Dolanc soblinhou que a Liga dos Comunistas da Jugoslávia insistirá por que as actuais anomalias da economia da Jugoslávia sejam eliminadas, «já que caso contrário não poderemos falar de estabilidade, não só económica mas também política, da nossa sociedade. Isto exige a plena responsabilidade de todos os comunistas e de todos os âmbitos da Liga dos Comunistas, desde as organizações básicas até aos comites centrais nas repúblicas, nas regiões autónomas e na federação».

Continuamos a criticar os que se demitem das suas responsabilidades, afirmou que «não existem nem os de cima, nem os de baixo. Existe uma Liga dos Comunistas na qual a responsabilidade é diferente, excepto em alguns sectores que têm maiores responsabilidades, pois em virtude da sua posição devem visualizar com maior amplitude alguns problemas. Porém todos juntos somos comunistas, responsáveis antes de tudo, pelo bom funcionamento do sistema autogestionário».

O sistema autogestionário, disse a terminar Dolanc, significa as mesmos direitos, as mesmas obrigações e a mesma responsabilidade para todos os membros da sociedade autogestionária. A tarefa dos comunistas é fazer com que o sistema autogestionário da Jugoslávia e as suas relações se convertam no que autenticamente são, na forma em que estão concebidos na Constituição e no programa da Liga dos Comunistas.

(Interpress/D. L.)

DJIBUTI

Uma difícil descolonização

ADIS-ABEBA (por Wilder Muster, IPS) — A morte de todos os elementos do comando que esta semana sequestrou um grupo de filhos de militares franceses estacionados em Djibuti, assim como a morte de uma das crianças raptadas, volta a colocar com todo o dramatismo o problema explosivo que existe neste pequeno território entre o oceano Índico e o mar Vermelho.

Território francês do ultramar, dos Afars e Issas. Djibuti, Costa da Somália francesa, Território dos Somalis — são as várias designações desta região de apenas vinte e três mil quilómetros quadrados de superfície, ocupada há cento e treze anos pela França, que disfarça muito mal o seu domínio colonial sob o título eufemístico de Território do Ultramar (TOM).

Não se trata de uma terra que atraia as grandes empresas multinacionais, nem os investidores estrangeiros de alto coturno. Não tem praticamente recursos de nenhuma natureza, nem agrícolas nem minerais, e na sua aridez apenas se criam ovelhas e cabras, cujas peles constituem a única rubrica minimamente exportável numa proporção que atinge apenas 10 por cento do total das importações.

A importância de Djibuti é a sua estratégica localização geográfica, particularmente depois da reabertura do canal do Suez. Tendo fronteira com a Etiópia e a Somália, ocupa uma das margens do estreito de Bab-el-Mandeb, porta aquática de apenas quinze quilómetros de largura entre o mar Vermelho e o oceano Índico, rota obrigatória dos grandes petroleiros.

Há algumas semanas, o presidente francês Giscard d'Estaing «reconheceu» o direito à independência de Jibuti. Através de acordos alcançados com o chefe do Governo do território, Ali Aref, decidiu-se a realização de um referendo em futuro próximo. De qualquer maneira, Paris adiantou que não estava na disposição de retirar os seis mil homens armados (exército, Legião Estrangeira), que mantém no território «a fim de garantir a soberania do novo Estado».

Já em 1967 se realizou um referendo, mediante o qual 22555 habitantes (contra 14666) manifestaram a sua «vontade» de permanecer sob domínio francêsx A população total é de umas cem mil pessoas. O resultado — estranho por ser expressão de um povo submetido que prefere continuar a sê-lo — foi classificado pelos sectores nacionalistas como fruto de uma fraude das autoridades locais apoiadas por Paris.

Ali Aref, chefe do Governo local, declaradamente pró-francês, actua, desde o referendo de 1967, como «senhor absoluto», segundo dizem os seus opositores, entre os quais se contam organizações legais, como a Liga Popular Africana para a Independência (LPAI), e ilegais, como a Frente de Libertação da Costa dos Somalis (FLCS). Foi um comando desta última organização o autor do recente sequestro, assim como de um acto semelhante em Março passado, quando raptou na vizinha Somália o embaixador francês, exigindo a libertação de dois militantes condenados a prisão perpétua por presumida autoria de um atentado contra Ali Aref.

Ambas as organizações têm a solidariedade do Governo progressista, de orientação socialista, da Somália, a que preside Siad Berre, e do «vizinho da frente», o regime de esquerda do Iemen do Sul.

Os últimos acontecimentos trouxeram novamente para primeiro plano o problema de Djibuti. O dramático desenlace do rapto surpreendeu muitos observadores que yaticinavam a cedência, pelo menos, parcial do Governo de Giscard d'Estaing às exigências do comando da FLCS, em especial no tocante à libertação dos presos políticos.

A contundência da resposta francesa parece demonstrar que o Governo de França não está disposto a alienar pacífica e definitivamente a sua última colónia em França, e que presumivelmente a sua presença ali — aberta como até agora, ou encoberta através de autoridades por ela indigitadas — se prolongará por algum tempo ainda. Além dos conflitos diplomáticos que seguramente se agravarão agora com o Governo da Somália, é provável que as autoridades de Paris venham também a enfrentar uma redobrada oposição dos grupos independentistas. Djibuti irá assim juntar-se a Angola, Sara Ocidental, Tchade e África do Sul como mais um ponto quente do continente africano.

SOREFAME

Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, S. A. R. L.

Rua Vice-Almirante Azevedo Coutinho — AMADORA

CAPITAL REALIZADO: 250 000 000$00

1.º Empréstimo por Obrigações

PAGAMENTO DE JUROS

De harmonia com as condições da emissão, vence-se no dia 15 do corrente mês de Fevereiro o juro correspondente ao cupão n.º 31 que se encontra a pagamento, a partir daquela data, na sede da empresa e nos seguintes estabelecimentos de crédito:

BANCO DE FOMENTO NACIONAL;
BANCO BORGES & IRMÃO;
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA;
BANCO FONSECAS & BURNAY;
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO;
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR;
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO;
BANCO TOTTA & AÇORES;
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS.

O valor dos juros relativos a cada obrigação, depois de deduzidos os impostos é o seguinte:

Obrigações ao portador ..... 16$04,8
Obrigações ao portador-registadas ..... 21$51
Obrigações averbadas a Instituições de Previdência ..... 24$75

O pagamento de juros de obrigações pertencentes às Instituições de Previdência é realizado na sede da empresa.

O Administrador
José Antunes da Silva

Amadora, 5 de Fevereiro de 1976.

Estrangeiro

CONCERTO DE CANTO LIVRE TRANSFORMA-SE EM MADRID NUM COMÍCIO DE ESQUERDA

MADRID, 7 (R) — Um concerto de canto livre, onde actuou Raimon, um controverso cantor catalão, transformou-se anteontem à noite, em Madrid num comício maciço da esquerda, com vários milhares de pessoas acenando bandeiras vermelhas e cartazes pedindo direitos políticos.

Figuras de destaque do Partido Comunista, proibido em Espanha, que se encontravam na cadeia até há pouco tempo, presidiram ao concerto. Foi a primeira vez que Raimon foi autorizado a cantar em Madrid desde um recital de canto livre numa instalação universitária, há oito anos, que originou desordens estudantis.

Cerca de 4000 pessoas, principalmente estudantes, encheram um pavilhão desportivo coberto para assistirem ao concerto. Pediram o regresso da lendária dirigente da Guerra Civil, Dolores Ibarruri, «La Pasionaria», que tem vivido em Moscovo, desde 1939, gritando cadenciadamente «Si, Si, Si. Dolores em Madrid».

Polícia de choque, equipada com canhões de água, manteve-se de prevenção fora do edifício, a fim de impedir manifestações nas ruas, mas não fez qualquer tentativa para interromper o concerto.

A chegada dos dirigentes comunistas Marcelino Camacho, Nicolas Sartorius e Simon Sanchez Montero (que há dois meses estavam ainda na cadeia) provocou grandes aclamações e aplausos.

As ovações atingiram o auge, quando bandeiras vermelhas e a tricolor da República Espanhola foram desfraldadas e passadas de mão em mão.

Raimon, de 36 anos, cujas canções de protesto e dificuldades com o Governo o transformaram numa figura de culto da esquerda, dedicou a sua actuação aos temas da liberdade e dos direitos políticos.

Quanto cantava, milhares de espectadores acenderam fósforos e isqueiros, no auditório às escuras, simbolizando a Chama da Liberdade. No intervalo das canções, a multidão entoava «Liberdade, Liberdade» e «Amnistia, Amnistia», fazendo a saudação de punho fechado.

Os organizadores do concerto salientaram que o espectáculo não teria sido permitido durante a ditadura do generalíssimo Franco, que faleceu em Novembro.

OS SISMOS NA GUATEMALA: QUASE DEZ MIL MORTOS

CIDADE DA GUATEMALA, 7 — (ANOP) Ontem à tarde, um novo sismo ocorrido às 12,15 (17.15 tmG), mais forte que o que se havia registado às 4 horas da madrugada, causou novos desmoronamentos e elevou o pânico entre uma população já dominada pelo temor. O abalo teve a duração de 15 a 20 segundos.

O número de mortos causados pelo catastrófico terramoto que eclodiu na Guatemala no passado dia 4 de Fevereiro aproxima-se já dos 10 mil ao terminar o dia, pois novos cadáveres são encontrados nas aldeias do interior, onde povoações inteiras foram arrasadas pelo cataclismo.

«Não é exagerada a cifra de nove a dez mil mortos», declarou a um correspondente da EFE, o ministro da Defesa e presidente do Comité de Emergência, general Lucas, que acrescentou: «Pense, senhor, que só na povoação de San Martin de Jilotepeque há mil e quinhentos mortos, outros mil e quinhentos em San Juan de Jilotepeque. Outros quinhentos em El Progresso, e assim poderia ir somando. Além disso, à medida que se vai chegando a novos lugares pode-se vislumbrar uma cifra crescente.»

Disse, também, que «tardará pelo menos dois meses para se saber com exactidão o que ocorreu».

Entretanto, o Governo guatemalteco faz esforços para suster uma epidemia que parece inevitável em consequência do grande número de mortos.

Centenas de cadáveres estão expostos ao ar livre, visíveis entre os escombros, o que provoca grave perigo de contaminação para milhares de homens, mulheres e crianças que deambulam sem rumo fixo.

As valas comuns fizeram a sua aparição no cemitério «La Verdena», reservado a convictos e desamparados, o qual foi escolhido para receber centos de cadáveres que não puderam ser identificados e entravam já em estado de putrefacção.

Informa-se, por outro lado, que os países da Europa e da América, entre eles a Alemanha Federal, a Noruega, a Bélgica, iniciaram ontem, de forma maciça, o seu auxílio à Guatemala, o qual inclui tendas de campanha, cobertores, roupas, alimentos, medicamentos e purificadores de agua, nomeadamente.

Nas últimas horas de ontem e às primeiras horas de hoje reapareceram os vários jornais da cidade da Guatemala, que haviam desaparecido na própria quarta-feira passada, pois o terramoto ocorreu no momento das tiragens dos matutinos. Estas edições especiais, relatando pormenorizadamente os efeitos catastróficos do cataclismo, esgotaram-se rapidamente.

No sector radiofónico, a maioria das 28 emissoras que funcionam na capital do país permanecem paradas devido aos danos sofridos.

Caleidoscópio

■ HAVANA, 7 (ANOP) — Cuba e a União Soviética subscreveram o primeiro convénio bilateral de intercâmbio comercial da sua história, em que se prevê que o comércio entre os dois países duplicará nos próximos cinco anos.

■ LONDRES, 7 (R.) — Helmut Schmidt, chanceler da República Federal Alemã, que se encontra de visita oficial a Londres desde ontem declarou, no Clube de Assuntos Estrangeiros, que a «CEE não pode fechar os olhos às tentativas feitas pelos vizinhos do Sul da Europa que desejam ser admitidos no Mercado Comum».

■ NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque), 7 — O Conselho de Segurança adiou, às 3 e 32 de Lisboa da madrugada de hoje a sua sessão, após a França vetar uma resolução convidando-a a não realizar um referendo, marcado para domingo, na minúscula Ilha de Mayotte, no oceano Índico.

A resolução convidava também a França a iniciar imediatamente negociações com o Governo das Comores para salvaguardar a unidade e integridade territorial do arquipélago.

■ CAIRO, 7 — Dirigentes de Marrocos, Mauritânia, Argélia e Egipto deverão reunir-se no Cairo no próximo mês para discutirem o futuro do Sara Ocidental — anuncia hoje o semanário «Akhbar El Yom».

Numa notícia de Rabat, o jornal diz que deverão estar presentes à reunião o rei Hassan do Marrocos.

Desviacionistas de direita atacados na China

PEQUIM, 7 (R.) — A Imprensa chinesa referiu-se ontem a um pequeno grupo de pessoas que, ocupando posições de poder, se opõem à política do presidente Mao Tsé-tung e procuram mudar a China.

Um artigo na primeira página do «Diário do Povo» classifica-as de «salteadores capitalistas», mas não as identifica e limita-se a rotulá-las de discípulos do antigo chefe do Estado Liu Shao-chi, derrubado durante a Revolução Cultural dos anos 60.

Declara que desviacionistas de direita tentam alterar a linha básica do Partido Comunista e «mudar a cor do nosso país inteiro».

O ataque coincidiu com os preparativos para as reuniões a alto nível do Partido e Estado em que, segundo se crê, será escolhido um novo primeiro-ministro para suceder a Chu En Lai, falecido no mês passado.

Os observadores mais experientes estão convictos de que o artigo reflecte acalorados debates no seio da chefia do país e um decidido esforço maoísta para impedir que a China resvale para um revisionismo de tipo soviético.

O texto, difundido pela Rádio Pequim, trata ostensivamente da controvérsia sobre a política da educação superior, mas transforma-se numa investida geral contra os chamados opositores do maoísmo.

Salienta que as pessoas que agitaram «os ventos desviacionistas de direita» lançaram um frenético ataque contra o proletariado.

«Tentaram inverter todo o género de coisas, mas o que queriam fazer fundamentalmente era alterar a linha básica do Partido para inverter a orientação marxista-leninista e o caminho socialista do nosso país inteiro» — acrescenta.

O artigo declara que os implicados são «detentores de poder dentro do Partido, que enveredaram pelo caminho capitalista e estão agarrados à linha revisionista de Liu Shaochi e Lin Piao (ex-ministro da Defesa falecido)».

Termina com uma advertência ao grupo: «Aconselhamo-vos a recordar como Liu Chao-chi, que tentou em vão reprimir a Grande Revolução Cultural, foi esmagado, juntamente com o seu quartel-general burguês pela torrente do movimento revolucionário de massas».

O P.C.F. DISCUTE:

Regresso a valores morais hoje enfraquecidos

PARIS, 7 (FP) — Os participantes no vigésimo segundo Congresso do Partido Comunista Francês referiram na sexta-feira o problema da atitude que convém adoptar face à explosão da pornografia e da perversidade, explosão cuja responsabilidade imputam à sociedade capitalista.

Ocupando pouco espaço no relatório do secretário-geral, Georges Marchais, esta questão fora alvo, antes do Congresso, de um debate que a «Tribuna de Discussão» do jornal do P.C.F., «L'Humanité», referiu. Apesar de certas divergências entre os jovens e os menos jovens dos militantes, todos parecem estar de acordo quanto a um ponto — a passagem para o socialismo implicaria um regresso a certos valores morais hoje enfraquecidos.

Denunciando a imagem da mulher que é dada pelo cinema e pela literatura pornográfica, os comunistas franceses pretendem combater a favor do respeito da dignidade humana e nunca se associarão às campanhas de «libertação sexual» lançadas por certos grupos esquerdistas.

Continuarão, por outro lado, a demarcar-se com a mesma firmeza de sempre das posições adoptadas por esses grupos em relação ao exército. Louis Baillto, deputado de Paris e especialista de problemas militares, reafirmou na sexta-feira que o P.C.F. exigia uma «democratização do exército», embora denunciasse a atitude dos esquerdistas «provocadores e irresponsáveis».

Nos corredores do Palácio dos Desportos de Saint-Ouen, onde decorre o Congresso, Marchais lembrava, por seu turno, as divergências entre o seu partido e o socialista quanto à eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal. Os comunistas recusam tal eleição que apenas visa, em sua opinião, a instaturação de uma instância supraracional, «perigo mortal para a França».

QUINHENTOS MIL FILIADOS

O Partido Comunista Francês, reunido actualmente em Congresso nos arrabaldes de Paris, contava em 31 de Dezembro último cerca de 500.000 filiados, tendo o seu secretário-geral, Georges Marchais, fixado em seiscentos mil militantes a meta a atingir até ao fim do corrente ano.

O secretário da organização interna do P.C.F., André Vieuguet, indicou num relatório apresentado ontem à tarde ao XXII Congresso que o partido engloba 8.072 células de empresas, 9.649 células locais e 5.457 células rurais. Em 1975 registaram-se cerca de cem mil adesões, pertencendo quase todos os novos filiados aos meios sindicais, na sua maioria ligados à C.G.T. (cujo secretário-geral é membro do Directório Político do P.C.F.). Dois de cada três operários ou empregados, e três de cada quatro têm de 18 a 35 anos.

Vieuguet lamentou entretanto que o ritmo das adesões femininas seja pouco acentuado.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Informam-se os beneficiários desta Caixa de Previdência de que se encontra em organização o serviço de processamento do abono de família e subsídio de aleitação na sua forma pecuniária, tendo em vista a sua automatização.

O novo sistema permitirá a liquidação dos referidos benefícios todos os meses, com intervalos regulares de 30 dias, e, ainda, com alguma antecipação em relação às datas habituais de pagamento adoptadas pela Caixa.

Embora se tenham tomado medidas cautelares em ordem ao bom funcionamento da nova fórmula, é de admitir que possam surgir momentâneos desajustes. Se tal hipótese se vier a verificar num ou noutro caso, agradece-se a maior compreensão por parte dos beneficiários eventualmente prejudicados e o conhecimento imediato à Caixa de quaisquer deficiências para se proceder às devidas correcções.

Igualmente se agradece às firmas contribuintes a melhor aceitação para a nova fórmula de pagamento de abono aos seus trabalhadores, solicitando a **devolução imediata** à Caixa dos vales porventura dirigidos a beneficiários que já não se encontrem ao seu serviço.

Entretanto, os Serviços da Caixa esclarecerão quaisquer dúvidas que se venham a levantar com a adopção do novo sistema, agradecendo desde já as críticas que se pretendam formular com o objectivo de nele serem introduzidas melhorias.

Lisboa, Fevereiro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Empresa Pública das Águas de Lisboa
EPAL

Concurso público para fornecimento de contadores de água de 13 m/m

Faz-se público que no próximo dia 26 de Fevereiro, pelas 15 horas, se procederá na Sede da EPAL, na Avenida da Liberdade, 22, 2., à abertura das propostas recebidas até às 17 horas do dia 25 deste mês, na Divisão de Aprovisionamentos (Secção de Compras).

O programa do concurso e o caderno de encargos encontram-se patentes na Secção de Compras, Avenida de Berlim, n. 15, aos Olivais, onde se prestam quaisquer informações.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1976.

Pela EMPRESA PUBLICA DAS AGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

Espectáculos

o bando

TEATRO - ANIMAÇÃO

"O bando" põe "Ovo"

O grupo de teatro-animação infantil «O bando» põe em cena a peça «O ovo», que será apresentada amanhã, domingo, às 11 horas, na «Messa», em Mem Martins.

O mesmo grupo leva hoje e amanhã à cena o espectáculo «O Pastor», nos Bonecreiros, na Rua António Maria Pais, n.º 6, r/c., em Moscavide, às 16 e 11 horas, respectivamente.

Todas as crianças são convidadas a assistir e a participar nos espectáculos.

ANIMAÇÃO NA R.T.P.

A R. T. P. apresenta na emissão de hoje, às 19.35 h., mais uma edição de «Cinema de Animação», com a habitual coordenação e apresentação de Vasco Granja.

Dois temas satíricos ilustrarão o programa: num, Tex Avery satiriza os desportistas típicos americanos em «Fiel and Scream»; o outro é um trabalho do cineasta búlgaro Gheorghi Ciavdarov, intitulado «Le Chasseur Malencontreux».

«Cinema de Animação» termina com «La Pomme», um desenho búlgaro realizado por Todor Dinov e Stoian Dukov.

MARIA VITÓRIA TODOS OS DIAS 2 SESSÕES

Não aconselhável a menores de 18 anos

em novos horários:

1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora

Força, Força, Camarada Zé!

FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora

Salvador • Florbela Henrique Santana

Vítor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

●

AOS DOMINGOS E FERIADOS
«MATINÉE» às 16 horas
Às 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

●

TEATRO INFANTIL
AOS SÁBADOS
às 16 horas (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

●

Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (SÓ!)

Teatro Maria Matos

A RTP apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista

Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

AMORTECEDORES

Reparo e Reconstruo todas as marcas com garantia
MENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A (Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE dos amortecedores «J. M.»

COMUNA
Teatro de Pesquisa

DIARIAMENTE, às 21.30

FOGO!

TEXTO COLECTIVO
DOMINGO — Matinée às 18 h.
2.ª FEIRA — DESCANSO
Preço único — 20$00
PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624

CRÍTICA DE MÚSICA

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

A Verdi o que é de Verdi

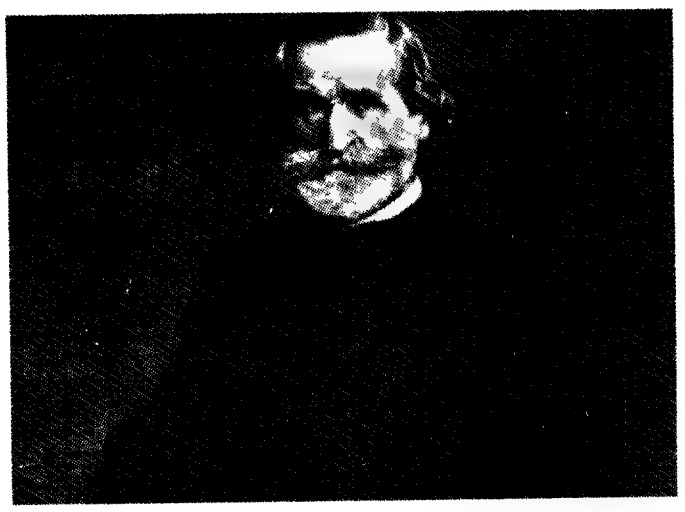
«Nunca antes se compusera uma Missa de Requiem como esta: agnóstica, dramática, popular» afirma um dos comentadores de Verdi (o inglês Charles Osborne). O mesmo musicólogo observa ainda, a dado passo da sua análise: «O Requiem de Verdi não é uma missa para a morte mas para a vida».

Eis o ponto de partida que permite o correcto entendimento do espírito da obra; e, sobretudo, que permite ultrapassar a estéril questiúncula acerca da questão de saber se este Requiem é digno tributo prestado pelo compositor à música sacra ou se, pelo contrário, é um cozinhado operático com base em textos litúrgicos, como pretendem alguns adversários do criador musical de **Falstaff**.

Se Verdi não fosse um compositor quase exclusivamente dramático talvez não tivesse composto **aquele** Requiem: mas se, por hipótese também, **aquele** Requiem não fosse da autoria de um compositor ligado ao teatro, ninguém se lembraria de apontar na obra, como «calcanhar de Aquiles», o seu «excessivo» pendor dramático ou operático...

Verdi ateu, Verdi crítico implacável do Poder da Igreja, Verdi porta-voz da luta revolucionária do povo italiano pela Liberdade e pela Independência Nacional, Verdi intelectual progressista, ao decidir-se a compor um Requiem, não o faria nem por exercício de estilo (como poderia acontecer, por exemplo, com um Stravinsky), nem por exaltação mística ou acto de contrição religioso (como poderia ser, talvez, o caso de um Wagner), nem muito menos por «necessidade» ou encomenda oficiais, por academismo ou por assumida condição de «músico respeitável» (como Cherubini?). Verdi não faria, portanto, nem uma obra de museu, nem uma obra contemplativa, nem uma obra ortodoxa. Faria, sim, isso que efectivamente fez e o referido comentador bem define: uma obra agnóstica, dramática, popular: para a vida e não para a morte. Faria, enfim, uma obra que representasse uma vigorosa manifestação de solidariedade para com a luta e a acção cívicas de um grande patriota desaparecido a quem era dedicada Alexandre Manzoni, expoente máximo da literatura italiana oitocentista, símbolo do **Risorgimento**, grande figura moral, empenhado como Verdi na libertação do seu povo: Tal é o que caracteriza o sentido actuante deste Requiem.

As pessoas que o não aceitem, por se recusarem a admitir um Requiem com as cacarcterísticas e o conteúdo expressivo indicados, essas, fazem parte, hoje, das correntes sociais, políticas e ideológicas que procuram deter o processo histórico. Hoje, como ontem (como na Itália de Verdi), o motor da evolução social e política é a luta entre as forças do progresso e das da reacção, entre as forças da cultura e as da anticultura, entre as forças da democracia e da liberdade e as que se batem pela exploração e pela manutenção indefinida dos seus privilégios. Verdi escreveu o Requiem a pensar em Manzoni, a pensar na riqueza humana do seu exemplo, a pensar em toda essa luta histórica pela emancipação do homem que deu sentido às suas vidas (de Manzoni e de Verdi) — que dá sentido à vida — e não a pensar numa mirífica «salvação eterna». Teve razão, pois, Pio X, e honrou a memória de Verdi, ao banir este Requiem da música litúrgica: a Verdi o que é de Verdi, à Igreja o que é da Igreja... (pelo menos até que as contradições internas da Igreja se saldem numa vitória das teses progressistas).



«Verdi criou uma música para a morte que mais tem a ver com a vida» opinião do musicólogo Charles Osborne sobre o «Requiem»

A propósito, que pensara de tudo isto o S.Carlos — teatro onde o Requiem de Verdi teve agora, entre nós, mais uma realização? O S.Carlos, infelizmente, é muito capaz de ver (ou ouvir...) no Requiem ou noutra coisa qualquer que soe, seja ou não de Verdi, apenas um pretexto para justificar a sua existência. O S. Carlos consome o que lhe derem: óperas, concertos, missas de defuntos, e fica muito satisfeito por consumir. Não se pergunta se a sua missão é só essa consumir ou se há outras razões de exitir. Também não se pergunta a si próprio que forcas tem apoiado e continua a apoiar, dentro da dinâmica socilcultural do País: se as do progresso, se as do conservadorismo. Julga-se, talvez, neutro: uma espécie de Pôncio Pilatos. No meu entender porém, um teatro que gasta 60 000 contos anuais não pode lavar daí as suas mãos. Que cultura? Que acção? Que equação com o nosso meio? Eis os pontos a que o S.Carlos tem de responder.

Enquanto não responde, julgo-me no direito de considerar que o S. Carlos funciona, neste momento, e entre outras coisas, para «escape» de tensões acumuladas pelos espectadores. Verifica-se que as pessoas já não levantam a voz como antigamente, no exercício das suas funções quotidianas — profissionais, sociais, políticas ou outras. Deslocam-se então ao S.Carlos para tirar desforra dessa frustração. A dificuldade está em saber de que pessoas se trata: se daquelas que levantavam a voz antes do 25 de Abril, se daquelas que só a puderam levantar depois dessa data e até ao 25 de Novembro. Isto tem que ver também com os 60 000 contos na seguinte medida: ou estamos na presença de espectadores que passaram a pagar 100$00 por bilhete que antes do 25 de Abril lhes custavam 300$00 (isto é, espectadores a quem o **privilégio** sai mais barato, numa altura em que os preços da carne e de outros bens de primeira necessidade aumentaram); ou estamos na presença de espectadores para quem o S.Carlos funciona como centro de democratização da cultura e que, levados pelo entusiasmo suscitado pela acção do referido Teatro, a ele acorrem, pagando com sacrifício os 100$00, mas assumindo o pagamento com consciência socialista, considerando-o uma contribuição para minorar os encargos do Estado com uma actividade cultural valiosa, de que são beneficiários imediatos. **Quid juris?**

Posto o problema, dê-se apenas por certo, neste momento, o fenómeno verificado durante a execução do Requiem de Verdi, (com um elenco constituído pelos cantores solistas Raina Kabaivanka, Fiorenza Cossotto, Angelo Mori e Ivo Vinco, pelo Coro Gulbenkian, pela Orquestra do Teatro de S.Carlos e pelo maestro Fernando Prev tali, (na direcção do conjunto); refiro-me ao tal fenómeno do levantar da voz. No final, e até no intervalo do espectáculo,choveram os gritos, os «bravoooos», as chamadas, tudo com uma intensidade de muitos decibéis, vindos de um sector da assistência, enquanto outro sector se mantinha quase alheio aos acontecimentos. Não havia meio termo. Por quê? Apesar da excelente qualidade da interpretação de quase todos os solistas, da digna intervenção do Coro e do esforço da orquestra, conduzidos por um maestro seguro, o resultado do conjunto não justificava uma tão ruidosa manifestação... Tão ruidosa que até parecia fabricada por uma claque tradicional. Escapismo? Talvez.

A GUERRA DE SCHWEYK ACABA EM MARÇO

A peça de Bertold Brecht, «Schweyk na II Guerra Mundial», em cena no Teatro Maria Matos, será exibida até final de Fevereiro, pois a partir daquela data o actor principal, Raul Solnado, parte para o Brasil. Solnado, que irá cumprir vários contratos naquele país, aparece na imagem interpretando Schweyk ao lado de Armando Cortez

RESTAURANTE
(BAIXA)
ALUGA-SE
FRENTE AO TEATRO D. MARIA II
ÁREA 800 m2
— Largo D. João da Câmara —
Mostra e informa a Secção de Informações da C.P. Rossio

CINEMA-ESTÚDIO
(BAIXA)
ALUGA-SE
JUNTO AO LARGO DO DUQUE DO CADAVAL COM ÁREA DE 600 m2 E INTEGRADO NUM GRANDE CENTRO COMERCIAL
Mostra e informa a Secção de Informações da C.P. Rossio

Televisão

Canal da Crítica

Por **MÁRIO CASTRIM**

CAPITÃO PAULINO: UMA VOZ POR ENTRE AS GRADES

«Nós, trabalhadores, vós trabalhadores, têmos-nos de preocupar seriamente com a organização do trabalho, para que o trabalho sirva fundamentalmente os interesses fundamentais da população e não os interesses de um patronato que antes do 25 de Abril estava orientado só para os seus interesses, só para obter o seu lucro.

«Nós que estamos a travar a batalha da produção, nós vamos conquistar a vitória nessa batalha: essa vitória há-de ser conquistada com o trabalho, com a organização, com a intervenção política dos trabalhadores.

«Por conseguinte temos de avançar para uma noção correcta do que é a nossa função de trabalhadores. A nossa função de trabalhadores é preocuparmo-nos com os problemas políticos deste país e intervirmos com a nossa organização, com a nossa militância revolucionária na nossa empresa, para que as empresas estavam voltadas para os interesses fundamentais do nosso povo.

«Este é o apelo que aqui deixo a todos os trabalhadores.

«A organização dos trabalhadores no controlo da produção, no controlo de uma verdadeira produção, do aumento de produção para servir os interesses do nosso país, passa também pelo esclarecimento do que se passa em Portugal, a realidade concreta que se vive em Portugal, os interesses que vamos defender todos juntos e esses interesses, já está mais que definido quer pelo M.F.A. quer pela vontade do povo trabalhador que se tem manifestado por diversas vezes, esses interesses são os interesses do povo, os interesses das classes que foram efectivamente exploradas.»

(Capitão Paulino, num Programa do M.F.A.

O MONÓLOGO DO INSPECTOR

«Havendo denúncias de que em determinado local de Vila do Conde haveria a existência de armas proibidas, a Polícia Judiciária montou um serviço de modo a capturar os indivíduos e apreensão das armas.

«Porém, por que não se concretizasse a existência de tais indivíduos naquele local, não obstante a P.M. nos ter acompanhado, do Quartel-General do Porto, foi essa diligência suspensa, mas porque a Polícia Judiciária nunca desiste das diligências que inicia tendentes à defesa da sociedade, prosseguiram as diligências por mim, o dr. Santos Carvalho de Lisboa, o agente Carlos Duarte, do Porto e o agente Samuel, de Lisboa.

«Continuaram as diligências tendentes à localização de indivíduos suspeitos até que por volta das 10 horas regressámos à Vila do Conde, onde mais uma vez fomos verificar se, no local suspeito, estariam os tais indivíduos.

«Não estavam lá efectivamente, mas quando nos retirávamos, verificámos que um indivíduo, junto de um *Jaguar* nos solicitara ajuda para que empurrássemos o seu carro que não pegaria. Prestosamente auxiliamos o indivíduo e nesse momento possivelmente, como aliás me confirmou, o senhor inspector reconheceu nesse indivíduo um perigoso cadastrado desde há muito procurado pela Polícia em Lisboa, autor e suspeito de vários assaltos e homicídios praticados ultimamente na pessoa de diversos elementos da P.S.P. de Lisboa. Por tal motivo dei-lhe voz de prisão mas o indivíduo, habilidosamente como cadastrado que é e sabedor de todos os meandros e maneiras de se defender procurou amavelmente subtrair-se à prisão, sem qualquer reacção violenta, de modo a que nos obrigasse a tomar uma atitude igual à dele.

«Este facto alertou as pessoas ali próximo e colegas seus ou seja, da mesma quadrilha pelo que a dada altura ouço dois disparos ao mesmo tempo que o meu colega, senhor inspector Santos Carvalho que me acompanhava e estava junto de mim, me diz que foi atingido com um tiro.

«Esse facto levou-me a olhar em todas as direcções, pelo que vi a cerca de 40 metros, numa esquina, um indivíduo a apontar uma arma o que me levou logo a atirar na sua direcção de modo á que ele não disparasse mais na nossa direcção e assim evitar que fôssemos atingidos.

«A minha preocupação nesse momento foi socorrer o senhor inspector, pelo que os indivíduos aproveitaram esse facto para fugirem.

«Este facto só vem a demonstrar realmente o perigo que a Polícia Judiciária corre aliás mal-armados como andamos porque quando verificámos que o indivíduo que nos atirou tinha umar arma de maior calibre do que a nossa.

«No entanto, esse facto não veio esmorecer de maneira nenhuma a nossa acção pelo que continuaremos a lutar em defesa da sociedade e de todos aqueles que nos cumpre defender.

(Inspector Saraiva, num Telejornal)

NOTAS PARA UM RELATÓRIO (O MEU)

Decorreu ontem à tarde no Pavilhão da Agricultura de Santarém uma reunião de Agrários visando o encontro de medidas adequadas face ao que consideram problemas resultantes da Reforma Agrária.

«A nossa equipa de reportagem que no fim viria a ser alvo de tentativas de agressão de alguns dos agricultores presentes, pôde, entretanto, registar flagrantes de várias intervenções.

1.º

«Depois do senhor ministro ter prometido que nos recebia, nós delocámo-nos a Lisboa, mas mais uma veznão fomos atentidos pelo senhor ministro com a desculpa de que estava em Conselho de Ministros.

«Ora a moção tinha como finalidade pedir garantias para que nós possamos semear, porque a nossa função é semear, é cultivar as terras. Mas como a maior parte dos agricultores já tem semeado as suas terras, mas não são eles a apanhar as suas culturas, eis a razão por que nós, em nome da Agricultura não nos acham com coragem de dizer que semeiem, pois não sabemos depois se eles conseguem apanhar as suas culturas. (Aplausos).

«Uma coisa tenho que dizer, antes de terminar: que façam uma Reforma Agrária digna, que se lembrem que nós temos de viver dignamente e que temos de ter ao menos um nível de vida ao nível dos operários, dos trabalhadores deste país. Não nos queiram arranjar um nível de vida de forma que tenhamos de vir pedir para os países estrangeiros. (Aplausos).»

2.º

«Não é com ocupações e desentendimentos que se pode incrementar a produção. Têm de se fazer investigações, campos experimentais, tem de se encarar a assistência técnica à lavoura, como uma medida de urgencia, sabendo ao mesmo tempo quem vai dar essa assistêcia e se tais técnicos, que não é o que tem sido até agora, estão à altura de desempenhar tal cargo.»

3.º

«Talvez não fosse eu a pessoa mais indicada para vos vir falar em nome do concelho a que pertenço, em vitude de ser um analfabeto. Por isso desde já apresento as minhas desculp-

Continua na pág. 18

PUB

IMPOSTO

PARA O SERVIÇO DE INCÊNDIOS

As Companhias de Seguros avisam os proprietários de prédios urbanos dos Concelhos de Oeiras e Sintra de que termina em 29 de Fevereiro o prazo para a apresentação das declarações destinadas à isenção do imposto para o serviço de incêndios.

Lembram, por isso, os seus segurados de que devem proceder, o mais rapidamente possivel, àquela formalidade, junto do respectivo Organismo, para o que se torna indispensável juntar à apólice do seguro e respectivo recibo de prémio a Caderneta Predial devidamente actualizada.

AS COMPANHIAS DE SEGUROS

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo do Art.º 45.º, alínea F dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral a reunir extraordinàriamente no dia 14 de Fevereiro, pelas 16.00 horas, no Instituto Superior Técnico — Av. Rovisco Pais (ao Arco Cego), Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

— BARRO BRANCO E BARRO VERMELHO —

Art.º 33 — Alínea G — Deliberar sobre os contratos e acordos colectivos de trabalho, bem assim como sobre compromissos em matéria de relações de trabalho que o Sindicato venha a assumir.

Art. 38 — É obrigatória a presença de 10 % de associados referentes a este ramo de actividade.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Zeferino da Graça

ATENÇÃO: Não confundir esta Assembleia com a do dia 7 em SACAVÉM.

SÃO COMPLETAMENTE DISTINTAS.

Lisboa, 4 Fevereiro 76.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Zeferino da Graça

Hoje

«Os Camponeses»

I PROGRAMA

15.35 **Eurovisão** — Râgueby — Torneio das Cinco Nações — transmissão directa de Cardiff do jogo País de Gales-Escócia. Comentários do nosso enviado especial Cordeiro do Vale.
17.10 **Fungagá da Bicharada** — «O Macaco Zacarias»
17.40 **Desenhos Animados**
17.55 **Tesouros do Museu Britânico** — o estudo da Humanidade.
18.20 **Concerto Sinfónico** — transmissão em gravação da 2.ª parte do concerto realizado no Tivoli com a participação da Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa sob a direcção do maestro Yuval Zaliouk. No programa: Sinfonia n.º 3, em mi bemol maior, op. 55, «Heróica», de Beethoven.
19.15 **Eurovisão** — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa do resumo dos jogos do dia.
19.45 **Desenhos animados**

20.00 **Memórias do Nosso Tempo** — a Grande Guerra.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Eurovisão** — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa de Innsbruck na Áustria da Patinagem Artística.
23.00 **Telejornal** — 3.ª edição
23.20 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **Desenhos Animados**
20.15 **Eurovisão** — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa de Innsbruck na Áustria da Patinagem Artística.
21.05 **As Pedras e o Homem** — **Castelo de Vide**
21.30 **Foi Êxito na TV** — «Os Camponeses» — «A Floresta» — episódio com **Krystyna Krolowa**. Realização de Jan Bybrowsky.

O senhor do castelo decide vender a sua floresta. Os camponeses não se conformaram.

22.25 **Telejornal** — em diferido a **edição** transmitida no I Programa às 20 e 30.
23.00 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **12.00**: Abertura e Missa de Domingo: **12.45**: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa de Innsbruck na Áustria da prova de Esqui-Descida Senhoras: **14.00**: Telejornal — 1.ª edição: **14.15**: Hoje pode ver: **14.25**: Presença do Brasil — um programa de José Manuel Coelho, Manuel Varela e Oliveira Pinto: **15.20**: Tarde de cinema **16.50**: Hoje Há Palhaços — com Emiliano e Anacleto: **17.55**: TV Rural — um programa pelo engenheiro Sousa Velouso: **18.20**: «A Folha do Acer» — «A Cruz de Mont-Royal» — com Hubert Noel e Clothilde Joano. Realização de Aimée Danis: **19.15**: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa do resumo das provas do dia: **19.35**: O Povo e a Música — transmissão dos Estúdios do Porto: **20.05**: Cartaz TV — selecção de programas da semana Apresentação de Jorge Alves: **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro: **21.05**: Telefutebol: **21.40**: Teleforum: **23.00**: Fecho.

II PROGRAMA

. . . **20.00**: Abertura e Desenhos Animados: **20.15**: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno — transmissão directa de Innsbruck de um jogo de hóquei sobre o gelo: **22.30**: Telejornal

Desporto

Nacionais de futebol

Benfica em Aveiro: o destaque

Como se tornou natural, divide-se por duas jornadas (hoje e amanhã) o calendário dos jogos de futebol que contam para as três divisões principais. Assim, à hora a que esta edição do «DL» sai para a rua, está a jogar-se em Alvalade (Sporting-Guimarães) e no Bessa (Boavista-Estoril): dois cotejos fundamentais para a continuidade de «leões» e boavisteiros na senda do título. Para a 2.ª divisão disputa-se, igualmente, o Riopele-Sanjoanense, e o União de Lamas-Covilhã, enquanto que pelas 21 e 30 tem lugar a partida Feirense-Marinhense. Por seu lado, incluídos no campeonato de juniores, decorrem neste momento os cotejos Varzim-sanjoanense, F.C.Porto-Nelas e Marco-Lourosa (Zona Norte) e Cuf-Atlético mais Setúbal-Peniche (para a Zona Sul).

Os restantes embates processam-se amanhã, pelas 15 horas. Para os interessados, eis o rol apontado nos vários «placards»:

. I Divisão: Leixões-Atlético, no Estádio das Antas, Belenenses-Académico, Farense-Tomar, Braga-F.C.Porto, Cuf-Setúbal e Beira-Mar-Benfica.

II Divisão (Zona Norte): Alba-Paços de Ferreira, no Parque de Jogos, em Lourosa, Régua-Salgueiros, Fafe-Lourosa; Espinho-Famalicão, Paredes-Gil Vicente, Varzim-Chaves e Vilanovense-Penafiel. Zona Sul: Esperança de Lagos-Peniche, no Campo dr. Francisco Vieira, em Silves, União de Santarém-União de Montemor, Juventude de Évora-Sesimbra, Montijo-Olhanense, Oriental-Lusitano de Evora, Torriense-Portimonense, Caldas-Torres Novas e Estrela de Portalegre-Almada.

III Divisão, Série A: Leça-Mondinense, Esposende-Cabeceirense, Vianense-Paços de Brandão, Forjães-Tadim, Bragança-Aves, Arrifanense-Limianos, Aliados de Lordelo-Vila Real, Freamunde-Lamego e Avintes-Rio Ave.

Série B: Penalva do Castelo-Oliveirense, Águeda-Guarda, Covilhã e Benfica-Vilanovenses Lousanense-Naval, Gouveia-Tabuense, Viseu e Benfica-Vildemoinhos, Marialvas-Anadia, Ala-Arriba-União de Coimbra e Cucujães-Febres.

Série C: Bombarralense-Cartaxo, no Campo do Baluarte, em Peniche, Alhandra-Campomaiorense, no Campo Fábrica Cimentos Tejo, em Alhandra, Alcanenense-Portalegrense, Benavente-Vieirense, Eléctrico-Odivelas, Pombal-Marrazes, Loures-Vilafranquense, Nacional-Alverca, Elvenses-Almeirim e Alcobaça-Elvas.

Série D: Seixal-Lusitano, no Campo Francisco Socorro, em Vila Real de St.º António, Estrela de Vendas Novas-Olivais, no campo de treinos do Estádio do Bonfim, em Setúbal, Sacavenense-Sambrazense, Santiago do Cacém-Rosarense, Quarteirense-Alcochetense, Beja-Odemirense, Luso-Moura, Casa Pia-Vasco da Gama, Costa de Caparica-Paio Pires e Cova da Piedade-Amora.

Juniores(Zona Norte): Braga-Boavista, às 10 e 30 e Leixões-Guimarães, às 11 horas. Zona Sul: Sesimbra-Sporting, no Estádio José Alvalade, União de Coimbra-Belenenses, S.Luís-Farense e Benfica-Estrela de Portalegre.

Freitas, o homem da semana: entre dois amores, o serviço obriga a receber os conimbricenses

Vamos dar uns chutos a "Pina Manique"

Quatro fortíssimas (e bem pesadas) equipas de prometedores futebolistas da Renascença Gráfica, S.A.R.L., vão amanhã mostrar aos «craques» como se toca na borracha: às 9 e às 11 horas, em dois **emocionantes** encontros, vão competir para uma «Taça Latina», colocada em equação no campo de jogos de Pina Manique (Casa Pia) a horas que, convenhamos, não são nada apetitosas para erguer da cama ao domingo. Mas, como a malta cá da casa nisso de erguer cedo pede meças a meio Mundo, aí teremos, tem-te-não-caias os quarenta e tal pontapeadores em acção, chuto no ar e pontapé de soslaio na pobre da bola que (coitada) não fez mal a ninguém para sofrer tratos de polé.

Na nossa edição de 2.ª feira contamos dar nota dos sobreviventes e, simultaneamente, a indicação do felizardo que conseguiu acertar na baliza contrária. Com a esferinha de couro, evidentemente.

PORTUGAL

Notas tristes inscritas no mais recente comunicado do Conselho de Disciplina da Associação de Futebol de Faro: cinco jogos de suspensão ao júnior Antonio Miguel Duarte Pacheco (Portimonense) **por tentativa de agressão ao árbitro, agravada com insultos** e três jogos de obrigatoria paragem ao colega de emblema Jose Manuel Fernandes, **por injúria ao árbitro**. Mais: três jogos de travagem ao juvenil Vítor Manuel Silva Cabrita (Lagoa), **por injúria ao árbitro** e um jogo a Carlos Manuel Cruz Dias (juvenil do Portimonense) **por atitude incorrecta para com o árbitro, aravada por ser «capitão» da sua equipa**.

Foi tornado público o plano de actividades para a temporada corrente da Federação de Râguebi. Estudo bem elaborado, a merecer nota detalhada.

A Associação de Ténis de Mesa do Porto castigou, com 90 dias de suspensão, os atletas sèniores Juvino Lapa e António Ferreira (ambos do Deportivo de Portugal)por factos ocorridos na final da «Taça Imprensa», disputada no Pavilhão dos Desportos portuense.

Amanhã, a partir das 10 horas: quinta «Mini-jornada juvenil de ténis de mesa», promovida pela Associação do Porto, no pavilhão do Colégio de Nossa Senhora da Bonança, em Vila Nova de Gaia. Festa para jovens de idade entre os 8 e os 16 anos.

A Asscociação de Voleibol de Lisboa acaba de indicar os clubes que se inscreveram, na sua zona, para a disputa da «Taça de Portugal». São os 21 que indicamos. Clube Benaventense, Sociedade Ordem e Progresso, Grupo Desportivo «O Coruchense», Clube União Banheirense, ISEL, C.ª Seguros C. Indústria, CDUL, Liceu do Barreiro, Baptista Russo, Lisboa Ginásio, Técnico, Veiga Beirão, Benfica, Sp. Clube das Caldas, ALEM, Atlético Clube Portugal, CNOCA, Almada Atlético Clube, Universidade Católica, Liceu Gil Vicente e Cruz Quebradense. Para a prova feminina já existem sete candidatos: Almada Atlético Clube, A.C.M., Cruz Quebradense, CDUL, Liceu Rainha D. Amélia, Benfica e Atletico.

Amanhã, ha hóquei em campo: Belenenses-Futebol Benfica e Hóquei-Benfica, em juniores, para o «Torneio Juventude».

Problemas de clubes e atletas, praticantes de voleibol, estão na base do encontro dos interessados com o eng.º Vieira Monteiro (presidente designado da Federacão da modalidade) prevista para a noite de 2.ª-feira.

Foi adiado para Agosto o «Grande Premio de Formula 2», previsto para o Autodromo do Estoril

Prosseguiu o nacional da 2.ª Divisão em hóquei patinado, com a invencibilidade do Belenenses como nota destacada. Resultados da jornada: Belenenses-Estremoz, 2-0; Liga de Algés-Ed. Física, 2-2, Queluz-C. Ourique, 4-11, Vilafranquense-F. Benfica, 4-2.

Classificação: 1.º Belenenses, 36 pontos; 2.º. Estremoz, 31; 3.º. Campo de Ourique, 30; 4.º. Hóquei de Sintra, 24; 5.º. Ed. Física, 23; 6.º. Vilafranquense, 21; 7.º Futebol Benfica, 20; 7.º. Liga de Algés, 19; 9.º. Queluz, 15; 10.º Sesimbra, 11.

Faltam os jogos Hoq. Sintra-L. Algés (11.ª jornada) e Sesimbra-Hóq. de Sintra (12.ª jornada).

Nacional da divisão principal, em basquetebol: S Sporting, 85-Sacavenense, 50 e Belenenses, 79-Barreirense, 80 Benfica, 56-Algés, 65. Para hoje estão marcados os jogos seguintes: Universitário do Porto-Académica de Coimbra, Conimbricense-Académico, Figueirense-Vasco da Gama e F.C Porto-Sangalhos, na Zona Norte: Benfica-Algés, na zona Sul.

Hóquei em patins, 2.ª «mão» dos quartos de final da «Taça de Portugal»: F. C Porto-A. Amadora, Valongo-Carvalhos (na Póvoa de Varzim), Sporting-Ac. Espinho (no Estoril) e Infante de Sagres-Oeiras.

Concluiu-se hoje a 7.ª Jornada do Campeonato Nacional masculino, da 1.ª Divisão: Benfica-Nacional de Ginástica, Esmoriz-Académica de Coimbra e Castelo da Maia-Leixões, são os encontros.

Prossegue o Campeonato Nacional (masculino) da 1.ª Divisão andebolística com os encontros da 13.ª jornada: Belenenses-F. C. Porto (em Paço de Arcos), Benfica-Beira-Mar, Técnico-Sporting, V. Setúbal-Passos Manuel, Boa Hora-Campo de Ourique e Ac. S. Mamede-Almada.

Os futebolistas do Oriental foram categóricos: batendo o pé a qualquer solução contrária, exigiram a continuidade de José Carlos como seu treinador. Portanto, abdicando da contratação do espanhol Vinueza, que estava nas ideias da direcção marvilense.

O campo de futebol do Lavradio, que se rotulava de «Alfredo da Silva», passa a denominar-se «13 de Agosto», data da nacionalização da Companhia União Fabril.

Adília Silvério (Sporting) participa, por convite, nos campeonatos de Espanha de atletismo que hoje se desenrolam em Madrid. A expensas do seu clube devem igualmente tomar parte em algumas provas os colegas Conceição Alves (salto em altura), Adriano Rodrigues (comprimento), Raposo Borges (vara) e Luis Azevedo (triplo) que viajaram acompanhados pelo prof. Rui de Oliveira.

Entre a Praia do Guincho — Malveira da Serra e Algés disputa-se amanhã, com partida às 10 horas, o regional lisboeta de fundo, na distância de 30 km, prova organizada pela Associação de Atletismo de Lisboa. A chegada a Algés está prevista para as 11 e 30.

Esperado: a Comissão Regional de Árbitros de Futebol, de Coimbra, em face dos acontecimentos registados no jogo Espinho-Gil Vicente, deliberou não nomear qualquer turma arbitral para encontros oficiais indicados para o terreno do Sporting de Espinho. Por seu lado, numa reunião da Regional de Lisboa, foi aprovado um «voto de censura» a Rafael Rodrigues, presidente da Comissão Central. Diz a moção:

«— Considerando a forma pouco correcta das afirmações que o presidente da Comissão Central fez a um jornal desportivo.

«— Considerando que o actual presidente herdou o lugar do assassino colonial ex-comandante Alpoim Calvão.

«— Considerando que este sr. nunca veio para os jornais defender os árbitros quando estes, domingo após domingo são vítimas de cobardes agressões físicas, morais e outras, os árbitros de Lisboa presentes aprovam um voto de censura ao seu actual presidente, ao mesmo tempo que repudiam as afirmações que ele proferiu quando lhes chamou ciumentos, invejosos e inimigos de si próprios, perguntando de que lado ele está: contra os árbitros ou a favor deles?».

Recorda-se que a entrevista em causa foi concedida ao nosso camarada «A Bola».

Assembleia geral extraordinária da Federação de Badminton, na noite do próximo dia 12.

No campeonato nacional de graduações, efectuado no «dojo» do Judo Clube de Portugal e no pavilhão do CACO, estiveram presentes 80 atletas, de vários pontos do País, nomeadamente Setúbal, Porto, Lisboa, Açores, Santarém e Beja. Ordem classificativa no 5.º kyu (cinto amarelo): António Pimenta, Secundino Domingos, Joaquim Fernandes e António Graça; 4.º kyu (cinto laranja): João Aires, Alfredo Silva, José Gonçalves e Napoleão Soares; 3.º kyu (cinto verde): José Merca, Luís Cardial, António Carvalho e Fernando Matos; 2.º kyu (cinto azul): Luís Martins, Frederico Salgado, Mário Janas e Carlos Dias; 1.º kyu (cinto castanho): Hugo Assunção, Aníbal Silva e Manuel Martins; Dan (cinto negro): António Roquette, Jose Gomes, Manuel Castro e João Coutinho.

Amanhã, a Associação de Atletismo de Faro leva a efeito os seus campeonatos regionais de corta-mato, destinados às categorias de infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores. Haverá, igualmente, provas para atletas femininas, em todos os escalões. As competições vão processar-se nos terrenos anexos ao Estádio Municipal de S. Luís (Faro).

No «Torneio de Ano Novo», de ginástica rítmica desportiva, houve nomes em destaque. Por ordem e em referência ao 1.º escalão: Cristina Santos, Elsa Lebre, Maria José Falcão, Susana Silva, Cristina Lebre e Helena Santos; 2.º escalão: Eunice Lebre, Isabel Gairiça, Adelaide Resende, Paula Roque e Paula Cabral; 3.º escalão: Elisabete Fernandes, Elsa Silva, Josefina Cruz, Helena Leal, Helena Pina, Paula Tadeu, Manuela Carneiro, Teresa Madeira, Leonor Correia, Natália Lopes e Ana Figueira.

Futebolistas juvenis foram convocados pela Federação para um estágio que vai processar-se entre 10 e 12 do corrente, no Jamor. Clubes e praticantes: Cuf — Vicente e Figueira; Alcochete — Francisco Manuel Crisanto; Seixal — Vítor João Rodrigues Fernandes; Alhandra — José António Vicente; Santa Iria: Carlos Alberto Lopes; Juventude Castanheira — Joaquim José Torrão; Águias — José Júlio Rodrigues Marques; Beja — José Luis Lopes; Coimbrões — Joaquim José Moreira (Quinito); Bombarralense — José João Santos Melão; «Os Belenenses» Coelho e Almada — Jorge Manuel Torres Saraiva. No plano da concentração figura uma visita ao Aquário Vasco da Gama e uma conversa sobre arbitragem, por Adelino Antunes.

Inventário de árbitros existentes, segundo um comunicado da Federação de Basquetebol: 7 em Aveiro, 5 em Castelo Branco, 7 em Coimbra, 3 em Faro, 35 em Lisboa, 8 no Porto e 10 em Setúbal. Ainda desta modalidade: a direcção federativa marcou faltas de comparência às equipas do Maria Pia (face ao Moscavide), Beira-Mar (perante o Stella Maris) e Coimbrões (no jogo que lhe competia realizar com o Desportivo da Covilhã), aplicando-lhes ainda multas no valor de 500 escudos.

Na piscina municipal do Areeiro efectua-se amanhã, pelas 10 horas, um festival de preparação promovido pela Associação de Natação de Lisboa.

A Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Leiria vai organizar os seus campeonatos associativos individuais, em todas as classes. Concorrentes seniores: Alvaro Costa, Amilcar Rosa, Joaquim Rosa, Hélder Nobre, Filipe Anéis, Rosário Dias, Sanches de Sousa, Carlos Magalhães, António Bernardo, Fernando Jorge, Carlos Dias, Mapril Santos, Fernando Jorge, Telmo Antunes, Alcides Ferreira, Carlos Carvalho, José Ventura, Eugénio Clara, Pedro Libório, José Freire, Carlos Branco, Calheiros Viegas, José Branco, Carrilho Tomás, Olegário da Silva, Sidónio Violante, Hélder Agostinho, António Carvalho, José Rosa, Francisco Pereira, Fernando Carreira, Octávio Gonçalves, Vítor Agostinho, Luís Guerra, Ramiro Martins, Carlos Sena, Joaquim Afonso, António Serodio, José Perdigão, João Leandro, Magalhães Pereira, António Pereira, José Agostinho e Carlos Morgado. Juniores: António Gomes, Prisciliano Ferreira, Fernando Perdigão, João Mateus, Bandeirinha Ribeiro, Luís Gouveia, Sérgio Coutinho, Salvador Simões, Raul Ventura, Jaime Costa, Nelson Dourado, António Ferreira, Aníbal Fernando, Vítor Darte, Fernando Miguel e Marcelino Hortênsio. Infantis: José Gordalina, Fernando Simões, Paulo Dourado, Luís Henriques, José Ferreira, João Bulça, António de Sousa, Pedro Silva, Pedro Roldão, Silvio Costa, Paulo Costa, Fernando Manuel, Francisco Ferreira, Salvador Jordao, Manuel Diogo, Carlos Alberto, Adelino da Silva, José de Sá, Joaquim Cardoso e Fernando Luís. Senhoras: Leodete Gordalina, Isabel Ferreira, Marilia Clemente, Helena Plácido, Maria Emília, Lucília Clara, Vera Paula, Laura Ladeiro, Conceição Alves, Odete Alves, Conceicão Gregório, Edeviges Alves, Emília Costa, Madalena Nobre, Maria José, Lina Santos, Maria Luísa, Maria Isabel e Idalisa Agostinho. Meninas: Ana Paula, Helena Paula, Suzana Ribeiro, Helena Gordalina, Fernanda Monteiro, Idalina Campos, Maria Cristina, Ana Cristina, Ana Paula e Maria Elizabete. Veteranos: José Eduardo e Neves Cruz. Os jogos iniciam-se hoje, no pavilhão de Leiria, prosseguindo a 14 do corrente (pavilhão do Marinhense) e a 21 (pavilhão do Peniche). Simultaneamente a Associação de Ténis de Mesa de Leiria organiza acções de dinamização, para jovens de idade compreendida entre os 8 e os 15 anos, nas datas e locais onde decorrem os campeonatos oficiais.

Para a «Semana da Bulgária» (8 a 14 de Março) o basquetebol vai contribuir com uma selecção de juniores e duas de esperanças, a sairem dos seguintes basquetebolistas pré-convocados: Selecção de Juniores (17-18 anos) — António Manuel Sebastião, Daniel Sebastião, António José Coelho, Francisco Carvalho, Francisco Pinto, Artur Leiria, Fernando Marques, Luís Reis, João Carlos Correia Moura, Virgílio Lopes Gameiro, Carlos Afro Freire, José Júlio de Macedo, Joel Teixeira de Almeida, José Carlos e João Gaspar, mais os seleccionados no Porto. Selecção de esperanças (19-20 anos) — José Coelho, José Luís Almeida, Mário Sampaio, Rui Santos, José Manuel Luís, Joaquim Aniceto, Vasco Galante, Carlos Robalo, Rui Fernandes, Nelson Barata, José Caiado, Carlos Costa, João Freitas, Armando Santos, Álvaro Mota e António Carrufa, mais os atletas a serem indicados por Porto e Aveiro. Selecção speranças (21-22-23 anos) — Carlos Alberto Santiago, José Maria Henriques, Roberto Ivo Oliveira, Rui Pinheiro, José Carlos Gomes, José Carlos Gomes, José Alves Roque, José Manuel Sutil, Fernando Carreira, António Minhava, Carlos Aberto Cachorreiro, Vladimiro Martins e Ernesto Silva e os indicados pelo Porto e por Aveiro.

Os pré-seleccionados portugueses com vista aos Jogos Olímpicos de Montreal (no Canadá). A contar da esquerda: Carlos Lopes, Hélder de Jesus, o técnico (prof. Mário Moniz Pereira). Fernando Mamede, Carlos Cabral e José Carvalho

Lá fora

MILJANIC

A Junta Directiva do Real Madrid decidiu em reunião realizada ontem à tarde, renovar o contrato com o seu actual treinador de futebol, o jugoslavo, Miljan Miljanic, até 30 de Junho de 1978. O contrato foi renovado nas condições do anterior: 50 000 dólares por época.

UEFA DEFINE

Num comunicado hoje publicado, a UEFA faz o balanço da reunião efectuada pelo seu comité executivo em Marbella (Espanha).

Eis algumas das principais decisões ali tomadas:

Campeonato da Europa das nações o país organizador da fase final só será designado após o encontros da 2.ª «mão» dos quartos de final. A ordem prioritária, segundo as candidaturas apresentadas é a seguinte: 1.º Jugoslavia, 2.º R.F.A., 3.º Holanda-Bélgica.

Taças Europeias: a partir da temporada 1976/1977 só serão designados cabeças de série na primeira eliminatória os clubes que tenham atingido as meis-finais nos últimos cinco anos.

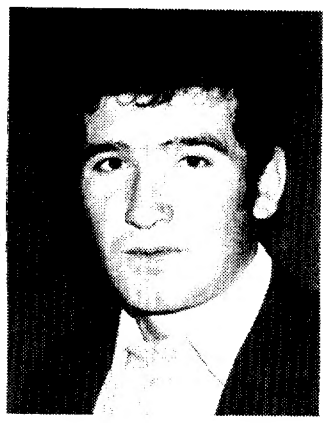
Televisão: chegou-se a acordo no sentido da transmissão directa dos encontros do campeonato da Europa das nações e das finais da «Taça dos Clubes Campeões» e da «Taça dos Vencedores da Taça» em 1977 e 1978.

Desporto

Morte de um ciclista

Tinha 22 anos, chamava-se Francisco da Cruz Martinho e fora, com a camisola do Sporting, um falso profissional da pedalada. O seu ofício, aquele que lhe dava o ganha-pão, morava na construção civil: como pedreiro. E, como pedreiro faleceu ontem, soterrado por uma parede que abateu, em Outeiro da Cabeça, onde algumas vezes os colegas de emprego real o iam espreitar no comando de um pelotão cheio de sonhos e mentiras.

Francisco Martinho ostentava um curioso «palmarés» ciclista: representando o Pinheiro de Loures, foi campeão nacional de populares (1973), pelo Sporting tornou-se campeão regional de perseguição (por equipas), nas duas épocas iniciais de serviço nos «leões» de Alvalade. Em 1975 cotou-se em 4.º posto no campeonato lisboeta de fundo e em 3.º na luta pelo título nacional. Participou em «Voltas a Portugal», correu lá por fora. Era uma **esperança** da pedalada: outro dia, os clubes portugueses resolveram acabar com o ciclismo mais ou menos profissionalizado. Francisco Martinho tinha de comer: voltou ao martelo e à picareta. Foi aí que a morte ontem o descobriu.



Francisco Martinho: 22 anos sepultados por uma parede

Duelos na neve de Innsbruck

Sheila Young: vitória e adeus

Uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos constitui geralmente, para um desportista, uma **recompensa suprema.** Mas a americana Sheila Young, que ontem ganhou a medalha de ouro na prova de 500 metros de patinagem de velocidade, em Innsbruck, declara que, na sua carreira, o que lhe deu mais prazer foi o seu «record» do Mundo, estabelecido em 31 de Janeiro em Davos.

Na realidade trata-se de um **«record» excepcional porque** com o tempo de 40.01 Sheila Young é a primeira mulher a vencer a «barreira» dos 41.

Sheila Young começou a entrar em competições com a idade de 9 anos. Dez anos depois **ganhava o seu primeiro título** nacional, sendo de assinalar que Sheila Young tem tido simultaneamente uma carreira notável de ciclista: em 1973 ganhou o título mundial (velocidade).

A grande desportista abandonará este ano a sua participação em competições. **Acabou** (disse ela) **pois 1976 é o meu último ano consagrado ao desporto. Vou casar, brevemente.**

Na prova em que Sheila triunfou, a medalha de prata foi para a canadiana Cathy Priestner e a medalha de bronze para a soviética Tatiana Averina.

Como estava previsto, foi o soviético Kikolai Kruglov quem ganhou a prova individual de «Biathlon» (20 kms). O seu compatriota Aleksandeer Elizarov ficou em terceiro lugar, com o finlandês Heikki Ikola de permeio.

O terceiro concorrente soviético, o campeão mundial Aleksander Tohonov (que era o favorito e estáva à frente a meio do percurso) teve de se contentar com o 5.º lugar, dado que totalizou seis minutos de penalização no último tiro. Os seus dois compatriotas terminaram com (respectivamente) 2 e 3 minutos de penalização. O finlandês Heikki Ikola, que ficou em 2.º lugar, foi igualmente penalizado com dois minutos. O italiano Willy Bertin, que se classificou em **4.º lugar com 1h.16'50"36** (3 minutos de penalização), fez uma prova muito regular. O 6.º posto foi para Esko Saira (1h.17'32"84, com 2 minutos de penalização), que confirmou assim a excelente qualidade da equipa finlandesa, especialmente no tiro.

As suspeitas de que se teria registado um caso de «doping» no Jogos de Innsbruck dissiparam-se, em face da decisão da Comissão Médica do C.I.O. que recusou o resultado de um controlo por vício de forma. Estaria em causa, ao que se julga, uma das três primeiras classificadas dos 1.500 metros femininos.

O processo de controlo utilizado pelo laboratorio nao foi o mais correcto, falseando desde logo o resultado da análise. A contraprova demonstrou, que não tinha havido «doping» — declarou um porta-voz do Comité Internacional Olímpico.

Por seu turno a comissão organizadora publicou o seguinte comunicado: **todos os exames se revelaram negativos, pelo que todas as medalhas podem ser confirmadas.**

Resultados de alguns jogos de hóquei sobre o gelo: Alemanha Federal,7-Polónia, 4; União Soviética, 6-USA, 2 e Checoslováquia, 2-Finlândia, 1.

O quadro da distribuição das medalhas é o seguinte: URSS, 3 ouro, o prata e 4 bronze. Estados Unidos, 1 ouro, 2 pratas e o bronze; Áustria, 1 ouro, 0 prata e o bronze; Suíça, 0 ouro, 1 prata e o bronze; Finlândia, **3 ouro, e 4 bronze. Estados Unidos, 1 ouro, 2 prata; Áustria, 1 ouro; Suíça, 1 prata; Finlândia, 1 prata; Canadá, 1 prata; Itália, 1 bronze.**

Segundo a própria imprensa austríaca, a representação da Áustria nos Jogos de Innsbruck está a merecer o «Oscar» atribuído aos atletas menos preocupados com a indumentária, compartilhando essa posição com os espanhóis. O «Oscar» da equipa **mais à moda** cabe, entretanto, aos japoneses.

SEJA PATRÃO DE SI MESMO SOMENTE COM 15.000$00

TENHA O SEU NEGÓCIO EM EXCLUSIVO NA LOCALIDADE ONDE VIVE:

- Somos uma conceituada Firma de Lisboa, com Produtos de grande aceitação no Mercado, tendo Vasta Cilentela em todas as regiões do País.
- Dadas as dificuldades na montagem de eficiente Rede de Distribuição e Cobrança próprias, decidimos optar pela Criação de Agentes Depositários em todas as localidades do País, delegando em Homens ou Senhoras — ainda que sem grande experiência comercial — a missão de actuarem como agentes Locais para Colocação e Cobrança dos nossos Produtos.
- A verba acima referida destina-se a provisionar o stock inicial de aparelhos a colocar nos Clientes interessados.
- Alta compensação de harmonia com o trabalho a desenvolver.

RESPOSTAS A: Departamento de Expansão Comercial
Apartado 1408 — LISBOA

N. B. — As respostas dos interessados serão consideradas por ordem de chegada.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Praça D. Luís, 17, 1.º - Dt.º — Telef. 66 11 02/3
LISBOA-2

MOÇÃO

Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Lisboa, reunidos no dia 5 de Fevereiro de 1976, aprovaram a seguinte moção:

1 — Considerando que a luta em Angola, contra o imperialismo e colonialismo, foi e é travada pelo MPLA, vanguarda revolucionária do povo angolano.

2 — Considerando que a única atitude coerente para com os ideais revolucionários do 25 de Abril, é o reconhecimento da República Popular de Angola.

3 — Considerando que este reconhecimento mantém as relações e confiança em nós depositada por Estados progressistas de todo o mundo.

Exigem:

— Reconhecimento imediato por parte do Governo português da República Popular de Angola.

— VIVA O MPLA

— VIVAM AS GLORIOSAS FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

— VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETARIO

— A LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA!

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

A Comissão de Controlo da Enobra — Construções, SARL

MOÇÃO

Delegados Sindicais, reunidos no dia 5 de Fevereiro de 1976, tomando conhecimento dos ataques e calúnias lançadas contra a actual Direcção e a actual Mesa da Assembleia Geral, a respeito do próximo acto eleitoral, querem deixar bem claro o seguinte:

a) Manifestar o seu apoio e confiança nos camaradas que estão à frente do nosso Sindicato.

b) Apelar a todos os camaradas que desenvolvam todos os esforços, para que o próximo acto eleitoral, no dia 12 de Fevereiro, seja uma demonstração de unidade em defesa do nosso Sindicato.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

MOÇÃO

Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores reunidos em 5 de Fevereiro de 1976, decidem:

— Repudiar energicamente os atentados e acções criminosas contra as organizações de trabalhadores e partidos progressistas.

— Repudiar a libertação de notórios fascistas e acção desenvolvida pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS.

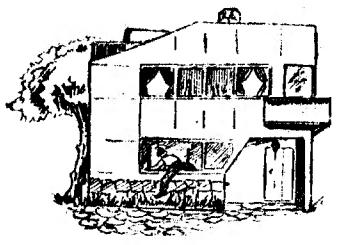
— Repudiar a prisão de militares e civis antifascistas, que o único «crime» que cometeram, foi estarem sempre com os trabalhadores.

E exigem:

— Medidas concretas contra as organizações reaccionárias, apoiadas em elementos situados ao nível do poder político-militar.

— Libertação dos antifascistas presos.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976



É necessário ouvir o mais leve ruído para nossa protecção

SURDOS
CASA SONOTONE
NÃO OUVE BEM?

Procure-nos imediatamente a fim de fazerem um exame e uma demonstração que é gratuita com os mais belos aparelhos do Mundo. Óculos só de encostar à cabeça sem fios nem pipetas. Uma maravilha de Audição. LARINGES ELECTRÓNICAS para os operados à laringe. Vendemos pilhas de todas as voltagens. Prestamos assistência técnica a todos os aparelhos sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa ou marcas. Procure-nos a fim de os fazermos felizes em:

LISBOA — Poço do Borratém, 33, S/L — Telef. 86 83 52
PORTO — Praça da Batalha, 92, 1.º — Telef. 02-315602

Geral

Documento recuperado cem anos depois

Um estudo preliminar sobre uma biografia de D. João de Castro, dado como perdido há um século, e agora encontrado entre os manuscritos da colecção Manizola da Biblioteca Pública de Évora, foi apresentado na última sessão da Academia Portuguesa de História.

Na mesma sessão, presidida pelo prof. Veríssimo Serrão, foi discutido o projecto de um ciclo de conferências, a realizar no primeiro trimestre deste ano, dedicado a obra de Alexandre Herculano.

Redactores do "Jornal Novo" propõem director interino

Mantém-se o impasse no «Jornal Novo», tendo o Conselho de Redacção comunicado ontem à administração que não daria voto favorável a Daniel Proença de Carvalho e José Martins Garcia, indigitados para a direcção.

O Conselho de Redacção expressa assim a vontade da maioria dos trabalhadores reunidos em anteriores plenários, e, procurando uma solução para a crise, propõe que o actual subchefe de redacção, José Manuel Teixeira, assuma interinamente as funções de director. A partir de segunda-feira serão encetados contactos e negociações para a escolha do director definitivo.

Entretanto um dos elementos do Conselho de Redacção, Wilson da Fonseca, pediu a demissão, tendo sido substituído por Alexandre Pomar. Actualmente o Conselho de Redacção, além do jornalista indicado, é constituído por Luís Paixão Martins, Carlos Pinto Coelho e Mário Resende.

Nove elementos da redacção tornaram pública uma declaração em que acusam o plenário de ontem à tarde de ter contribuído para manter o impasse, escamoteando a irreversibilidade da demissão de Artur Portela Filho da direcção do «Jornal Novo».

Os signatários afirmam que tal atitude traduz a influência de forças empenhadas em encerrar o jornal. Não estando dispostos a pactuar com tais forças, os nove elementos manifestam-se decididos a superar a crise, assegurando o reaparecimento do «JN» com um director da confiança da redacção. Os trabalhadores dos sectores administrativo e financeiro estão solidários com esta posição.

COMUNICADO DA CIP

A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) divulgou um comunicado que afirma não ser correcta e carecer de fundamento a insinuação que diz que o «Jornal Novo» lhe pertence.

«O facto de haver ou ter havido nomes e pessoas comuns nos órgãos executivos da CIP e na administração da Novimprensa, nada significa além duma coincidência e exercício livre de actividades, naturalíssimo entre pessoas que prezam e vivem a iniciativa privada e o espírito empreendedor», afirma-se no referido comunicado.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

pas de algum erro que venha a cometer.

«Como porta-voz da associação de produtores agrícolas da região de Rio Maior, a que eu também pertenço (aplausos, gritos) eu tenho perguntado a mim próprio se nós, agricultores, não seremos capazes de tomar nas nossas mãos a verdadeira revolução deste país. Penso que sim. Porque a arma fundamental tende-la vós: não são os chaimites, não as pistolas-metralhadoras nem são os canhões: a arma que possuímos é o alimento que produzimos à custa do nosso suor e dos nossos sacrifícios.

«Não poderemos aceitar, nós, três milhões de agricultores, consentir que uma minoria que nem a maior parte é formada por agricultores no imponha aquilo que não queremos (aplausos vibrantes).»

4.ª

«Estou aqui para ajudar a construir o País depois de ter construído outro país que foi Angola. O povo não tem culpa. E o primeiro progressista que queira trabalhar comigo, que experimente no dia que quiser. Pode começar amanhã às seis da manhã — se se quiser levantar cedo.»

5.ª

«Hoje acidentalmente e esse favor temos a dever à Televisão que aqui está presente (apupos, gritaria, assobios) desculpem. Pela primeira vez a Televisão aparece numa reunião de agricultores, isso é extraorinariamente positivo. É verdade que é preciso que nós tenhamos consciência não estamos dispostos a ser vendidos nem à América, nem à Rússia, (aplausos frenéticos).

«Hoje em Santarém, os senhores do Centro da Reforma Agrária caluniaram fortemente os agricultores, disseram que os reaccionários se iam reunir (gritaria). Até quando continuarão a chamar reaccionários a quem trabalha, a quem o único crime até hoje foi o continuar a . lutar, a trabalhar, a produzir, aquilo que eles não fizeram porque são incapazes de produzir (grandes aplausos).

«Pois amigos eu convido-os todos a ir manifestar à Escola Prática de Cavalaria, a incentivar os nossos soldados a defender-nos, já que senhores generais afirmaram que, se necessário fosse, viriam para a zona de Santarém e do Ribatejo fazer a Reforma Agrária (gritaria. Mas esses generais, esses senhores generais ou esquecem, ou nunca lhes disseram ou não têm conhecimento de que os homens do Ribatejo enfrentam a morte frente a um toiro por desporto, quanto mais roubando-lhes aquilo que é deles (aplausos delirantes).»

(De um Telejornal)

Música de há mil anos

I grupo coral «Os Segréis de Lisboa» interpretará música polifónica dos séculos IX a XVI, hoje e no dia 14, às 21 horas, no Teatro do Bairro Alto — à Rua Tenente Cascais, n.º 1-B.

NATURA

FOI POSTO À VENDA O N.º 256
REFERENTE A JANEIRO

Se desejais evitar a doença e curar-vos dos vossos males pelos meios puramente naturais assinai já esta utilíssima revista de Higiene Geral e Alimentar de Saúde e Cultura integral, podendo estar certos de que pelos seus ensinamentos recuperais mais Bem-Estar e Alegria de Viver.

Director ● Proprietário:
DR. INDIVERI COLLUCI

Do sumário destacamos os seguintes artigos:

- **Casos de doença e casos de saúde**
- **A Medicina de luxo e a Medicina de austeridade**
- **Quanto pode a Medicina Natural**
- **Em prol de uma Verdadeira Ciência da Vida**
- **O Cancro do seio**
- **O nonagésimo sexto aniversário do Dr. Colucci**
- **A higiene mental das pessoas idosas**
- **Novas orientações**
- **Nutrição benefica**

Todos os pedidos devem ser dirigidos a esta administração:

Rua Antero de Quental, 35, 1.º, Dt.º (ao Intendente) Telefone 55 64 98

Assinatura Anual, 160$00; Semestral 80$00
Estrangeiro e Ultramar: 250$00; avulso 17$50

SE ADQUIRIR UM NÚMERO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA FICARÁ LOGO NOSSO ASSINANTE

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 364859/368197. Tina, Stripteaseuse.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal continental o céu estava geralmente pouco nublado o vento era fraco e havia neblina em várias regiões.

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima:
P. DA ROCHA ..... 15,3°
Mínima:
P. DA SAÚDE ..... 3,5°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar ..... 13,5°
Atmosfera ..... 8°

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	2°
P. DOURADAS	—
COIMBRA	3°
PORTALEGRE	7°
LISBOA	8°
FARO	10°
FUNCHAL	15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.20	3,4 m	1.44	1,5 m
20.46	3,3 m	14.10	1,5 m
Dia 8			
9.08	3,2 m	2.36	1,6 m
21.43	3,2 m	15.06	1,7 m
Dia 9			
10.19	3,1 m	3.44	1,8 m
23.07	3,1 m	16.18	1,7 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento fraco; a partir da madrugada céu muito nublado vento moderado de Sudoeste períodos de chuva em especial a norte do Vale do Vouga

AMANHÃ

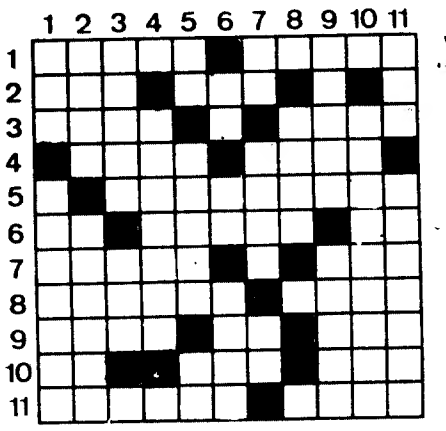
NASCER AS 8.36
OCASO AS 19.06

DIA 8 — DIA 15 — DIA 22 — DIA 1

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11290



HORIZONTAIS:

1 Talha. Composta.
2 Agora. Também não.
3 Poeta rágico latino autor de «Décio e Bruto». Numeral cardinal.
4 Despacha. Apre.
5 Induzira.
6 Distar. Sorte. Reis.
7 Solo. Cabelos brancos.
8 Bradara. Ramalhete.
9 Despidas. Zomba. Lista.
10 Basta. conjunção. Sufixo que designa pequenez.
11 Corte às ramas, nos obreiros adultos. Impulso.

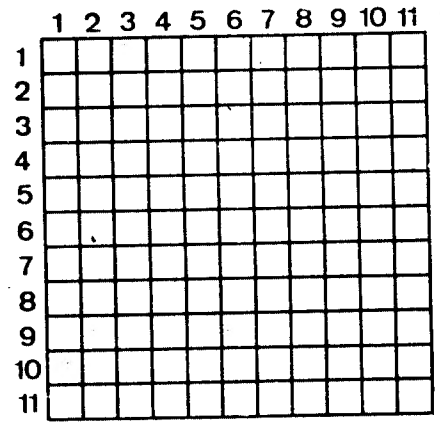
VERTICAIS:

1 Filtra. Numeral cardinal.
2 Avalia. Retroceder.
3 O Rate.
4 Enfeitaras, como objectos de oiro.
5 Prefixo de privação. Abranger. Níquel (s.q).
6 Preposição. Autores. Superficie plana delimitada.
7 Milímetro. Tosto. Prefixo de 1negação.
8 Nascimento de um astro.
9 Fora para fora. Especiaria indiana.
10 Sismo.
11 Espaço de doze meses. Arrascar.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7450



HORIZONTAIS:

1 Rio de Portugal. Doença crónica infecciosa produzida por um bacilo descrito pela primeira vez por Hansen em 1868.
2 Superfícies planas delimitadas. Lavrais.
3 Seguiam. Chefe etiope.
4 Ratara. Disponho em camadas.
5 Ver. Grande quantidade.
6 Nome de mulher. Estavam.
7 Tempo do verbo ir. Ruído. Actinio.(s.q).
8 Ponto de mira. Guarda segredo.
9 Nome de flor. Cidade de França.
10 Encolerizas. Nome de peixe.
11 Ratara. Praia.

VERTICAIS:

1 Cidade do Egipto. Ocio.
2 Cidade da Argélia. Rústico.
3 Substância amarelada ou esbranquiçada que se forma nos pontos lacrimais ou nos bordos da conjuntiva. Volte.
4 Gálio (s.q). Raer. Vila e concelho do distrito de Aveiro.
5 Artigo definido. Lavras. Sufixo que designa abundância.
6 Ósmio (s.q).
7 Nota musical. Lavrem. Bolo de farinha de arroz e azeite de coco usado na Ásia.
8 Érbio (s.q). Coragem. Acreditar.
9 Estacionara. Apre!
10 Zombem. Península da Indochina, situada a S. do continente asiático, entre o Mar da China e o Mar das Índias.
11 Tostou. Granja.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11289

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Facada. Maçã.	1 FEL. Pai. Mal.
2 Elaras. Ural.	2 Alapar. DANA.
3 Lar. Birre.	3 Caros. Aires.
4 POUCO. Temi.	4 Ar. Ut. Coais.
5 Pastarão.	5 Dançara. So.
6 Ar. Anã.	6 As. Or. Mar.
7 Acamas. Am.	7 Amarava.
8 Dio. Ar	8 MUITO MEL
9 Mará. Ramosa.	9 Arre! Sola.
10 Anéis. Velos.	10 Carmona. Sór.
11 Lasso. Alara.	11 Aleitam. Asa.

PROVÉRBIO: Pouco fel dana muito mel.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7449

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Macho. Braga.	1 Macios. Naná.
2 Anão. Oras.	2 An. Morderam.
3 Irradia.	3 Cai. Mão. Ato.
4 Im. Aaro. Cl.	4 Hora. Rimar.
5 Oom. Comodas	5 Raça. Rolo.
6 Sr.ª. Anel.	6 Faro.
7 Dor. Tremam.	7 Domaram.
8 Ne. Ir. Aro.	8 Roi. Onerar.
9 Aramo. Marés.	9 Ara. Demorar.
10 Natal. Raia.	10 Ga. Cala. Eia!
11 Amorosa. Ras.	11 Asais. Musas.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO G-1
ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Tapada, Calçada da Tapada, 38-A (Tel. 634721).
ALVALADE
Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) (Tel. 765252); **Celta**, Rua moura Girão, 3-B (Telefone 710621); **João XXI**, Av. João XXI, 16-A (Tel. 726462).
AREEIRO
Avenidas (das), Av. da República, 27 (Tel.533688).
CAMPOLIDE
Oliveira, Rua de Campolide, 54-A (Tel. 684424).
CARNIDE
J. Ribeiro, Estrada da Luz, 199-A (Tel. 780969).
ESTRELA
Paivas e Parente, Rua de Santo António, à Estrela, 96 (Tel. 665196).
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-A/B (Tels. 720703-728395).
OLIVAIS SUL
Simão, Rua Cidade de Cabinda, 16-A (junto da piscina) (Tel. 310581).
S. MAMEDE
Cunha, Rua Escola Politécnica, 16 (Tel. 325455).
S. PAULO
Africana, Rua Bernardino Costa, 45 (Tel. 269120).
XABREGAS
Salter, Rua de Xabregas, 63 (Tel. 381185).

TURNO G-2

TODA A NOITE

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222 (Tel. 638256).
ALMADA
Arnall, Rua das Escolas Gerais, 88-A (Tel. 863940).
ALVALADE
Sanex, Avenida da Igreja, 31-C (Tel. 717505).
BAIRRO ACTORES
Nobel, Rua Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental, lado Sul) (Tel. 842152).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Telefone 311216).
BAIXA
Azevedo, Rossio, 31 (Tel. 327478).
BENFICA
nião, Estrada de Benfica, 592 (Tel. 700092).
CAMPO DE OURIQUE
Porfírio, Rua Francisco Metrass, 59-B (Tel. 663349).
ESTRELA
Gama, Calçada da Estrela, 130 (Tel. 660339).
LAPA
Carrasco, Rua Presidente Arriaga, 39 (Tel. 667460).
LUMIAR
Central do Lumiar, Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480).
PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde Monsaraz, 17-B (Telefone 842533).
REGO
G. Silva, Rua Francisco Tomás Costa, 3-C (Tel. 771873).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-A (próximo do Hotel Sheraton) (Tels. 48966-553601).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T.2112048)
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034). Toda a noite
OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Aisir, Av. Ga o Co tinho, B.das Caixas de Previdência (T.2472948). Toda a noite
MURTAL
Primavera, R.das Parreiras, 2 (T.2472278). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Lopes, R.Ha gar, 3 (T.260008). Toda a noite
CASCAIS
A.Costa, R.Freitas Reis, 24-C (T.280214). Até às 22 horas; **Cordeiro**, Av. C.G.Guerra, 40 (T.280170). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D.Jo o I, 9-B (T.932756); **Central**, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); **Igreja**, P.d Ig eja, 22-A (T.937740); **Jardim**, Av. Conde de Oeiras, 120, Reboleira (Tel. 938424)
DAMAIA
D.João V, Av. Gu gel do Amaral, 2-A (T.970467)
QUELUZ
Simões Lopes, R.Elias Garcia, 51 (T.950123)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034)
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Vila (T.2930155)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Ga e o, R.Ca itão Le tão, 85-B (T.2760555)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fá i a, E.Na ion l, 244-A (T.2040141)
BARREIRO
Piçarra, Av. do Bocage, 65-A (T.2074771). Até às 19 horas; **Central**, Av. Alfredo da Si va, 48 (T.2073207). Se - viço permanente
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E.das Barrocas, 50-A (T.2494182)
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Higie n, R.Jo é Jo q i Marques, 142 (T.2310370)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P.do Bocage (T.22484); **Nova**, R.Ge e a Gomes Freire (T.22052)
SEIXAL
Godinho, L.da Ig eja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 17

ATÉ ÀS 22 HORAS

Martino, Suc., P.Marquês de Pombal, 122. **Pombeiro**, Campo dos Mártires da Pátria, 152. **Prelada**, R.Central de Francos, 316. **S.Roque da Lameira**, R.de S.Roque da Lameira, 111. **Sá da Bandeira**, R.Sa da Bandeira, 236. **Ferreira da Silva**, R.dos Mártires da Liberdade, 150. **S.Lázaro**, Av. Rodrigues de Freitas, 297. **Melo Taveira**, R.Alcaide Faria, 77.

TODA A NOITE

Ameal, R. do Ameal, 1227; **Campo Alegre**, R. do Campo Alegre, 723; **Peninsular**, R. Cha, 100

COIMBRA

PAIVA
Paiva, Praça do Comércio, 57 (Tel 23231); **S. Sebastião**, Rua António Jardim (Tel. 28802).

cinemas

CASTIL
T. 530194 — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A REVOLUÇÃO SEXUAL
C/Laura Antonelli-Ricardo Cucciolla
3.ª semana
Ante-estreia hoje (M. 13 anos)
O TELEFONE COR DE ROSA

IMPÉRIO
T. 555134 — 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Catherine Deneuve, Michael Piccoli
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marxo Ferrari

ROYAL
T. 865037 — 15.15 e 21.15
M. 10 anos
SPARTACUS

POLITEAMA
T. 326305 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
MISTÉRIOS DE UM JOVEM RICO
Estrangulava as mulheres que faziam amor com ele

VOX
T. 720808 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. men. 18 anos
6.ª semana
UM FILHO POR ENCOMENDA
Uma história deliciosa

ROMA
T. 727778 — 15.30-18.30-21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PAULO O QUENTE
5.ª Semana
Realização de Marco Vicário

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — Às 15 h
(M. 6 anos)
O SONHO DE UMA ESTRELA
Às 21 h (M. 13 anos)
O «PURO» ANSELMO E O SEU «DEVASSO» ESCUDEIRO

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Para todos
UM ESPADA PARA HOLLYOOD
Um filme de Frank Tashlin
Jerry Lewis, Dean Martin

EDEN
T.320768 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Anthony Quinn-PamelaTiffin
Franco Nero em
LOS AMIGOS
Um filme de Paolo Cavara
2.ª Semana

ODEON
T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
11.ª semana. Sempre enchentes
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Um festival malandrices «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70
T. 763319 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
7.ª SEMANA
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
(Grupo D M. 18 anos)
ANA E OS LOBOS
Amanhã às 11h (M. 6 anos)
O HOMEM MAIS ENGRAÇADO DO MUNDO

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 — 18.15 e 21.15
Grupo D Maiores 18 anos
CAMA COM MÚSICA

S. JORGE
T. 54153/4 — 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
HARRY, O VIGARISTA
2.ª Semana
James Coburn, Michael Sarrazin

RESTELO
T. 610375 — 21.00
Não acons. men. 13 anos
O GATO, O MEDO, O RATO E O AMOR

AVIS
T. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
12.ª Semana
Amanhã, o mesmo programa

CARLOS MANUEL — SINTRA
Tel. 2930394 — 15.00, 21.00
Não acons. men. 13 anos
DILEMA EM NOITE DE NÚPCIAS

ESTÚDIO
T. 555135 — 15, 17, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
2.ª Semana

ESTÚDIO 444
T. 779095 — 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h
Interdito a menores 18 anos
O RALLY DAS GOZONAS
Este filme contem cenas event. chocantes
7.ª semana

MUNDIAL
T. 538743 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CAMILLE 2000
c/ Danielle Gaubert, Nino Castelnuovo

UNIVERSAL
T. 774402 — 17 e 21 h
Não acons. a menores de 18 anos
SANGUE DE CONDOR
15.00, 19.00, 23.00
Não acons. a menores de 13 anos
QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA
de Agnes Varda

CONDES
T. 322523 — 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. men. 18 anos
Colorido
FRENCH CONNECTION N.º 2
c/ Gene Hackman
O melhor cinema americano

BERNA
T. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)

LONDRES
T. 801313 — 14.15, 18.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
Hoje às 24 h (Para Todos)
MELODY

ROXY
T. 48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMILIENNE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T. 57059[illegible] — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Um filme de Son Sharp

ALVALADE
T. 897480 — 14, 15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. m. 13 anos
A INJUSTIÇA DA JUSTIÇA
Às 24h (Não acons. men. 13 anos)
AEROPORTO 75
Amanhã às 11h. (M. 6 anos)
OS REIS DA GARGALHADA

PATHÉ
T. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Int. a men. de 18 anos
6.ª Semana
A ESTALAGEM DO PRAZER
um filme de Alois Brunmer
Hoje às 24h
A ESTALAGEM DO PRAZER

NIMAS
T. 574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.45
Não acons. a menores de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força camarada Zé»
MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Psicina»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Bernilde ou a Virgem Mãe»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Vida em Família»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Loia do Sexo»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Quando os Deuses Têm Sede»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Casamento de Padre»
PARIS
21.00 (18 anos)
«Um Filme Doce»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Os Centuriões»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Os 4 sargentos de Boinas Verdes»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Serpico»

IDEAL
21.00 (10 anos)
«Os 10 Galadiadores»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«A linguagem do amor»
OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (13 anos)
«Joe Hill»
ESTORIL
Casino
18.30 e 21.15 (18 anos)
«Cama com Música»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (10 anos)
«A Grande Evasão»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.30 (6 anos)
«O Ladrão de Bagdad»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (14 anos)
«Sem Espaço para Morrer»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Os Diabos»
Academia
21.15 (6 anos)
«Os Malucos Vão à Guerra»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáine»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (10 anos)
«Odisseia no Espaço»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«As Confidências de um Leito Muito Acolhedor»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«A Última Palavra»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Tudo Ficou em Família»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Aventuras Eróticas dos três Mosqueteiros»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Sou Curiosa»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Fellini»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A outra face do Padrinho»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«O Justiceiro da Noite»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Sua Ex.ª gostava de saias»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«O Vale dos Perdidos»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Obrigado... avô!»
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Frankenstein Junior»
GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Ócio»
S.TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«As Mil e uma Noites»

rádio

1.º Programa

15.00 Painel da tarde
18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.00 Música variada
20.00 Jornal da noite
20.30 Jazz
21.00 Painel da noite
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Rejornais do Porto Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu Ponta Delgada Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa
15.00 Algumas as principais passagens da ópera «O Barbeiro de Sevilha», de Rossini, comenta- Maria Helena de Frei-
15.45 Poema sinfónico
16.00 Ob as de omposi o es românticos
16.35 Conjuntos instrumentais
17.10 Duas cantatas italianas da autoria de Haendel
17.55 Obras de Schubert para piano a quatro mãos
18.25 Concerto sinfónico
20.00 Um violinista célebre
20.30 Música do Barroco italiano
21.00 Música sinfónica
22.00 Trio, de Ravel
22.30 Danças sinfónicas, op. 64, de Grieg
23.00 Ciclo de melodias
23.30 Intercâmbio musical
01.00 Fecho

Programa 3 (Local)
Onda Média, as 07.00 às 21 horas, Lisboa — 188 m; 1594 KHz

Programa (Nacional/Regional)
Em ssão contínu em On a Méd ia, Li boa — 290,13 ; «1º/ MHz

RÁDIO RENASCENÇA
Em ssão contínua — On a Média (Li boa, 233,2 m — «»?! KHzL Modulação de Frequência (Lisboa), 93,2 MHz

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Boas perspectivas para o diálogo com Cabo Verde

Após o contacto prévio e o estabelecimento da agenda para o desenvolvimento das conversações, começou hoje, às 9 horas, o diálogo entre as delegações de Cabo Verde e Portugal. A representação da antiga colónia é chefiada pelo ministro da Economia e Planeamento, Osvaldo Lopes da Silva, enquanto o comandante Gomes Mota, secretário de Estado da Cooperação aparece pelo lado português. As negociações girarão em torno do que o dirigente cabo-verdiano classificou de «contencioso deixado pelo colonialismo, que afecta conjuntamente Portugal e Cabo Verde».

Ontem, em conferência de Imprensa, Osvaldo Lopes da Silva lastimou que «órgãos de Informação contrários aos interesses dos dois países tenham, recentemente, por duas vezes, divulgado notícias falsas sobre Cabo Verde.» Uma dessas notícias referia-se a desordens e arbitrariedades na cidade da Praia, que nunca aconteceram. Lopes da Silva acrescentou: «Cabo Verde é um país aberto ao mundo inteiro e as variadíssimas delegações estrangeiras que nos têm visitado tem constatado a paz e a ordem que lá se respiram». A segunda notícia divulgada, e rejeitada pelo ministro cabo-verdiano diz respeito à utilização do aeroporto internacional do Sal, por aviões cubanos que levavam armamento para Angola. O comentário de Osvaldo Lopes da Silva foi este: «esta última falsidade foi lançada com o objectivo claro de nos criar dificuldades internacionais.»

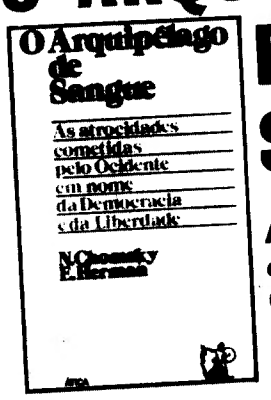
Sobre a cooperação com Portugal, o ministro da Economia e do Planeamento de Cabo Verde disse que ela encontra fundamentos bastante sólidos, pois há uma identidade de línguas e muitas afinidades culturais. E mais: «Queremos avançar no caminho da descolonização. Conquistámos a nossa independência política mas ficaram relações de carácter colonial no campo económico e é este contencioso que nos traz aqui, num espírito de cooperação, entendimento e diálogo. Tenho esperança de que vamos avançar.»

Referindo o impasse a que tinham chegado as negociações com a delegação da Guiné-Bissau, Osvaldo Lopes da Silva disse que tem esperanças que tal não sucederá em relação a Cabo Verde,

No final, numa curta intervenção, o comandante Gomes Mota disse que o facto da delegação portuguesa estar presente à conferência de Imprensa da delegação de Cabo Verde deve ser entendido como «um penhor de amizade e desejo de resolução dos interesses dos dois países e de abrir uma estrada muito ampla para a cooperação futura».

N. CHOMSKI
E. HERMAN

O ARQUIPÉLAGO DE SANGUE



As atrocidades cometidas pelo Ocidente em nome da Democracia e da Liberdade

NOVA SÉRIE DE LIVROS POLÍTICOS E FILOSÓFICOS

"Este breve livro é de importância igual à do imenso Arquipélago de Gulag. Ignoramos a geografia do século em que vivemos, se não conhecemos este livro ou nos recusamos a conhecer a sua descrição"

JEAN PIERRE FAYE
Setembro de 1974

Edições ÁTICA

Distribuição exclusiva:
LIVRARIA BERTRAND

Conversações com Moçambique

Continuação da pág. 1

No decorrer desta semana, o Governo Português tomou conhecimento das medidas da nacionalização de prédios de rendimento e residências de particulares, decretadas pelo Governo de Moçambique.

Conhecida que foi essa medida, o Governo Português, por intermédio do Ministério da cooperação divulgou uma nota oficiosa, como uma primeira tomada de posição sobre o assunto.

Sem deixar de reconhecer que, ao decretar a referidas nacionalizações, o Governo da Repúbblica Popular de Moçambique exerceu um direito inerente às suas prerrogativas de soberania, o Conselho de Ministros não pode também deixar de exprimir a sua apreensão pelo reflexo que semelhante medida, conjuntamente com a situação actualmente existente, terá na expectativa de condições de vida da comunidade portuguesa de Moçambique.

Por outro lado, dificilmente poderá a medida tomada pelo Governo de Moçambique deixar de ser interpretada como um acto inamistoso em relação a Portugal, porque desrespeita o espírito dos acordos firmados entre os dois países e a expectativa criada pelas afirmações anteriormente proferidas pelos seus dirigentes.

Nestas circunstâncias, não poderá o Governo Português, ainda que o desejasse, deixar de reconhecer aos cidadãos portugueses o direito a uma revisão da sua opção de continuarem em Moçambique, à luz das novas condições jurídicas e sociais que lhes são oferecidas pelo Governo de Moçambique.

O Governo Português encara, por isso, com a mais viva preocupação a estabilidade e o futuro da comunidade portuguesa de Moçambique, sem dúvida o mais precioso dos instrumentos de cooperação entre os dois povos.

Convicto de que o Governo de Moçambique continua interessado na cooperação da comunidade portuguesa, e no sentido de tentar solucionar os problemas ultimamente surgidos, que comprometem o clima de entendimento, compreensão e solidariedade militante construído no período de transição para a independência, vai o Governo Português solicitar do Governo da República Popular de Moçambique a realização urgente de conversações a alto nível, com vista a definir com clareza as regras que hão-de presidir ao futuro das relações de cooperação entre Portugal e Moçambique.»

DURAÇÃO DE TRABALHO E OUTRAS DECISÕES

Das restantes decisões tomadas pelo Conselho de Ministros na sua reunião de ontem devem destacar-se as respeitantes à duracão de trabalho, disposições acerca do alojamento de retornados, fixação do preço máximo de venda a público de ovos e nomeação da Comissão Nacional de Eleições.

De salientar que foi fixado não dever ser inferior a 40 nem superior a 45 o número de horas de trabalho semanal. Diariamente, a duração máxima fica fixada em 9 horas.

O Conselho de Ministros decidiu, no que respeita a alojamento de retornados, reconhecer a validade das soluções que têm sido encontradas mas apontar « a necessidade de encontrar soluções de alternativa, que, sem quebra da protecção a que os retornados têm direito, permitam receber a disponibilidade dos hotéis pelos serviços de fomento de turismo». Por isso, «vão ser ordenadas acções no sentido da inventariação e mobilização de instalações colectivas». O Conselho de Ministros considera «prioritário o aproveitamento da capacidade de iniciativa dos próprios retornados».

Quanto ao preço dos ovos, ele oscila entre 20$40 e 32$90 a dúzia e entra em vigor depois de publicado o respectivo texto legal no «Diário do Governo».

A Comissão Nacional de Eleições será presidida pelo juiz Conselheiro Adriano Vera Jardim e será integrada por representantes de quatro ministérios e das Forças Armadas. Os representantes dos ministérios são juiz desembargador José de Albuquerque e Sousa (Comunicação Social), o juiz desembargador António Leal de Carvalho (Cooperação) e o dr. António Pinto Machado (Negócios Estrangeiros). Os representantes militares serão nomeados pelo Conselho da Revolução.

Ainda entre outros, foram aprovados vários projectos de diploma do M.E.I.C.

Primeira integração bancária no Porto

PORTO, 7 — Registou-se no Porto a primeira integração bancária, após o 25 de Abril, e enquadrada na reestruturação da Banca, determinada na sequência da sua nacionalização. A delegação do Banco do Alentejo foi integrada no Borges e Irmão, tendo os seus 15 trabalhadores sido já transferidos para a sede deste banco no princípio desta semana.

Conforme nos informou um bancário, ligado à reestruturação da Banca no Porto, trata-se de um caso pontual, resultante de um cruzamento de pedidos — do Banco Alentejo (que pertenccia ao grupo Quina), e do Borges e Irmão — cujo parecer governamental foi favorável, beneficiando do acordo os trabalhadores de ambas as instituições. O processo de fusão vinha já a desenvolver-se desde Março de 1975 e a integração agora verificada constitui mera excepção relativamente ao Banco Borges e Irmão, já que no parecer da comissão de reestruturação, este Banco não seria integrador.

Razões determinantes da tusão agora verificada foram o facto de a agência do Banco do Alentejo ser de pequena dimensão, escassa clientela e diminuida carteira de depósitos, o que não tornava rendíveis os serviços.

Transitaram já para o Banco Borges o passivo e o activo da Delegação do Banco do Alentejo.

A fusão restringe-se, no entanto, ao Porto, pois em Lisboa o Banco integrante do B. Alentejo será o Pinto e Sotto Mayor.

Esta fusão representa uma pequena vitória na medida em que se ultrapassaram os entraves que estavam a ser postos por quadros superiores do Banco Borges e Irmão, muito particularmente desde o período de grande contestação do processo revolucionário (Agosto e Setembro de 75), afirmou-nos o dirigente bancário ligado à reestruturação, sr. Luís Macedo.

Busca de armas será intensificada

O Estado-Maior do Exército divulgou o seguinte comunicado:

«Face ao surto de criminalidade e de acções violentas armadas, que se desencadeiam por todo o País, e à detecção de numerosos grupos civis portadores ilegais de armas de guerra, as Forças Armadas estão a desenvolver uma série de acções em apoio das forças de segurança (PSP e GNR) por forma a detectar prováveis locais de refúgio, depósitos de armas e procurar neutralizar as organizações existentes. Embora os resultados obtidos nem sempre tenham sido de completo êxito, não esmorecerão as Forças Armadas e as forças de segurança, no esforço de restabelecimento das condições de tranquilidade e ordem que o Povo Português necessita. A toda a população se solicita a compreensão e o apoio indispensável para o cumprimento desta missão».

Spínola sai de França

Continuação da pág. 1

A confirmar-se esta medida de força por parte da administração Giscard, que ainda há pouco tempo dava mostras de receber o ex-presidente português com simpatia, observadores pensam que a tal não serão estranhas eventuais pressões por parte do Ministério português dos Negócios Estrangeiros. Recorda-se, entretanto, a próxima vinda a Portugal do chanceler francês, Jean Sauvagnargues: aparentemente tudo fica claro, como já o anúncio das conversações Melo Antunes-Areilza precedeu de pouco o impedimento decretado por Madrid à entrada de Spínola em 3 do corrente.

nota nota

VERSO E REVERSO

Helmut Schmidt, o chanceler alemão, diz em Londres que está interessado em auxiliar Portugal. Willy Brandt, presidente do Partido Social Democrata Alemão, diz que está muito satisfeito com a «estabilização da situação política» em Portugal. Hans Dietrich Gensher, ministro dos Estrangeiros alemão vem aqui «como prova de confiança dos responsáveis actuais da R. F. A. nas actuais perspectivas da política portuguesa». Mas... um «Mercedes» do corpo diplomático alemão, em Paris, servia para as andanças de Spínola,

Como é isso?

O PROTESTO DA TOGA

Paris assistiu ao invulgar espectáculo de uma manifestação de três mil advogados envergando as suas togas e reclamando, na via pública, o que costumam pedir nos tribunais: justiça. A luta dos advogados franceses, que inclui a greve, pretende o aumento do orçamento para a Justiça, a supressão da burocracia que encarece os processos, a garantia do concurso de um advogado para o exercício independente dos direitos da defesa e a ajuda judiciária que permita o livre acesso à justiça dos que não podem suportar as despesas de um processo, mas garantindo igualmente a remuneração normal do advogado pela sua participação num serviço público. A justiça pede justiça.

Últimas

Hua Kuo-feng sucessor interino de Chu En-lai

PEQUIM, 7 — (R.) — O ministro da Segurança Pública, Hua Kuo-Feng, foi nomeado primeiro-ministro interino da China, segundo revelou hoje um informador do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ao ser-lhe pedido para confirmar uma notícia de Hong-Kong de que Hua fora «nomeado primeiro-ministro interino temporário», o informador disse à Reuter: «Hua Kuo-Feng é o primeiro-ministro interino».

Não fez mais comentários.

Hua, que é também sexto vice-primeiro-ministro, está em décimo primeiro lugar na hierarquia chinesa.

A notícia constituiu uma grande surpresa para observadores de Pequim.

A seguir ao falecimento do primeiro-ministro Chu En-lai, em Janeiro, supunha-se geralmente que o vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-Ping seria o novo chefe do Governo chinês.